

algodão e mamona, têm participação superior a 50% em relação ao total do estado.

O reflorestamento, iniciado a partir de 1969, constitui-se na base de uma grande produção de carvão vegetal (transportado para siderúrgicas de Sete Lagoas e Belo Horizonte) e de matéria prima para celulose. Outras atividades que ocorrem desde o final da década de 60 é a extração vegetal (pelo desmatamento) e a implantação de pastos artificiais.

As atividades de desmatamento e de extração vegetal que, a curto prazo apareciam como a "saída" para as épocas de estiagem, revelam-se desastrosas para o equilíbrio ecológico do norte de Minas, ao acabar com as matas e as florestas naturais, indispensáveis à conservação e umidade do solo, principalmente numa região atingida por secas periódicas (64). A extração de minérios ainda mantém uma certa importância na parte oriental da

(64) DAYRELL (1991), numa bordagem dos ecossistemas regionais, num quadro comparativo entre o que existia no século XVI e a situação na década de 80, afirma que: dos cerrados e formações afins que representavam 63,4% da região, existem 32,7%; da mata fluvial, seca e de transição que representava 23,7%, existem apenas 8,8%; da caatinga que correspondia a 12,9%, existem 5,6%; No total, existe apenas 47, 1% da cobertura vegetal arbórea primária. Áreas exploradas e em exploração: a área cultivada representa 3,8%; pastagens artificiais ocupam 16,6%; pastagens nativas, 7,6%; reflorestamento, 6,6%; capoeiras degradadas ou em regeneração, 14,5% e outros usos, 3,7%, dando um total de área explorada de 52,9%. A área total da região é de 12.070 ha.

região e a pesca nos municípios à margem do Rio São Francisco apresenta importância local. (STRALEN, op.cit).

2.2- A presença dos camponeses e de outros mediadores no norte de Minas

Nesse contexto regional, a trajetória dos camponeses é marcada por processos de destruição/reconstrução desses sujeitos sociais que se encontram sob várias formas, em sua relação com o capital.

Pretendendo captar a diversidade de formas que assume a relação entre os camponeses o capital, no campo, STRALEN (op. cit.) realiza uma tentativa de situar as diversas características assumidas pelo campesinato regional. Segundo o autor, os camponeses no norte de Minas podem ser conceitualmente representados pelas categorias: pequenos produtores autônomos; pequenos produtores subordinados (arrendatários, parceiros, cativos) e os trabalhadores livres.

Na categoria de **pequenos produtores "autônomos"** "(...) existe no norte de Minas um número relativamente grande de "camponeses", proprietários do solo, operando na base da mão-de-obra familiar, produzindo, principalmente, para a autosubsistência da família e comercializando um excedente para obter algum recurso

monetário (...). Quase toda a produção agrícola da região é da responsabilidade desses pequenos produtores. Trata-se de uma agricultura onde permanecem as características de uma agricultura de subsistência. Isto se reflete não só na grande diversidade de produtos cultivados, como também na multiplicidade de associações. A associação dominante é milho-feijão (...)" (STRALEN, op. cit.: 72).

Em que pese a expropriação desses camponeses, principalmente pela sua expulsão massiva do campo a partir da década de 70, não ocorreu o seu desaparecimento. Se por um lado diminuiu o número de pequenas propriedades, por outro, cresceu a participação do responsável e membros não-remunerados no pessoal ocupado na agropecuária ou seja, houve um crescimento da utilização da mão-de-obra familiar, típica da agricultura camponesa. A relação dessa categoria com o capital, se dá pela subordinação ao capital comercial e usurário, "(...) [passando] por uma série de intermediários e comerciantes, o que representa, ao mesmo tempo, uma cadeia de relações de dependência e exploração" (STRALEN, op. cit.: 78).

Outra categoria presente no norte de Minas é a dos **"pequenos produtores subordinados"** diretamente ao proprietário da terra, através da renda da terra: os **arrendatários** e os **parceiros**. A parceria se reveste de várias formas, variando conforme a cultura. No caso do

algodão, o parceiro planta o capim para o proprietário e, no meio, o seu algodão. Na região algodoeira, onde o algodão tem expressão econômica importante, a forma de parceria mais difundida é a "meia". Nessa situação, o meeiro, para reduzir os gastos, utiliza ao máximo a mão-de-obra familiar.

Essas relações caracterizam-se basicamente pela extração da renda capitalista da terra. Pela parceria, a renda da terra pode ser extraída tanto via trabalho direto (no caso do algodão plantado no meio do capim), quanto via trabalho corporificado no produto (como ocorre no plantio do algodão através da meia). No caso do arrendamento, a renda da terra é paga em produto ou em dinheiro. Tanto a parceria quanto o arrendamento podem se dar apenas por determinado ciclo produtivo de alguma cultura ou perdurar por mais ciclos. O primeiro caso é muito comum nos municípios produtores de alho, cuja exploração é fortemente determinada pela política de importações que por sua vez determina o maior ou menor volume da exploração do produto a cada ciclo produtivo.

Os trabalhadores "**cativos**" é outra categoria existente na região, encontrada principalmente nas fazendas tradicionais de criação de gado e de cultivo da cana-de-açúcar. É formada "(...) pelos moradores de fazendas agregados ou "cativos". Sua característica básica

é, no dizer da população, estar "preso" à fazenda" (STRALEN, op. cit.: 86). Essa categoria que tende à diminuição, foi fundamental no processo inicial de ocupação econômica da região com base na pecuária extensiva. Seus egressos transformam-se em assalariados temporários, por um processo que compõe-se, basicamente, de:

"1) valorização das terras resultante da penetração na região de grandes empresas sob incentivos do Estado; 2) a concentração fundiária decorrente disto; 3) a substituição de lavouras pela pecuária (...) ou pelo reflorestamento (...); 4) o fechamento das terras para pequenos produtores; 5) a estagnação de fazendas tradicionais de gado, algodão e cana, cujas bases de produção repousa em formas não-capitalistas e que não têm condições (sic) de enfrentar reivindicação monetária de trabalhadores". (STRALEN, op. cit.: 98)

A categoria dos **trabalhadores "livres"** compreende a massa de trabalhadores assalariados distribuída pelos diferentes ramos de atividades no campo: pecuária, agricultura, reflorestamento e carvoaria. As duas primeiras absorvendo pouca mão-de-obra em relação às duas últimas que absorvem muita. No caso da pecuária, existem tanto as fazendas "tradicionais", que ocupam menos mão-de-obra, quanto as grandes empresas que se dedicam à pecuária intensiva e que absorvem maior número de trabalhadores. No entanto, mesmo nas grandes empresas agropecuárias - incluindo-se as que exploram culturas comerciais, além do gado - o número de trabalhadores permanentes é relativamente pequeno em vista dos

trabalhadores avulsos. Tais categorias não existem em estado "puro": o pequeno proprietário pode ser diarista ou parceiro ao mesmo tempo e até mesmo assalariado temporário.

Em termos de condições de trabalho, porém, há uma diferença exacerbada pelas empresas rurais observada entre trabalhadores permanentes e temporários ou "ambulantes". Essa diferença é expressa pelas categorias "carteira assinada" e "direito", consideradas um privilégio dos permanentes em relação aos temporários.

Se para os permanentes (com carteira assinada), o pagamento se dá pela forma salário, no caso dos temporários, a forma de remuneração varia: uns recebem como diarista "a seco" ou "livre" (a alimentação corre por conta do trabalhador), outros por produção e outros, ainda, por empreitada ou meação. Na época da colheita, predomina o pagamento por produção. A maior concentração de assalariados encontra-se nas reflorestadoras que também mantêm permanentes e temporários. Na atividade de carvoaria, o salário é pago por produção.

A categorização proposta acima, acrescento uma outra categoria, a dos **posseiros**, em sua maioria composta de camponeses expulsos da terra e que a ela retornam, em processos - em sua maioria violentos - de ocupação. Esses camponeses enfrentam diretamente um dos pilares da

modernização conservadora, baseada na concentração de terras, tanto em sua dimensão econômica e social (a terra para produzir e como "locus" de reprodução de uma categoria social) quanto em sua dimensão legal, onde o conceito jurídico de propriedade e de posse mostra toda a sua contradição⁽⁶⁵⁾. Esta é a situação vivenciada pelos camponeses de Corgão/Boa Esperança, abordados pela pesquisa e referidos no capítulo IV desse trabalho.

Devem ser considerados ainda os camponeses diretamente atrelados ao capital agroindustrial, os **modernizados** que produzem culturas e produtos destinados à agroindústria, nos "projetos oficiais de desenvolvimento" (AUGUSTO, op. cit) como é o caso dos projetos de irrigação.⁽⁶⁶⁾.

Essa caracterização indica dois aspectos importantes para a análise: por um lado, a diversidade de relações entre os camponeses e as várias formas de

(64) A passagem da situação de isolamento dos camponeses nortemineiros que preservaram suas comunidades inalteradas durante muito tempo (em decorrência do tipo de ocupação econômica pela pecuária extensiva, pelo qual o latifúndio pode se integrar no mercado nacional sem necessidade de transformar a região) para uma situação de conflito "(...) inicia-se em 1952 com os planos estaduais de colonização; acelera-se com um novo projeto oficial em 1961 e terá seu coroamento com a nova política agrária adotada pelo Estado após 1964". (SANTOS, op. cit.: 27).

(65) Projeto de Colonização e Irrigação Jaíba; Projeto Pirapora; Projeto Jequitai e PAD-VALE (AUGUSTO, op. cit.).

exploração capitalista no campo, no norte de Minas. Por outro lado, aponta para a diversidade presente no processo de construção das identidades dos camponeses na região, na trajetória mesma de sua relação com o capital. Ambos os aspectos remetem para a questão das estratégias diferenciadas de reprodução dos camponeses na região.

No que respeita ao primeiro aspecto abordado, tem-se uma diversidade de formas de exploração dos camponeses, cujo trabalho é apropriado pelo capital em diferentes configurações. Há situações onde se observa a separação total dos meios de produção, como é o caso dos **trabalhadores livres**, puramente assalariados; em outras, a extorsão de excedentes, no caso dos **pequenos produtores autônomos, arrendatários, parceiros, posseiros e cativos**, basicamente via capital comercial e usurário. E no caso dos **camponeses modernizados** essa apropriação se dá via capital agroindustrial.

Considerando-se que a questão da reprodução camponesa é permeada pela subordinação, entendendo ser necessário ter em conta que as formas de apropriação dos frutos do trabalho dos camponeses pelo capital não é homogênea, como não são homogêneas as formas de resistência e de saber tecnológico que aí se desenvolvem. Isto equivale a considerar que "produzir no interior de grandes propriedades, no sistema de arrendamento/parceria

ou produzir na área de propriedade familiar, leva [tanto] a uma apropriação diferenciada dos frutos do trabalho [quanto] ao estabelecimento de relações específicas entre a unidade de produção camponesa e a sociedade como um todo. Tudo isso passa pelas formas de acesso desses grupos aos meios de produção e **condições técnicas de produção** (...) (MOTA, op. cit.). (Grifos meus).

No entanto, essa pluralidade de situações observadas a nível conceitual não se encontram, na realidade, em estado puro. Isso remete a um segundo aspecto acerca do processo de construção de identidades sociais cujo entendimento extrapola a simples tipologia. Assim sendo, a caracterização proposta acima deve ser vista muito mais como um processo de criação e recriação de sujeitos sociais do que uma camisa de força onde se alojam os camponeses, nas respectivas categorias.

Um olhar mais atento acerca dessa categorização vai mostrar um movimento contínuo onde dois fatores aparecem como fundamentais: por um lado, as determinantes externas, configuradas essencialmente pela lógica da acumulação capitalista; por outro lado, a ação dos próprios camponeses envolvidos nesse processo que, embora atomizada no tempo e no espaço, pode ser tida como uma resistência à expropriação das condições que lhes permitam reproduzirem-se enquanto camponeses.

Os camponeses, portanto, ao se relacionarem com diversos circuitos mercantis, seja como assalariados, produtores autônomos ou atrelados à agroindústria, participam de um jogo social onde também colocam suas cartas. Longe de serem apenas um massa uniforme vivenciam, através de situações específicas, um processo de subordinação - enquanto classe - onde, por sua vez, desenvolvem estratégias de sobrevivência e de resistência à dominação como sujeitos de sua própria transformação.

Se uma das faces da intervenção do Estado na região, com políticas flagrantemente excludentes em relação aos camponeses, como pode ser visto o outro lado da moeda ou seja, a outra face dessa mesma realidade, as forças populares entre as quais se situa o campesinato regional? Para STRALEN (op. cit.: 104):

"Submetidos a um capitalismo emergente incentivado pelo Estado (...), a população do norte de Minas encontra-se dispersa e ainda incapaz de se transformar num sujeito histórico em condições de enfrentar a expansão das novas relações de produção e de se adequar a ela. Na medida em que os trabalhadores rurais ou camponeses compartilham as mesmas posições dentro das relações de produção, eles constituem uma "classe em si", porém, devido à quase ausência de formas de organização, não chegam a se constituir como uma classe "para si" (sic). Frequentemente aparecem como lavradores pobres, migrantes e flagelados na época de seca; raras vezes expressam-se como "proletariado" rural ou "campesinato" através de ações coletivas. Mesmo reagindo, às vezes de forma violenta, à expansão do capital com suas transformações bruscas e também violentas, os conflitos em torno da terra restringem-se frequentemente ao nível local e, desta forma, uma presença ativa da maior parte da população norte-

mineira permanece ocasional, dispersa e aleatória. Não falta insatisfação; faltam, sim, formas de organização capazes de canalizá-la e expressá-la".

A afirmação acima expressa, por um lado, parte de uma realidade onde a nível político institucional, ainda é incipiente a canalização das insatisfações ou os impactos dessas insatisfações na estrutura institucional de poder. Por outro lado expressa, também, uma visão corrente nos meios acadêmicos acerca das classes populares e, no limite, acerca da própria concepção de classes, na medida em que fica presa à oposição "classe em si" e "classe para si". Ao homogeneizar os camponeses em sua diversidade, nessa oposição, perde-se a possibilidade de pensá-los no processo mesmo de construção enquanto classe, a partir dessa diversidade e das diferentes identidades sociais que aí se constroem.

Numa releitura da contribuição referida acima busco entender a classe enquanto processo (THOMPSON, op. cit.) em movimento, no sentido de que as próprias trajetórias dos camponeses na região remetem ao próprio processo das classes em formação. Tomo o campesinato regional pela perspectiva de classe social, considerando a sua própria trajetória como parte do seu "fazer-se" classe. A concepção, portanto, é a de que a classe não se objetiva simples e aprioristicamente pelo lugar que os sujeitos ocupam nas relações de produção, mas que se

constroem, inclusive, tendo-se em conta esta posição como, também, os aspectos ideológicos, políticos e culturais (não apenas como epifenômenos) que com ela se entrelaçam.

Assim sendo, há que se resgatar o sentido do "político" a partir mesmo da existência de uma "insatisfação" que se traduz, concretamente, nas formas de resistência cotidiana e não, apenas, nas formas de impactos na estrutura institucionalizada de poder.

Há que se considerar, ainda, que nesse processo as classes e frações de classes dominantes se reorganizam continuamente, no mesmo jogo. Em outras palavras: o processo, embora se desenrole claramente num contexto de subordinação dos camponeses, não tem mão única. A própria existência social dos camponeses, sua permanência e persistência, em que pese a subordinação, indicam tanto a existência de estratégias de sobrevivência e de resistência quanto desafios permanentes para a estrutura de poder vigente que tem, na região, uma de suas faces, na forma de intervenção do Estado, por exemplo.

O entendimento do processo de construção da identidade dos camponeses nortemineiros passa pelo resgate das suas estratégias de resistência (cf. cap. I) enquanto sujeitos sociais excluídos no processo de modernização da região, mas ao mesmo tempo, como sujeitos cognoscentes - que em que pese toda a

exclusão/expropriação à qual estão submetidos, "teimam" em reproduzir-se enquanto camponeses.

Se o Estado, através de suas agências investe na "organização da população rural"⁽⁶⁶⁾ buscando organizá-la como trabalhadores para o capital, há que se atentar para dois aspectos importantes desse processo.

Um primeiro aspecto respeita à contradição inerente à prática de organização/desorganização promovida pelo Estado. Nesta, os próprios camponeses também atuam como sujeitos, transformando essa prática num espaço político/pedagógico ao apropriarem-se de alguns mecanismos de cooptação ⁽⁶⁷⁾ revertendo-os em seu interesse.

Um segundo aspecto diz respeito à própria organização desses camponeses em dois níveis: um nível mais visível que pode ser traduzido pelo movimento sindical e um nível menos visível a olho nu onde ocorrem

(66) Em 1965, é criada na SUDENE a "Divisão de Ação Comunitária (...). Sua finalidade específica é "promover a integração e participação ativa de comunidades nordestinas nos programas e projetos de planejamento regional" (BEZERRA, 1991:113). Essa atuação da SUDENE vinha no rastro da ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil, cuja gênese pode ser localizada na proposta difundida pela ONU, após a II Guerra Mundial. (ibidem).

(67) A respeito dos processos sociais como ações recíprocas, pressupondo, portanto, "instâncias de mediações entre as determinações gerais dos programas e as realidades específicas dos grupos que deles participam", ver MACHADO et alii (1987).



as formas cotidianas de enfrentamento e de resistência (inclusive, resistência a serem "organizados" pelas agências do Estado, como EMATER, SETAS, CODEVALE, etc.⁽⁶⁸⁾). Processo marcado por alianças e oposições.

Quanto ao MSTR, há que se considerar que "(...) todos os sindicatos da região surgiram numa conjuntura política caracterizada pela exclusão das classes populares e pela repressão de mobilizações populares. Nestas circunstâncias sobrepõem-se os mecanismos de controle do movimento sindical(...)". (STRALEN, op. cit.: 117).

Apesar dessa estrutura vertical na qual são criados os sindicatos, o movimento sindical no norte de Minas chega à década de 80 com algumas mudanças significativas principalmente no que toca à liberação das

(68) AUGUSTO (op. cit), ao enfatizar o atrelamento das organizações populares e a forma aliciadora de participação, cita que "(...)se ouve muitas vezes, por exemplo, dos próprios trabalhadores a referência ao "conselho comunitário da EMATER ou à "associação da SETAS". Sindicatos e associações são criados, mesmo que por iniciativa de grupos de trabalhadores e pequenos produtores, apenas com o objetivo de captar recurso financeiro junto ao Estado ou à igreja (Católica, Batista)". Em que pese a abordagem de AUGUSTO (cf.) Considero que apesar do caráter de cooptação da prática do Estado e das entidades criadas muitas vezes com finalidade clientelista, tal situação merece uma outra leitura, ainda: a de que ocorre aí, uma dialética nem sempre clara de trocas e compensações, que não se fundamentam necessariamente em visões falsamente conciliatórias e distensionantes entre dominantes e dominados. A própria forma como os trabalhadores se referem às entidades "do outro" (EMATER, SETAS), indica o reconhecimento de si e do outro, suas diferenças e o caráter de suas relações.

influências políticas tradicionais na origem do MSTR na região. O surgimento da CUT, na década de 80, na região pode ser visto como uma nova circunstância que possibilite evidenciar as contradições existentes dentro do próprio movimento sindical.

Uma das raízes da possibilidade de avanço do MSTR da região norte de Minas na elaboração de propostas, poderia ser localizada na própria participação do MSTR em um espaço aberto e fechado pelo Estado que foi a "Plenária Regional", que a partir do PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Projeto NORDESTE), reunia toda a liderança sindical para discutir e votar os rumos dos projetos que seriam financiados. Mecanismo desarticulado no governo Nilton Cardoso⁽⁶⁹⁾ e que, como instrumento controlado pelo Estado pode ser visto como um espaço contraditório de participação e, como tal, de negação/afirmação de interesses e, portanto, como instrumento pedagógico no processo de qualificação/desqualificação política dos atores envolvidos, com reflexos para a trajetória do MSTR e camponeses na região.

(69) O governo Nilton Cardoso transcorreu no período de 1986-89. O envolvimento do MSTR na estrutura executiva do programa ocorre a partir de 1986 e o seu alijamento, no ano de 1988. Para uma discussão das contradições do envolvimento do MSTR, na região, na estrutura do PAPP, ver AUGUSTO (op. cit.).

Ainda fora do leque de instituições do Estado existe, na região, a presença de outros mediadores junto aos camponeses. Os movimentos sociais no campo, na região, são - em geral - assessorados pelo MSTR, pela CPT e, mais recentemente (década de 80) pelo Centro de Agricultura Alternativa do norte de Minas.

O CAA/Norte de Minas constitui-se em um dos objetos de análise desse estudo, por sua intervenção na região em duas frentes interrelacionadas. A primeira, caracterizando-se como uma intervenção junto aos camponeses, numa proposta de resgate do saber camponês e do reforço à resistência camponesa. A segunda, podendo ser vista como uma intervenção mais ampla na região no sentido de se transformar em um interlocutor qualificado - lutando, portanto contra o monopólio exercido até então pelas agências do Estado - tanto para a crítica ao modelo de desenvolvimento instaurado na região e no país quanto para a proposição de modelos alternativos. Essa pretensão passa, do ponto de vista de uma entidade surgida no âmbito da sociedade civil, por uma identidade contrastiva com o Estado. (cf. cap. III desse trabalho).

No norte de Minas, à semelhança da modernização desigual predominante no país, são envolvidos diretamente grupos distintos de produtores. Há os grandes produtores que podem ser identificados com os grandes projetos

agropecuários, de reflorestamento, de irrigação e que só excepcionalmente são apenas proprietários de terra. Há os camponeses que produzem culturas destinadas à agroindústria, como é o caso daqueles envolvidos diretamente nos projetos de irrigação.

No entanto, se se deita um olhar apenas sobre aqueles sujeitos envolvidos direta e claramente no processo de modernização, onde as transformações são mais evidentes, torna-se facilmente presa de uma análise baseada na dicotomia "moderno/tradicional". Esse modelo analítico tanto não dá conta de traduzir as singularidades das situações vivenciadas por aqueles que se encontram diretamente envolvidos com o processo de modernização, como ainda exclui da possibilidade de análise, aqueles que, embora não sendo atingidos diretamente pela ação modernizadora, também são sujeitos sociais envolvidos no processo. Notadamente, do ponto de vista do Estado, como metas de políticas sociais.

Esses últimos, "(...)por diferentes mediações, terminam por incorporar componentes dessa modernização à prática, seja para consolidar a sua "condição camponesa" seja para evitar a ameaça de proletarização" (MOTA, op. cit.: 28).

A intervenção do Estado no norte de Minas, implementa uma modernização que incorpora a economia

nortemineira à economia nacional, privilegiando a ampliação de mercado para produtos industriais, culturas para exportação, reflorestamento homogêneo e com base numa estrutura fundiária concentrada. Nesse contexto, o percentual de camponeses modernizados é pequeno se comparado ao grande contingente excluído desse processo e tido como público dos programas sociais.

Nesse contingente, inserem-se os camponeses de Corgão/Boa Esperança. Esse grupo de posseiros, no enfrentamento de uma situação onde era cada vez maior a limitação da terra, obrigaram-se a recorrer a diferentes estratégias de sobrevivência: assalariamento, migração, empreitas até a ocupação recente da terra.

A ocupação e permanência na terra requer desse grupo a (re)organização não apenas do processo produtivo em termos restritos, mas toda uma (re)construção da comunidade. A resistência à expropriação total é vivenciada por esses camponeses em dois momentos que são parte de um mesmo processo: tomando a forma concreta de luta pela terra, no processo de ocupação e através das estratégias cotidianas de sobrevivência que lhes permitam a reprodução, enquanto camponeses.

As estratégias de resistência à expropriação total, no que toca ao campo tecnológico, incluem tanto a apropriação seletiva de um saber propugnado pela

tecnologia moderna, através das agências do Estado, quanto a formação de alianças com outros agentes e outros saberes, fora do aparelho de Estado, na busca do reforço político à sua luta.

As estratégias de resistência desenvolvidas no cotidiano do grupo camponês investigado, no presente estudo, perfilam-se através de alguns aspectos significativos. Dentro dos limites da pesquisa de campo, a análise concentra-se em aspectos da história e memória social; da organização da produção, saber, tecnologia e reprodução; representações acerca do processo de modernização na região e sobre o caráter da aliança com o CAA/Norte de Minas.

Nos próximos capítulos (III e IV), abordo o estudo de caso, iniciando pelo CAA/Norte de Minas, no capítulo III.

CAPITULO III

O CAA/Norte de Minas: trajetória e proposta

3.1- Surgimento do PTA em Minas Gerais.

Em Minas Gerais, à época da criação da rede PTA/FASE⁽⁷⁰⁾ nacional, não havia nenhuma entidade que atuasse na área de agricultura alternativa⁽⁷¹⁾. Foram contactados assessores da FETAEMG e técnicos da SETAS para participarem do seminário realizado pela FASE em Campinas, em 1983. O PTA, então, busca o amparo institucional da FASE para se implantar no estado. A própria FASE contrata a equipe e em Minas Gerais, diferentemente dos demais estados, a FASE já se identificava com o PTA cujos trabalhos se iniciam no primeiro semestre de 1986:

(70) O PTA surge em 1983, sob o amparo institucional da FASE. O PTA não se origina propriamente na FASE e, sim, de proposta da CPT e de técnicos que tinham tido contato com o movimento ecológico na Europa e que vivenciaram experiências com a chamada "agricultura alternativa" em países como a África. A respeito do PTA/FASE, cf. Capítulo I desse trabalho; ALMEIDA (op. cit), SOTO (op. cit) e PROPOSTA nº 27 (1985) e nº 36 (1988).

(71) Segundo depoimento de um dos agentes fundadores do PTA em Minas Gerais, com uma estrutura precária, é montada a primeira "equipe" de trabalho, em Belo Horizonte: um técnico (sociólogo) vindo da FETAEMG e uma secretária, numa sala cedida pela ULTRAMIG. Cf. PROPOSTA (op. cit.).

"(...) o projeto era, em termos de suas expectativas, muito mais que trabalhar com pequenos produtores. Propunha a desenvolver um trabalho a nível de... estudantes... de ciências agrárias... se propunha um trabalho mais junto de técnicos já do estado.... né? que já trabalhavam na área rural, que já tinham um trabalho técnico, né? a proposta ... era uma coisa mais ampla, né? o que prá mim, era uma coisa nova, né? na área de pequenos produtores, na discussão com pequenos produtores eu me [saia] bem. Mas nessa outra área, eu tinha dificuldades. Ai, foi quando eu comecei, então a fazer alguns contatos nessa área, né? é... [técnicos] do estado, né? secretaria do trabalho, emater [EMATER], epamigue [EPAMIG], comecei a participar de eventos, né ao mesmo tempo que a gente fazia um trabalho de divulgação do projeto... muitas pessoas começaram a me procurar. Estudantes de Lavras tinham organizado uma semana de Agricultura Alternativa, Núcleo de Ciências Agrárias. Me colocaram no debate, me chamaram prá falar... a mesma coisa em Viçosa, né?" (E., agente do CAA. Fundador do PTA em Minas gerais).

Em agosto de 86, realiza-se o 1º Encontro Estadual de Agricultura Alternativa em Minas Gerais, na cidade de Ibirité. A proposta do encontro era a de reunir técnicos, estudantes, agricultores e sindicatos. Instituições do Estado que atuavam na área rural também foram convidadas. O Encontro teve a duração de três dias e marcou o início do projeto em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que contribuiu para delimitar as possibilidades e limites de uma relação com as instituições do Estado.

No final do ano de 1986, a rede, em Minas Gerais, já se estabelecera, sendo a equipe ampliada com a contratação de um agrônomo:

"O C. foi contratado, porque já não dava mais,

porque começou a surgir um monte de... de... demandas técnicas, que cê tinha que responder. Não adiantava ficar só no discurso, dando pau na modernização da agricultura, sem ter nada de concreto, prá poder pensar... é... embora cê já tivesse identificado algumas experiências, era muito pouco, né? é. Tem a especificidade da tecnologia (...)" (ibidem).

Possivelmente devido à trajetória profissional do agente que iniciou os trabalhos do PTA em Minas Gerais ter se dado na área sindical (FETAEMG), o PTA mineiro, desde o seu nascimento, articula-se com o MSTR no estado:

"(...) tinha contato com quase todos os sindicatos, nos três anos que eu fiquei na fetaengue [FETAEMG]. Tinha condição de ir a todos os dirigentes sindicais... tinha então, a estratégia de trabalhar.... o trabalho foi via sindicato (...) E... uma outra idéia que a gente começou a trabalhar, foi através do sindicato, organizar é... de encontros de agricultura alternativa. A nível assim, muito regional, né? dois, três, quatro sindicatos, né? pequenos encontros. De dois ou três dias, onde se discutia agricultura... e aí entrava um pouco a discussão da agricultura alternativa, pegando mais técnicas comuns, né? técnicas, né? quer dizer, a dinâmica dos encontros foi fazer grupos de trocas de experiências". (ibidem).

Ao PTA interessava articular-se com o MSTR. Este, por sua vez, apresentava-se como um campo fértil: O MSTR em Minas Gerais vinha de uma trajetória onde predominava uma ação mais "legalista" desenvolvida pela FETAEMG e, basicamente, caracterizada pela elaboração de projetos visando conseguir recursos para compras de insumos, etc. (SGRECIA e GADELHA, 1987). Os sindicatos rurais mineiros, em sua maioria formados e dirigidos por pequenos produtores, operava pela "prática do reboque":

não chegavam a elaborar propostas, sair na frente..." (E., cf.). Nesse contexto, o PTA aborda o MSTR, pretendendo uma discussão mais "problematizadora" da "pequena produção". Segundo agentes do PTA, os sindicatos:

"Olha, recebiam com muito interesse, né? principalmente porque, na verdade, grande parte dos sindicatos de Minas Gerais... a base desses sindicatos são pequenos agricultores e nunca o movimento sindical conseguiu ter uma proposta concreta... prá esses agricultores. A não ser em algumas regiões onde os agricultores estão um pouco mais integrados, né? ou trabalham com crédito, ou trabalham com produto de monocultura que não tem problema de... fixação de preço... é (sic). Ai, existia uma demanda mais concreta. Fora disso, nunca existiu uma proposta mais concreta que pudesse ser levada para os pequenos agricultores!... é... o sindicato de montes claros, por exemplo, né? setenta por cento dos associados ai, são pequenos agricultores!... e nunca o sindicato teve uma proposta concreta para esses pequenos agricultores, né? a não ser ficar... fazendo projeto: prá Secretaria do Trabalho, prá elibeá [LBA]... prá compra de arado, compra de semente prá distribuir.. isso era mais ou menos, um dado a nível estadual" (ibidem).

O interesse do MSTR pelo PTA, expressa-se de formas diferentes pelas "bases" sindicais e pela direção. Para as primeiras, havia uma questão concreta que era a questão da produção imediata: a busca de uma alternativa do lado mais econômico que a TA podia atender, de certa forma. No discurso da liderança sindical, dos dirigentes, a questão já aparece num quadro mais elaborado em termos da problemática da modernização e dos instrumentos de política agrícola. Principalmente para as direções ligadas à CUT, que já começa a incorporar discussão da

tecnologia alternativa na agricultura⁽⁷²⁾.

Esta circunstância de o PTA em Minas Gerais ter-se implantado com uma certa inserção no MSTR, parece dar à trajetória do Projeto, no estado, um embricamento com o movimento sindical que irá se constituir numa característica peculiar, em relação a outros estados, ao processo de organização dos Centros em Minas Gerais. Tanto o CTA/Zona da Mata ⁽⁷³⁾, quanto o CAA/Norte de Minas.

3.2- O CAA/Norte de Minas

3.2.1- O nascimento como CTA/Norte de Minas

A primeira tentativa de uma discussão em torno da questão da tecnologia alternativa no norte de Minas acontece antes mesmo da organização da "rede" no estado. Havia, na década de 80 na região, um trabalho desenvolvido pela CPT, através do projeto FUNDAJUR da Diocese de Montes Claros que financiava projetos "produtivos" para comunidades rurais. Essa entidade que já tinha um certo contato com a FASE, toma conhecimento de que esta passara a encampar o PTA. A partir daí,

(72) Ver publicação da CUT (1987), sobre o tema da tecnologia e os trabalhadores do campo.

(73) O CTA/Zona da Mata localiza-se na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Sua organização inicia-se no ano de 1986.

fazem-se os contatos para um primeiro encontro denominado de "I^o. Encontro de Tecnologias Alternativas do Norte de Minas", realizado em Montes Claros, em julho de 1985:

"Foi um marco, porque nesse encontro... quer dizer... veio agricultores da região... não só do norte de Minas... veio o pessoal do vale do Jequitinhonha, do noroeste... técnicos que já trabalhavam aqui na região... e o J. M. veio para coordenar o encontro... teve na coordenação do encontro... fez uma discussão... o encontro já foi uma demanda da cepeté [CPT]. E no final desse encontro, no final... como é que continua?... apareceram propostas e tal... o J. M. já vinha com essa coisa do ceteá [CTA] na cabeça, quer dizer: já tava sendo discutido no móqui [MOC], né? e essa história de ter na rede essa política... e Ouricuri e Quixeramobim já tavam também, de certa forma, começando a discutir a idéia deles começarem a fazer um Centro lá... aí o J. M. expôs: "é, no nordeste... houve um encontro... o pessoal tá pensando em montar um Centro... ter uma área... fazer experiências..." o pessoal achou legal essa idéia, achou interessante..." (ibidem).

A partir desse encontro, estava lançada a proposta do CTA e então, constituiu-se uma comissão de três técnicos (um agente da pastoral, um técnico da SETAS e um técnico alemão que prestava serviço na SETAS), que elaboraram o primeiro projeto que seria encaminhado à MISEREOR (74) para tentar financiamento. Essa primeira tentativa de financiamento foi frustrada e uma segunda tentativa foi feita, então junto ao FINEP sendo o projeto aprovado no

(74) A MISEREOR é um órgão criado pela Conferência dos Bispos da Alemanha para administrar os fundos recolhidos pela Igreja durante a quaresma, para diversos projetos de ajuda ao chamado "Terceiro Mundo". Fundamenta-se numa "acción contra la hambre y las enfermedades del mundo" (SOTO, op. cit.: 73)

final de oitenta e seis, praticamente um ano e meio após a realização do encontro. Posteriormente, já no final de oitenta e oito, veio a ser elaborado um novo projeto para se buscar financiamento, já no processo de desvinculação da FASE, e que viria a ser financiado, agora, pela MISEREOR.

O CTA inicia suas atividades com uma equipe composta por um agrônomo (carioca, formado em Viçosa e cuja contato com o movimento de agricultura alternativa se dera na universidade) e por um psicólogo (mineiro, formado em Belo Horizonte, com passagem, como bancário, pelo movimento sindical dos bancários; pelo movimento popular urbano na periferia de Belo Horizonte, como militante do PT; por projetos não-governamentais de desenvolvimento rural, no vale do Jequitinhonha; pelo PLANOROESTE II, no norte de Minas, como técnico do Estado; pelo Movimento Popular de Cultura do Vale do São Francisco e por outros movimentos populares na região, como militante).

O perfil dos dois agentes que são contratados para iniciar o trabalho do CTA na região, torna-se um dado relevante quando se analisa o caminho e a direção que tomou a concepção do CTA, a partir, inclusive, das tensões internas entre a equipe, surgidas, principalmente, em torno da concepção do "CTA como Unidade Produtiva", que era, em síntese, a proposta do PTA/FASE:

"(...) tinha uma certa dificuldade de encaminhar, porque a questão da área [de experimentação] era uma questão prioritária. Só eu batia contra... então, a gente partiu para uma pesquisa (...), conhecimentos sobre a pequena produção e aí... isso foi avançando, em oitenta e sete... oitenta e oito... clarificou mais em termos de trabalho, que era, inclusive, jogar a área mais prá frente. E aí, jogamos a proposta da área para o ano de oitenta e nove(..)"(A., agente do CAA).

O início parece ter sido algo meio nebuloso para os próprios agentes que não tinham claro, ainda, a que vinha o Centro e como iria atuar numa situação em que tudo estava por construir. Desenvolve-se uma certa tensão interna em torno da própria concepção do Centro:

"(...) por onde começar? o que é isso? por onde é que eu faço? como é que nós vamos envolver os trabalhadores?... são discussões complicadíssimas, né... começam se fazer as discussões... eles [os dois agentes iniciais] fizeram um seminário chamando o pessoal de outros Centros prá ajudar na discussão... mas é muito difícil você é... juntando é... um vazio muito grande p'rócê começar a fazer isso.... ah, um: "vamos fazer um seminário, vamos discutir por onde começa, como começar!..." em fevereiro de oitenta e sete, logo depois que eles foram contratados, uma das primeiras coisas que foram feitas foi esse seminário, né? nesse seminário, veio várias pessoas do peteá [PTA]...(...) então veio alguns técnicos, alguns agricultores, também...(...) e aí foi feita toda uma discussão sobre isso: o que seria o Centro, como é que seria essa área... (...) exatamente, eles não sabiam concretamente o que seria o Centro...(...) aí foi caminhando e o pessoal muito perdido sem saber por onde começava...(...) por outro lado, cê tinha o finepe [FINEP] que cobrava relatórios, que cê tinha que fazer... (...) aí, bom, aí surgiu essa idéia: vamos fazer o diagnóstico da região... prá conhecer o produtor...(....) e paralelo a isso, foi sendo feito um trabalho com o movimento sindical... organizou-se aí, uns cursos... de solo... de pragas e doenças, né?(...) passaram a

dar assessoria a assentamentos, né? (...) mas com muita dificuldade de entender qual seria o papel do centro... (...) se o centro seria isso mesmo, se ele trabalharia a tecnologia ou se seria um Centro mais de assessoria à luta... dos pequenos agricultores em Minas Gerais, né? começou a pintar essas coisas, né? e aí começou a haver um embate muito grande, né? (...) até que aos poucos foi-se definindo... foi-se clareando.... quando foi elaborado o projeto para a miséria [MISEREOR] (...) já no final de oitenta e oito... aí já se tinha mais claro.... (...) (E., cf.).

Esse "clareamento" ou essa "definição" não se dá facilmente. Na verdade, ainda vem se construindo, num processo contínuo de avaliação da equipe, de oposições e conjunções internas e a partir da própria demanda dos camponeses e suas entidades na região. Os depoimentos retratam esse processo onde as representações dos próprios agentes acerca da entidade não são homogêneas:

"(...) aí fui procurar o coordenador nacional do projeto, prá eu acertar lá e conversar e saber. Aí fui... [...] e conversei com ele e... fiquei fascinado, né... pela proposta. (...) eu não sabia que existia isso, né? no Brasil... porque era um sonho, né, que a gente acalentava há tantos anos e que hoje tá aí se consolidando... bom, aí eu falei: tô a fim mesmo de entrar nessa... e aí fui convidado prá uma reunião em dezembro, aqui em Montes Claros, prá discutir o ceteá [CTA]... e aí veio o pessoal da rede (...) o pessoal da cepetê [CPT](...), é... veio um agrônomo da miséria [MISEREOR] (...) e a gente reuniu para discutir a proposta, ler o projeto... aí, tomei conhecimento do projeto... discutimos a questão da área... na época, o projeto era prá área do Ministério mesmo... implantar uma base física; uma área de experimentação; e o A., né, que também foi convidado pela cepetê [CPT] para compor a equipe técnica, né, com mais um agrônomo (...)" (M., agente do CAA).

A comparação dos depoimentos dos dois agentes que,

originariamente compuseram a equipe de trabalho do Centro, apontam para alguns aspectos importantes do tipo de embates internos que ocorreram (e ainda ocorrem) na própria equipe, em torno da constituição da entidade e do seu caráter:

"(...) então, o nascimento do ceteá [CTA] surge... a partir de percepções, de preocupação da Pastoral da Terra na região, né? e de um projeto chamado fundajú [FUNDAJUR], da Diocese de Montes Claros. Então, ele foi um projeto claramente elaborado pelos técnicos. Eu fazia muita crítica, fiz muita crítica a esse projeto, e hoje eu tenho também, mas diferente, da forma que ele foi implantado, inclusive, a proposta de implantação do Centro se dava o seguinte: primeiro, tinha que ter uma área de experimentação. E depois, com essa área de experimentação ia se construir algum... ia-se criar uma infra-estrutura, de tal forma, que fosse um Centro é... formador... um Centro demonstrador do tipo de agricultura que deveria ser implantada na região para a... para pequenos produtores viabilizar (...). Modelo de unidade produtiva. Inclusive, se pensava, até, da... do auto-financiamento do ceteá [CTA], pela produção que era gerada, ali, dentro daquela área que se chamava de experimentação, mas que, na verdade, não era área de experimentação... era área produtiva, era área demonstrativa, né? eu desde o início me coloquei contra isso, botava o pé na parede e quebrava o pau encima disso!... que o projeto era claramente técnico, que precisava fazer discussões com os agricultores prá saber como a entidade deveria ser organizada!... que não deveria ser organizada uma entidade que nem essa, que deveria ser um projeto, que deveria haver um trabalho de sensibilização... discussão com o movimento sindical e com associações, com grupos de pequenos produtores que poderiam não ser organizados formalmente, mas que poderiam ter um tipo de concepção dessa entidade e que, essa área [de experimentação] ela não deveria... ela poderia ser discutida, né? e ela poderia vir ou não. Porque, desde o início, eu sempre acreditei que as experiências, elas deveriam se dar muito mais nas áreas dos agricultores. As demonstrações deveriam se dar nas áreas dos agricultores. Porém, argumentava-se - principalmente a linha agrônômica do projeto - aliás, o projeto peteá [PTA], prá essa questão de alternativas no país, né, ele...

ele tem uma hegemonia em termos do pensamento agrônomo muito forte, inclusive... um pensamento muito técnico, agrônomo... e... com algumas... hoje, eu não digo, com alguma linha política... uma preocupação política... mas a preocupação política vindo sempre como sobremesa... como coisa paralela... a esse pensamento técnico(...). Então, dentro do projeto, sempre se teve essa idéia de se saber o que fazer, do trabalho que se tinha a fazer, mas uma dificuldade muito grande no como, justamente porque faltava essa ligação orgânica. E aqui, se deu isso, também...". (A., cf.).

O quadro delineado pelos dois depoimentos é característico da história do Centro, (como do próprio PTA a nível nacional). A proposta ainda vem sendo elaborada num processo de muita discussão interna e, nem sempre, em torno de acordos fáceis. A análise da trajetória do CTA/CAA evidencia que, no início, esse embate redirecionou o rumo da organização do Centro, chegando-se a um momento em que a área de experimentação deixa de ser o ponto de partida. Assim, na fase inicial do trabalho, nos anos de 87 e 88, decide-se pela realização de um diagnóstico da região e pelo trabalho de "sensibilização":

"(...)sensibilização, o que era: o que era agricultura alternativa, né; porque surgiu a agricultura alternativa; quais os outros tipos de agricultura que existem... a gente sempre colocava: agricultura alternativa; agricultura moderna; agricultura tradicional (...)... aí a gente discutia todo o sistema, o chamado sistema da agricultura tradicional, e depois a gente fazia discussões em cima da outra agricultura que vem sendo implantada no país, né? aí a gente contava a história, né, como é que ela se implantou... quer dizer: o caminho dela. E aí, a gente colocava que tá surgindo um outro movimento no país, principalmente entre os técnicos, quase só entre os técnicos, mas que pouco a pouco os agricultores vão participando dessa movimentação, dessa discussão, também, é... a agricultura ecológica,

alternativa, uma agricultura que realmente venha viabilizar a pequena unidade produtiva, familiar, né? a unidade camponesa. E, a partir dessas discussões, todas as que a gente fazia, fazia em termos de reuniões nas comunidades, ou fazia encontros municipais, ou encontros regionais (...). Começou a pintar é.. um ou outro agricultor sensível a esse tipo de proposta e esses agricultores, nós começamos a investir neles. Inclusive, um investimento mais individual do que em grupo. E procurávamos fazer com que os agricultores em volta se envolvessem com aquela proposta, com aquelas discussões, fazendo experimentações (...) ou fazendo discussões, uma análise sobre a sua... pequena propriedade, é, e... dessa forma, alguns chamados - pode-se dizer assim - quadros, né, surgiram e tão envolvidos hoje, no Centro (...)... né?" (ibidem).

No entanto, o impacto inicial, nesse processo de sensibilização (75), parece ter-se dado muito mais a nível individual. Os grupos de vizinhança, em torno daqueles agricultores que realizavam algumas experiências iam, aos poucos sendo atraídos pela "novidade".

"(...) eu creio que a proposta era por aí mesmo, né? e... o impacto, acho que não se deu, né, de forma muito forte, em termos da pequena produção, porque... por causa dos vinte anos que vem se implantando essa agricultura moderna aqui na região, com... a própria dependência que os agricultores têm dos projetos governamentais que viabilizam o pacote tecnológico..." (ibidem).

A partir de 88, a equipe foi ampliada pela contratação de mais um agrônomo que já participara, ainda como técnico da SETAS, do processo de discussão em torno criação do, então, CTA/Norte de Minas. Essa contratação

 (75) Sobre a atividade de sensibilização no PTA mineiro, cf. PROPOSTA nº 36 (op. cit).

atendia a uma necessidade colocada pela CPT, de atuar mais de perto nas áreas de assentamento na região (76).

Em junho de 89, a equipe recebe mais um agrônomo que vinha de uma experiência de trabalho em um programa de desenvolvimento rural municipal no vale do Jequitinhonha. Ainda em 89, a equipe recebe um sociólogo, que já trabalhara na FASE e no PTA mineiro e, mais recentemente, do final de 89, foi contratado de um técnico agrícola, com experiência no campo de técnicas alternativas de produção e que deverá ficar mais diretamente ligado à área de experimentação a ser implantada.

3.2.2- De CTA para CAA: mais do que uma simples mudança de nome.

O processo de discussão, como transparece nos depoimentos, instala-se e se confunde com a própria trajetória do Centro, forma pela qual a entidade vai tomando contornos mais próprios e mais peculiares, em relação ao PTA. Embora - segundo agentes da própria entidade - esta tenha nascido de propostas de técnicos e da CPT, o próprio debate que se estabelece internamente, em torno de sua concepção se dá pelo peso que - nas

(76) O agente contratado então, atuaria diretamente em Corgão/Boa Esperança.

trajetórias sociais dos agentes - teria, com maior ou menor força, a relação orgânica deles próprios com determinados movimentos sociais. Nessa relação foram construídas muitas das concepções e dos projetos políticos que expressam e defendem. Esse processo de discussão, inclusive, vai proporcionar uma abertura maior da entidade no sentido de haver um maior envolvimento dos camponeses e de suas entidades representativas, como sindicatos e associações, no processo contínuo de (des)construção/(re)construção da entidade.

O processo de discussão desemboca no momento da fundação (em termos jurídicos e formais) da entidade, em 1989. Aí, ocorrem algumas definições, como a do nome que, na verdade, revela-se como uma questão conceptual:

"(...) clareou muito mais isso, quando no dia da fundação, discutiu-se o nome, na realidade, no fundo, era a concepção, não era o nome; CTA tinha a proposta que era o Centro de Tecnologias Alternativas, que tinha claramente uma concepção que a questão tecnológica era básica... e tinha um outro... uma outra proposta de que a instituição, ela deveria ser, a partir dali, dos trabalhadores. Ela ia se organizar como instituição em que os trabalhadores deveriam ter o controle sobre ela. E que a questão tecnológica era uma das questões que deveriam ser tratadas, mas não, a primordial. Ela era básica, porém a questão da organização também era básica, né, como a assessoria e a questão da formação... e isso, devia se dar num nível mais político, a questão da assessoria e da formação. Como também, técnico-político (...)" (ibidem).

A definição pelo que seria concebido como um "Centro de Agricultura Alternativa" em vez de um "Centro

de Tecnologias Alternativas" parece marcar um "round" contra a concepção predominante no PTA, que era a do CTA como Unidade Produtiva.

Segundo seus estatutos sociais: "A Associação CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Montes Claros, Minas Gerais".(CAA, 1989).

Quanto aos seus objetivos:

"I- Objetivos Gerais: a)"desenvolver um Centro de estudos, de experimentação e formação para a pequena produção rural, NA AREA DE AGRICULTURA ALTERNATIVA b)colaborar na formulação e implantação de um modelo de desenvolvimento adequado às condições econômicas, sociais, culturais e ecológicas dos pequenos produtores rurais do norte de Minas.

II-Objetivos Específicos: a)recuperar, experimentar e difundir as tecnologias e experiências utilizadas pelos produtores; b)promover capacitação, formação e treinamento a pequenos agricultores, estudantes e técnicos nas áreas social, econômica, agrônômica e veterinária; c)possibilitar o intercâmbio de tecnologias alternativas; d)prestar assessoria e orientação a comunidades rurais, Associação de pequenos agricultores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais na sua organização, nas questões da

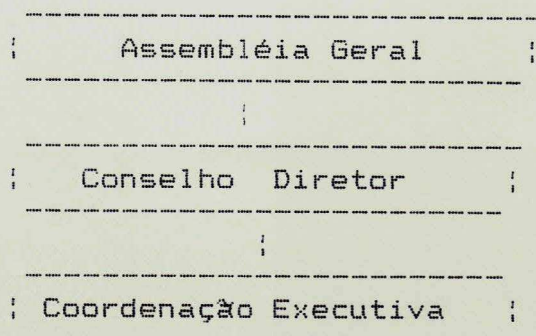
terra, da produção, transformação e comercialização de produtos; e)realizar publicações e promover seminários, cursos, encontros e ciclos de debates nas áreas de pequena produção, questão agrária, política agrícola, meio-ambiente e tecnologia; f)reduzir o custo de produção de alimentos e melhorar a sua qualidade biológica; g)defender, participar e incentivar as comunidades e entidades populares a lutarem pela preservação da natureza". (ibidem).

O que a princípio, partindo daquele encontro de 1985, parecia vir a ser mais um CTA - onde predominaria, basicamente, a característica de "unidade produtiva", sendo o eixo a tecnologia num sentido mais restrito de práticas alternativas - redireciona-se na tentativa de uma ação mais abrangente. o fundamento deixa de ser a "tecnologia" alternativa para ser a "agricultura alternativa" que, aparentemente, poderiam ser tomadas como um mesmo conceito. No entanto, a segunda concepção contém a primeira e a supera. Assim, o CAA pretende abrir um leque mais amplo de ação, onde a questão tecnológica seja tratada no bojo das questões sociais regionais. Como substrato, a questão do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro e suas consequências para a região norte de Minas e, mais precisamente, para os camponeses da região.

3.2.3-A estrutura do CAA.

A estrutura do Centro de Agricultura Alternativa pode ser representada pelo organograma (Fig. II):

Figura II- Estrutura do CAA



Nessa estrutura, prevê-se a realização de uma assembléia geral ordinária, por ano, até o mês de abril de cada ano, ou extraordinariamente, para: "a) Definir a orientação geral da assembléia; b) Examinar o relatório e a prestação de contas do Conselho Diretor, aprovando ou rejeitando. No caso de não aprovação, a Assembléia Geral determina os reparos ou aprova as propostas apresentadas; c) Eleger 11 associados que farão parte do Conselho diretor; d) deliberar sobre o programa de trabalho que será desenvolvido pela associação, bem como criar equipes de trabalho que se responsabilizem pelos seus setores; e) deliberar sobre o orçamento da receita e da despesa bem como dos planos de provimento financeiro; f) Apresentar planos de alteração de estatutos ou receber propostas no

plenário para discussão entre os sócios, aprovando alteração somente com a presença de dois terços dos associados; g) Aprovar as propostas de admissão de novos sócios ou rejeitá-las, bem como decidir a exclusão dos membros, em atendimento ao que determina os artigos 7, 8 e 9 destes estatutos; h) Aprovar a firmação de convênios e filiações com entidades nacionais e internacionais". (ibidem).

O Conselho diretor teria a função de dar a direção ao Centro. O atual é formado por nove camponeses "dirigentes e trabalhadores de base" (R., membro do conselho) e por dois "técnicos", oriundos da CPT, que não fazem parte da equipe técnica do CAA e que participaram do processo de organização do Centro, ainda no FUNDAJUR. Sua vigência está prevista até a Assembléia geral ordinária de 1990. Pelos estatutos do CAA, cabe ao Conselho Diretor:

a) "dirigir Associação; b) Fiscalizar o cumprimento das linhas gerais da associação, dar opiniões e propor meios para alcançar seus objetivos; c) organizar um quadro de funcionários que serão responsáveis pelo planejamento e execução das atividades da associação; d) indicar uma coordenação executiva, composta por três técnicos do quadro de funcionários, que se responsabilizará pelas atividades técnicas, administrativas e financeiras da entidade; e) verificar e dar parecer se as atividades da Associação estão de acordo com os objetivos gerais e específicos constantes nestes estatutos." (CAA, op. cit.).

No entanto, segundo depoimento de um dos participantes do Conselho, a estrutura atual do Centro,

quanto ao Conselho Diretor, precisa ser revista pois não "bate" com a realidade:

"(...) a estrutura do Centro, ela não corresponde à realidade... eu acho que o espírito do conselho diretor... de ter uma periodicidade... de ter os trabalhadores participando mais, né? de ter um... de ter alguém mais além... discutindo essas diretrizes e tal... ela não é atendida pelo conselho. Então, a estrutura não é adequada. Nem pra realidade de organização do movimento e nem pra... o próprio processo do Centro(...) a estrutura é... uma assembléia geral; um conselho diretor; uma coordenação executiva que é de três técnicos, da equipe técnica, né? na verdade, essa coordenação executiva assume as três funções que o conselho diretor assume estatutariamente... na prática... que é a função de fiscal - não tem conselho fiscal no Centro - e a função de direção política e a função executiva. De direção política e é... a função de... administrador (...) A proposta de democratização acaba não funcionando. Funciona pelas avessas." (R., cf.).

Para um outro membro do conselho esta não é uma situação claramente definida no CAA. Em seu depoimento, evidencia-se a preocupação em relação à questão da "direção política do Centro":

"Eu acho qui esse conselho diretô... a gente tá madureceno. Prá dispois qui cê começô tê u'a visão, acho qui esse conselho diretô, premêra coisa: um técnico, eu acho qui num pega bem, Qui ele num é... tamém só pru trabaiadô, ele tem dificuldade... eu acho qui nesse conselho diretô, ao meu ponto, da manêra qui tá, ele num deve continuá. Eu acho qui ele deve sim arrumá u'a manêra de você participá cumo conselho fiscal, aí... ni ôtra manêra pelo meno, mais ele num sê o conselho diretô. O técnico, pelo meno, eu acho qui ele num pega bem seno qui... se ele é formado pru trabaiadô, tê um técnico no mei. O técnico tem mais capacidade pelo meno mais ele tá fora da linha" (B., camponês).

A preocupação em torno da questão da direção,

retrata-se nos depoimentos de representantes dos camponeses que fazem parte do conselho, onde transparece uma certa restrição a que esse papel de direção (principalmente da "direção política") venha a ser desempenhado pelos agentes ou técnicos. No entanto na avaliação desta possibilidade, o próprio agente é avaliado, como demonstra o depoimento seguinte:

"(...) eu acho qui des' qui o técnico seja pelo meno igualmente a cumpanhêra R., qui ela tem cumprimisso, qui tem u'a isperiença... tem u'a históra de luta aí, acho qui sim. Ela vai dá até a gente mais, assim que é... nós num tem pessoas capacitada prá isso ainda, mesmo prá direção pulitica, num tem. Intão eu acho qui ela vai dá u'a... u'a grande colaboração. Ela... não só cumo ela né, mais qualqué ôtra pessoa qui tivesse u'a conciência pulitica eu acho qui... é muito bom, des' qui num pegue a direção cumo tá, né, a direção pulitica eu acho qui é importante sim té um pessoal..." (ibidem).

Quanto às competências da coordenação executiva, seriam as seguintes: "a)representar a associação, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente; b)movimentar as finanças, sempre em conjunto de dois; c)convocar e coordenar as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho Diretor; d)encaminhar as deliberações das Assembléias gerais e do Conselho Diretor; e)conduzir a contabilidade rigorosamente atualizada. Parágrafo Único: " a coordenação executiva terá uma orientação geral, com direitos e deveres, determinada por um Regimento Interno que será aprovado pelo Conselho Diretor." (CAA, op. cit.).

Segundo o entendimento de alguns agentes e de alguns camponeses membros do conselho, esta estrutura favorece a existência de uma "tensão de direção" entre a equipe técnica e o conselho diretor, estando em curso um processo de mudança no organograma original do CAA:

"É, a gente teve, assim, algu'a idéa, né, aí pur causa qui... é qui a gente nota é qui a gente é o conselho diretô, mais seno qui a gente num tá assumino a direção... geralmente quem tá assumino mesmo, assim, um controlo é... a gente é o conselho diretô mais num tá assumino a direção, né, intão sempre quem faiz o controlo mes' é a equipe técnica... intão eu acho pur bem geralmente qui a gente deve arrumá ôtra manêra da gente participá, não a gente seno a direção, seno qui a gente num tá seno a direção..." (B., cf.).

As referências à direção "política" e à direção "administrativa" como instâncias específicas, são claras. Para esse camponês, membro do Conselho, os papéis deveriam ser mais claramente definidos:

"(...) eu acho qui a gente deve tê mais é a direção pulítica. Participá mais da direção pulítica. Eu acho qui a direção administrativa mesmo tem qui sê cuns técnico. É. No dia-a-dia tem qui sê mes' pelos técnico. Nós num temo condição de tá puraqui. Essa proposta vai sê discutida na assembléia nos dia dois e três de março. Agora, vamo vê o qui é a decisão da assembléia, se eles acha pur bem... eu, na minha opinião, é de mudá. Pelo meno... não... pode reeleger alguém, mais eu acho qui deve mudá alguém. Tem mais gente aí do lado de fora, tanto cumo tem mais capacidade de... trabaiá e tem mais cumprisso tamém cum trabaio... é mais envolvido cum trabaio. Qui tem gente qui tá participano completamente só das assembléia e num tá levano o trabaio in frente... intão, eu acho qui deve sim, não só purque vence o prazo, elegê ôtras pessoa..." (ibidem).

Nesse depoimento, além da questão acerca das

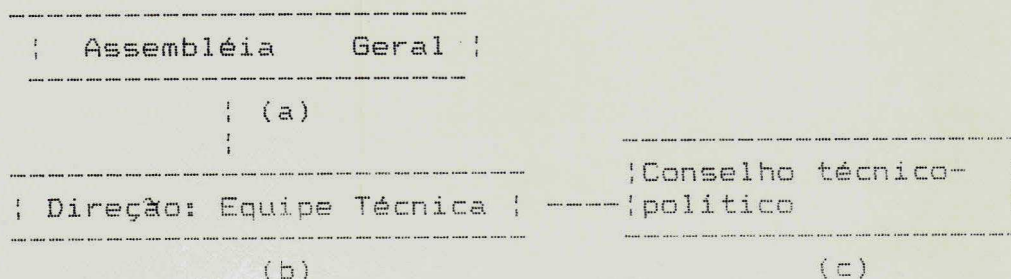
definições dos papéis das direções, aparece a questão - agora em relação a membros camponeses - do "compromisso" que antes aparecera em relação a técnicos. Aparece como um pré-requisito comum para ambos, agentes ou camponeses.

Em outro depoimento, essa mesma situação é abordada da seguinte forma:

"Eu acho que o processo, ele tem uma certa tensão na direção. Cê sabe como é que é. De repente, quem dá a direção são os técnicos. Mas chega numa reunião, o... por exemplo, há uma certa tensão, os técnicos querem mudar tal coisa e os trabalhadores não compreendem ou não querem. Existe uma tensão. Existe uma outra tensão que eu acho que é um pouco de... de... técnicos... de achar que quem vai decidir o salário deles são os trabalhadores que, às vezes, não tão entendendo nem nada de nada. Tá? existe uma tensão de valores ali, sabe, de... de mesmo direção... de poder... que é um... que se dá aí no conselho diretor. Na minha idéia eu acho que deveria mudar a estrutura..." (R., cf.).

A mudança na estrutura já era uma proposta concreta a ser discutida e votada na assembléia geral, naquela época, prevista para o início de março de 1991. Ela se traduz no organograma abaixo (Fig. III):

Figura III - Proposta reestruturação do CAA



a) Associados. Colaboradores; b) Para resolver a administração do dia-a-dia. Segundo agentes e camponeses, de fato, já vem acontecendo assim; c) Para decidir sobre as estratégias políticas do trabalho. Reunir de 3 em 3 meses. Composição: Representantes do MSTR; da CUT; da assessoria da CPT e das comunidades.

A análise da estrutura do CAA situa elementos importantes para o entendimento da relação dos camponeses com a entidade. A estrutura, na verdade, materializa aspectos significativos dessa relação que, por sua vez, permitem perceber alguns indicadores como: participação/exclusão dos camponeses na direção da entidade; o grau maior ou menor de democratização das decisões; o papel que os camponeses ocupam nessa estrutura. Mais profundamente remete, ainda, às expectativas em relação aos papéis a serem desempenhados por agentes e camponeses a partir das expectativas mesmas dessas categorias, expressas numa certa tensão de direção.

3.2.4- Atuação do CAA

O trabalho do CAA concentra-se em alguns municípios e, nesses, em algumas comunidades rurais. A delimitação de área foi feita após um levantamento da situação e tentativas de levantamentos de sistemas de

produção camponeses⁽⁷⁷⁾ da região.

O levantamento dos sistemas de produção vem a ser uma atividade fundamental na construção da identidade contrastiva como o Estado, perseguida pelo CAA. Essa importância refere-se à vigilância no sentido de não se resvalar para o "pacote alternativo" ou seja, para não se reproduzir, em supostas outras bases, a atuação do Estado. O fundamento é o de que a passagem da crítica/propaganda à busca de referências teórico/científicas, pelo movimento da agricultura alternativa, requer, segundo WEID (op. cit.):

"(...) uma preocupação em dar à identificação/sistematização de experiências da pequena produção uma atenção específica, retirando-a de uma situação de subproduto quase que aleatório do trabalho político de

(77) Essa atividade orienta-se pela concepção da agroecologia de que: 1) "(...) os sistemas agrícolas tradicionais estão baseados, frequentemente, em fundamentos e princípios ecológicos. E, em muitos casos, exibem um número de características desejáveis, como estabilidade sócio-econômica, elasticidade biológica e produtividade (...)". E de que: 2) "Na busca do desenvolvimento dos novos agroecossistemas, "nos países em desenvolvimento (...) os sistemas de produção tradicional possuem cenários [terras com baixo uso de energia; com ausência de distúrbios contínuos e que tenham sido manejadas com o objetivo de se incrementar ao máximo as interações entre tantos quanto forem os componentes biológicos, e não de simplesmente se aumentar a produtividade] em grande escala. Esses sistemas complexos estão bem adaptados às condições locais, os quais permitiram a subsistência de camponeses por séculos. Se os agrônomos ocidentais devem aprender sobre esses sistemas de produção devem fazê-lo rapidamente, antes que essa riqueza de conhecimento prático esteja irremediavelmente perdida" (ALTIERI, op. cit: 17:18).

crítica/propaganda para dar-lhe um trabalho mais científico. (...) não se trata apenas de "resgatar a tradição" das práticas das lavouras, muitas vezes já inadequadas às novas condições ambientais e econômicas (...). Não se trata, também, de conhecer a cultura popular com o interesse restrito de transformá-la (...) trata-se de identificar as inovações e adaptações idealizadas e executadas pelos produtores frente às modificações a eles impostas pelo universo ecológico e econômico que os cerca e que está em constante mutação (...). Diz-se que o pequeno produtor é tradicionalista, conservador, resistente à inovação - quando não é considerado estúpido, ignorante e predador. Insistir nisto é desconhecer dois parâmetros essenciais: de que inovação estamos falando e do risco implícito (...). Daí seu apego à tradição, ao saber herdado - que pode estar em crise mas sempre tem um razoável grau de adaptabilidade imediata às condições de sua inserção. O risco, na tradição, existe mas é conhecido, embora não controlado".

A avaliação do trabalho que já vinha sendo feito há dois anos desembocou na definição de alguns critérios para selecionar áreas para concentração da ação:

"Os critérios mais importantes seriam: (...) primeiro é... que a comunidade tivesse mais agricultores, né? segundo, que tivesse um certo nível de organização... ou presença do sindicato ou de associação... terceiro, né, critério, digamos assim, é... aquela comunidade onde o Centro já tivesse iniciado alguma coisa... já tinha feito a pesquisa... já tinha feito algum trabalho, né? é... quarto, né? que seriam comunidades dessa área mais próxima de Montes Claros, né? que já era um critério anterior... né? quinto... assentamento, né, sempre foi uma coisa que foi considerado um movimento p'rócê trabalhar... no início se trabalhou com quatro assentamentos; depois diminuiu prá dois e... acabou ficando um... (...) normalmente, os critérios foram esses..." (E., cf.).

A área de atuação do CAA compreende os municípios de Montes Claros (sede do Centro), Bocaiúva, Mirabela,

Varzelândia, e, nesses, 8 comunidades rurais "tradicionais" (78) e uma área de assentamento.

A partir dessa avaliação que leva o Centro a atuar em áreas definidas, elaboram-se linhas de atuação, melhor definidas em início de 1990, quando a equipe do CAA se reúne em um seminário de avaliação e elabora mais claramente os chamados "eixos" de atuação do CAA: as atividades de acompanhamento, assessoria e formação.

Esta definição redimensionaria também os papéis dos agentes na equipe. Assim, embora todos eles trabalhem em acompanhamento, um deles exerce a função de coordenador, sendo que os chamados "eixos" de formação e assessoria ficariam mais sob a responsabilidade do sociólogo e do psicólogo da equipe, o que não os exclui do trabalho de acompanhamento. Duas funcionárias na área administrativa desempenham as funções de suporte administrativo e a de organização de documentação e

(78) Não partilho da abordagem dicotômica das sociedades a partir de uma tipologia desprovida de movimento e tensão inerente às relações sociais. Nessa oposição entre "tradicional" e "moderno", o primeiro designaria uma comunidade uniforme, fechada e coesa enquanto o segundo seria traduzido como dinâmico e diversificado. Utilizo o termo "tradicional", de forma aproximativa, buscando caracterizar aquelas comunidades camponesas constituídas em etapas anteriores de ocupação econômica do norte de Minas. Comunidades que se organizaram, em geral, com base na posse e herança, por processos diferenciados daqueles pelos quais se organiza Corgão/Boa Esperança, num contexto mais recente onde a luta pela terra, na região, assume características de conflito aberto.

biblioteca do Centro. Esta divisão do trabalho entre a equipe técnica não é uma camisa de força:

"Na verdade, não existe essa separação: pessoal da área técnica.... pessoal da área social.... [uma crítica velada à EMATER] na verdade, por exemplo, a gente dividiu ãh... o técnico em relação às comunidades é... procurando assim, um pouco, por exemplo (...) de acordo com o potencial de cada um, o interesse de cada técnico, você... a experiência acumulada... né? com a experiência acumulada é que você acaba, né, contribuindo mais... (...) vamos arrumando. Por exemplo, entre os próprios agrônomos, aí... tem um potencial que eles pegam, então e investem mais, né?" (E., cf.).

Quanto à estrutura material para o trabalho, o Centro dispõe de uma sede administrativa onde funciona o escritório; dois veículos (à época da realização da pesquisa): um "Fiat" e um "Toyota" e está em fase de negociação a aquisição de uma área para montar a "área de experimentação". Pretende-se que esta área seja um local de formação de camponeses pequenos produtores e trabalhadores rurais. Até então, os cursos, encontros, etc, são realizados em comunidades rurais ou nas sedes de outras entidades como sindicatos, CUT, FETAEMG, etc.

Para se chegar à concepção dos "eixos" de ação do CAA, é necessário perceber como a entidade se situa ou se auto-define no contexto regional. O CAA define-se como entidade de assessoria aos camponeses da região e, como tal, elabora uma proposta de intervenção. Daí, originam-se os chamados "eixos" da sua prática político-pedagógica. Do

ponto de vista de conteúdo, o pano-de-fundo seria a questão do "modelo" de desenvolvimento.

A discussão do modelo de desenvolvimento é considerado pelo CAA como um passo a mais dentro do PTA. Significaria dizer que a proposta de T.A. do Centro não se resume em difundir práticas ou técnicas alternativas, uma vez que isso - do ponto de vista da entidade - não teria eficácia dentro do modelo de desenvolvimento atual. Assim, a concepção do "alternativo" extrapolaria sua "dimensão agrônômica" e ganharia um dimensão mais ampla :

"(...) a gente [CAA] acha que também não pode se distanciar da questão mais geral... né? então, por exemplo, o que significa discutir a questão do modelo de desenvolvimento do norte de Minas, hoje, né?... quer dizer: nós tivemos eleição prá presidente, né? é... (...) o petê teve que elaborar uma proposta... nós vamos ter eleição prá governo de estado, quer dizer... o petê vai ter que ter uma proposta de desenvolvimento rural prá região... ou vai continuar investindo nos grande projetos agropecuários, nos grandes projetos de irrigação... da Jaíba... né? ou vai continuar financiando reflorestamento da região...(...) então, eu acho que nesse aspecto o Centro pode contribuir muito... quer dizer... é uma palavra que a gente usava muito: contribuir... mas a gente tem tentado trabalhar mais a questão do construir... que é uma coisa que gente... **a idéia de que não somos técnicos, instrumentos de um modelo, né, mas um trabalho que vai ser feito, né, junto aos trabalhadores** (...) e tentar às vezes, que o movimento sindical saia daquele discurso sobre a pequena produção, de... reivindicar mudanças nos instrumentos de política agrícola, né, mas apontar, inclusive, alternativas... quer dizer: "nós não queremos simplesmente um crédito diferenciado para a região norte de Minas, nós queremos um modelo de crédito diferente..."(..) o que seria talvez pensar um modelo de crédito diferente desse que tá aí... como pode pensar um modelo alternativo de comercialização, né? (...)

discutir um projeto de irrigação diferente desse que tá aí... (...) assim, fazer com que o movimento sindical... consiga ocupar um espaço, saindo da rabeira dos instrumentos de política agrícola do Estado..." (E., cf.).

A discussão acerca do modelo engloba, do ponto de vista do CAA a dimensão científica ou seja, a questão da base científica, da racionalidade do modelo. Nesse sentido, a proposta se construiria no sentido do ecodesenvolvimento, cujas bases científicas encontram-se na agroecologia (79):

"(...)quer dizer: até que ponto você pode pensar num modelo de desenvolvimento diferente; sob paradigmas, inclusive, diferentes desses que tão aí, né? paradigmas.. científicos... né? da forma que a gente concebe hoje... então é uma coisa... um movimento que tá pegando muito forte na Europa... na Alemanha hoje... né? então essa discussão acho que vem sendo dada, cada vez mais... aí, questiona até o modelo de desenvolvimento socialista, do ponto de vista, né? da base científica dele, da base industrial, né? da energia... quer dizer: acho que essa coisa tá em cheque no mundo todo hoje..." (E. cf.).

(79) "A disciplina científica que se aproxima da agricultura numa perspectiva ecológica é aqui denominada "agroecologia" ou "ecologia agrícola" e é definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos produtivos agrícolas de mais ampla maneira. A tendência agroecológica encara os sistemas produtivos com uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações enérgicas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigados e analisados como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agrossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais" (ALTIERI, 1989: 18). Ver, ainda, ALMEIDA (op. cit) (1990).

Tendo como substrato a questão do modelo (80) - não plenamente elaborada por todos os integrantes da equipe e, portanto, em processo de construção - a proposta pedagógica do CAA vai se organizar, didaticamente, via os já citados "eixos" de ação: acompanhamento, formação e assessoria.

O acompanhamento, vem a ser o trabalho nas comunidades. Essa atividade inclui tanto o levantamento dos sistemas de produção, quanto orientações técnicas, trocas de experiências, catalogação das experiências e atividades de organização:

"Acompanhamento é a atividade de campo, né? é o... é o momento da gente estar presente nas comunidades. Onde a gente desenvolve uma série de atividades. é onde a gente desenvolve... algumas atividades que são definidas como atividades de acompanhamento. é uma atividade, né? básica... que envolve o próprio conhecimento, reconhecimento... de toda a realidade, né? desde a questão do meio físico... né? até... as relações, né... as relações de poder que tem lá dentro, né?... as formas como são... identificar alguns sistemas de produção... então a gente procura elaborar um diagnóstico, né? (...) a gente sempre procura sistematizar os dados que a gente tá coletando é... identificar alguns sistemas de produção e... realizar alguns experimentos, né? a partir da

(80) cf. WEID (1985: 9), sobre o caráter que esse debate tem assumido dentro da rede: "Para nós, embora não seja uma visão generalizada no movimento de agricultura alternativa, uma completa modificação do modelo está subordinada a transformações sociais e políticas que alterem o padrão de acumulação de capital vigente no país, as relações entre o capital agrário e o industrial, entre a cidade e o campo. Para posterior discussão, afirmamos apenas que o socialismo é uma condição necessária - mas não suficiente - para a realização desse novo modelo".

discussão de propostas e de interesses de alguns produtores, a gente realiza alguns experimentos. E... outra tentativa que a gente faz é... identificação; uma prévia indicação de algumas tecnologias (...) que os agricultores já utilizam e que a gente acha interessante sistematizar. A gente não tem conseguido sistematizar... a gente fica no nível de identificação, né? vamos acumulando, aí, prá... tentar sistematizar numa etapa posterior aí (...)." (A., agente do CAA).

A atividade de formação compreende os cursos distribuídos em três níveis:

"(...) a gente tem três níveis de formação: formação nível um; formação nível dois; formação nível três. (...) nível um é prá base, prá comunidades, né? porque aí, é formação num nível mais técnico, né? sobre agricultura: cursos de solo... cursos de pragas e doenças... cursos de criação de animais (...). Formação nível dois, que é formação prá liderança... que aí pega mais essa questão do modelo, né? é... agricultura e capitalismo... história da agricultura... análise de conjuntura... política agrícola, etecetera... e formação nível três que é prá técnicos e estudantes que é aí mais na área científica, vamos dizer assim, né? seriam cursos de agroecologia, das bases científicas da agricultura alternativa e um curso de metodologia de trabalho com os pequenos produtores..." (M., cf.).

A atividade de assessoria, por sua vez, parece, na visão dos agentes, ter um caráter diferenciado das duas anteriores: as primeiras teriam um caráter mais "técnico" e, às vezes, nem seriam atividades estanques:

"Os cursos que a gente dá, né, não deixam de ser, de uma certa forma, uma atividade de acompanhamento. Mas, a nível, vamos dizer assim... de visão... didática, né, a gente chama de formação. É uma atividade de formação. E também, é uma coisa que não é estanque né? hoje cê tá fazendo acompanhamento, também cê tá discutindo... cê tá de alguma maneira, fazendo formação. Mas a nível didático, prá gente poder organizar melhor as idéias, prá poder clarear mais os eixos do

trabalho, a nossa forma de trabalho, a gente dividiu dessa forma: quando a gente faz um curso, a gente chama de evento de formação, né, então é uma atividade de formação específica. Mas a gente trabalha a nível de comunidade, também, né, a gente tem... investido... na nossa atividade de formação, agente tem investido mais nesse tipo de formação de base, né? cursos de um dia... de vários temas, aí..." (A., cf.)

Esta última, assessoria, teria um caráter mais "político", segundo entendimento dos próprios agentes do CAA, sintetizado pelo depoimento que se segue:

"Agora, a assessoria, né, ela tem um caráter muito mais político... ela tem um caráter quase que estritamente político, né?" (M., cf.).

Esta atividade tem um interlocutor específico que são os sindicatos de trabalhadores rurais. No momento, os sindicatos de Montes Claros; de Mirabela; de Bocaiúva; de Francisco Sá; de Porteirinha; a Oposição Sindical em Varzelândia e, ainda, a Cooperativa dos Pequenos Produtores de Varzelândia, em processo de organização. A atividade de assessoria tem uma história imbricada na demanda da própria região, a partir da problemática enfrentada pelo MSTR e da atuação da FETAEMG e da CPT:

"Assessoria, também, a gente tá no começo, porque... bom; a fase que a própria região atravessa... os sindicatos são praticamente recentes... novos... sem estrutura nenhuma, sabe? como enfrentar os diversos problemas?... (...) no norte de Minas... um certo avanço deve à cepetê [CPT]. A regional do Norte de Minas, de certa forma tem canalizado essas demandas e tentado dar uma certa resposta, né?(...) então, tudo que acontecia: era problema de colheita... assassinato de trabalhador... é a questão da... ocupação de terra... é a questão da expulsão de camponês... é

a questão de assalariados... enfim!... tudo que acontecia no meio rural, caía na cepeté !... de um tempo para cá, a cepeté foi esvaziada... o bispo começou a... frear um pouco a ação da cepeté na região (...) o bispo tentou transformar a cepeté em Pastoral Rural... (...) começou a esvaziar o trabalho da cepeté (...) [os agentes pastorais] foram substituídos por gente muito mais ligada ao trabalho de evangelização (...) e, de certa forma, muitas dessas questões [citadas acima] começaram a cair dentro do Centro [CAA] (...) começou a cair aqui no Centro e a gente, de certa forma, a se envolver, fazendo mais nada além disso... dentro de nossa especificidade... então, temos assessorado a luta pela terra!... temos assessorado o movimento social no norte de Minas!... foi quando a gente começou a frear um pouco isso e a gente então começou a ter necessidade de ter mais claro qual o papel do Centro na assessoria ao movimento sindical aqui na região..." (E., cf.).

Se a FETAEMG não reclamou esse espaço junto ao MSTR tanto em relação à CPT, quanto em relação ao CAA, o mesmo não se dá com a recente CUT regional (criada em novembro de 1985), um dos "parceiros" do CAA para quem os papéis do CAA e da CUT precisam estar bem definidos:

"Olha, eu acho que a questão do centro, ele... eu acho que ele é um instrumento [de luta], assim que pode ser... usado, né, o... aliás... pode ser uma forma de ajudar a organização... e não, como direção, né? (...) as vezes, algumas assessorias acho que ainda tá confundindo a bola, ainda, né, porque no momento que você é entidade de assessoria, de ajuda, de clareza, de conhecimento, do objetivo que ele é, no momento que ele passa a ser um órgão de assessoria ao movimento, às entidades dos trabalhadores, à nível de luta, de organização de luta, né... porque u'a coisa é você... assessorar na questão da pequena produção que hoje passa... muito difícil a questão do norte [de Minas]. É... você assessorar a questão da pequena produção, que é a questão... vamos supor... um sujeito que tá lá, com algodão, né, com algodão e outras pequena produção, questão dos meio de

transporte, é u'a questã de luta; é ôtra coisa assim, cê entrã nu'a área qui talvez seria a CUT, talvez seria o próprio sindicato a incaminhá essa questã...(...) os técnico, né, os assessores, eu acho qui tem qui ouvi bastante a realidade do piqueno produtô e as dificuldade qui eles tão viveno na sua... na sua própria realidade, né, e vejo muito mais a questã da organização e da questã de frente de luta mesmo, a questã da CUT, do próprio sindicato, qui o Centro pode sê... pode facilitá isso prá organização..." (A., presidente da CUT regional).

Para o CAA esse não é um terreno sólido, onde se pise com segurança. Há vários problemas indicados pelos agentes em seus depoimentos, onde abordam, inclusive, a questão da competência e capacitação necessárias para o trabalho de assessoria. Para esses agentes, no entanto, não há como se elaborar uma proposta tecnológica, numa perspectiva de um modelo alternativo, a partir de bases sindicais tão incipientes ainda, como é vista por eles a situação do MSTR no norte de Minas:

"Eu acho que a nossa visão crítica é de que não é bem esse papel;(...). Mas a debilidade do movimento sindical aqui é... uma coisa que impõe essa realidade prá gente, né? " (M., cf.).

Se aparece uma certa unanimidade dos agentes em torno da visão da fragilidade do MSTR, vale ressaltar, porém, que não existe unanimidade na equipe, quanto ao caráter tático ou estratégico da assessoria ao movimento sindical: para uns parece tratar-se de um recurso tático, enquanto um meio pra se conseguir implementar a proposta da T.A. Para outros, a questão da organização e

fortalecimento do MSTR tem um sentido estratégico para os próprios camponeses. Assim, aparecem as contradições dentro da própria equipe do CAA, em termos de se conceber a relação CAA/movimento não sendo esta, portanto, uma relação claramente resolvida do ponto de vista conceitual, pela equipe, como um todo. É como se houvesse uma indefinição acerca dos papéis do CAA e do MSTR ou seja, quem deve se fortalecer? o Centro ou o movimento?

"(...) cê tem que trabalhar no fortalecimento das entidades... senão cê fortalece o Centro... cê passa a ser o mediador... cê passa a ser o interlocutor... puxa, né!... então, eu acho que essa é a principal questão que você tem numa entidade de assessoria... né? se é uma entidade de assessoria à organização dos produtor... dos pequenos produtores da região... senão você...(...)" (E., cf.).

Para outros, no entanto prevalece um certa preocupação com a perspectiva de fortalecimento do CAA, na região. Nesse processo de discussão interna, contínuo e não livre de tensões, O Centro vai buscando uma definição, junto aos camponeses, CPT e CUT e já tenta alinhar uma proposta para discussão em seminário regional:

"A gente tem claro algumas coisas: que a gente deve assessorar o sindicato na questão da pequena produção; nas questões de política agrícola, né? que o objetivo do nosso trabalho é... é... assessorar os sindicatos um pouco também nas discussões sobre os... sobre os projetos de desenvolvimento do Estado, na região, né? que vierem os sindicatos a serem chamados a opinar, e tal... a gente pode contribuir um pouco aí. Mas não passou daí. Isso é uma opinião nossa. A gente quer discutir isso com os sindicatos com quem a gente trabalha... e aí... a gente tá propondo um seminário, né? um seminário sobre assessoria sindical." (E., cf.).

O seminário (ver programa. Anexos) veio a ser realizado nos dias 29 e 30 de janeiro de 1991, com participação dos STRs de Montes Claros, Bocaiúva, Coração de Jesus, Varzelândia, Riacho dos Machados, Mirabela, de representante da CUT regional e da CPT. A discussão acerca da questão "assessoria" revela um MSTR ainda pouco afeito a esse debate. No entanto, revelam-se, também, posições claras acerca da necessidade da definição de papéis em termos das entidades de assessoria e da expectativa de um trabalho conjunto realizado por essas entidades com as quais os agricultores contam para assessorar as lutas encaminhadas pelo MSTR:.

" Se o Centro fosse abocanhá tudo, ia anulá os ôtro... até os nosso... a federação [FETAEMG]... tem a CPT... cada um tem sua função..." (J., representante sindical).

"Mais tem qui tẽ u'a unidade. As entidade incostada... as idéia igual prá se completá..."(C., representante sindical).

"Pode sê, né? cumo é tantos, né, pode até trabaiá junto né? nao falá cumo ele falõ, qui a CPT faiz milhõ... trabaiá junto, né, mais sabeno quem característica mais cum certa área, de modo qui o trabaio conjunto, né? mais veno quem é mais responsave pur determinada área...". ([não identificado], representante sindical).

"O muvimento sindical até hoje tem um introsamento piqueno. O Centro é novo e pôcos sindicatos são introsados. Ai, o movimento sindical precisa sabê a função de cada um cum clareza. Acho qui é a premêra vèiz qui tâ discutino junto e daí a gente vai sabê quem é qui a gente vai procurá... Eu pelo meno tive pôco introsamento... num sei se é pela diferença de orientação sindical... federação, cúti [CUT]... tá teno u'a diferença na divisão de pudê entre cúti e fetaemgue [FETAEMG]..." (B., representante sindical).

No discurso dos dirigentes sindicais surgem algumas "pistas" para se ter um perfil de como a questão "assessoria" é concebida. Chama a atenção a ênfase colocada na necessidade da "definição de papéis", assim como uma certa preocupação em relação à autonomia do movimento frente aos assessores. O seminário de assessoria não esgota o tema e aponta para a necessidade de discutí-lo de forma mais sistemática e de pensá-lo de forma conjunta: CAA, MSTR e demais entidades.

Uma outra atividade, que possivelmente se encaixe dentro do "eixo" de formação, mas que se destaca pela relevância que tem na história do PTA e do próprio CAA, é a "área experimental":

"(...) a questão da área que é uma coisa nova, né, que a gente... não tem claro, né, como é que vai ser essa área. A gente.... vai ser uma propriedade modelo ou vai ser uma área de experimentação?(...) mas uma coisa que é certa é que lá vai ter uma infra-estrutura prá encontros.. prá cursos, né? não para os cursos mais técnicos, mas inclusive os cursos... mais a nível dois... prá liderança... isso já vai ser uma referência, né? pro movimento sindical, por exemplo... principalmente por ser uma área rural, né? e mesmo, cursos, né? que embora eles devam continuar a serem dados nas comunidades, mas eu acho que... você trazer de vez em quando... lideranças de comunidades... agricultores das comunidades prá visitarem o centro.... ficar ali discutindo, dois ou três dias... questões... passa a ser uma referência do centro na região... referência pro movimento sindical... na região... um espaço, não só prá discutir... a produção... a tecnologia.... mas discutir a organização...(...)." (E., cf.).

A expectativa é de que essa área venha a ser um centro de capacitação para camponeses da região. Lá seriam

ainda realizadas experimentações, o que, no entanto não excluiria o trabalho de experimentação nas comunidades.

Quando tratam dos eixos de ação do CAA, os agentes deixam transparecer uma outra preocupação que é o chamado "trabalho de base":

"(...) a questão do trabalho de base prá nós é um complicador (...) quer dizer... a gente acha é... prá você avançar num trabalho... a questão da tecnologia... com esse enfoque que nós tamos dando... cê tem que ter uma comunidade bem organizada... né? (...) a maioria das comunidades do norte de Minas é muito desorganizada... não tem organização política nenhuma (sic)!... as associações foram criadas por projetos do Estado...tem um politico... vereador ou político que controla... sabe? é... o sindicato não tem força prá fazer um trabalho de porte... quer dizer... existem algumas comunidades um pouco melhor(...) mas isso é raro...(...)e a gente sabe que se esse trabalho [de base] não avançar, você não consegue avançar também nas outras questões... principalmente se você conceber a questão da tecnologia alternativa, não só como uma questão da pequena propriedade, mas uma questão mais é... ampla, sabe? (...) então, eu acho que o Centro aqui, não tem muita perna prá fazer isso... a questão do trabalho de base... (...) sei lá, né? (...) tentar fazer esse trabalho via outra organização...(...) ou então cê vai pegar uma outra comunidade que tenha um nível de organização razoável prá você deslanchar... porque a igreja (...) ela faz um trabalho de base muito bom, mas quando chega num nível, eles param... (...). A igreja tem (...) uma tecnologia violentíssima!... os enfoques pelo viés da fé são muito eficientes!... (...) agora... não conseguiu dar o passo também... Fica ali... e eu acho que o Centro... essa coisa de agricultura alternativa... o peteá [PTA]... entra justamente a partir de um determinado momento que... de certa forma já existia o trabalho de base (...) no campo.... (...); ele vem contribuir com o principal que eu acho que é essa (...) a questão de politizar a produção... politizar a tecnologia...". (E., cf.).

No tratamento dessa questão, um aspecto que considero importante por ter várias consequências para a prática do CAA junto aos camponeses, é o que trata do conceito de "comunidade organizada". Observo, através de vários depoimentos que para a equipe, parece haver um "nível" determinado a partir do qual a comunidade passa a ser considerada como "organizada". Tal nível parece estar diretamente ligado à presença e aos papéis desempenhados por entidades como STR ou associações existentes nas comunidades. Esse "nível" seria um pressuposto para o trabalho mais específico do CAA, no campo da tecnologia. É comum a todos os depoimentos colhidos entre os técnicos, a visão de que um dos entraves para o trabalho do CAA vem a ser esse "nível", no caso, insatisfatório.

Em assim concebendo, a equipe fica presa de uma forte contradição em seu próprio discurso: por um lado, o CAA é definido como entidade de assessoria aos camponeses da região, colocando-se como aliado em defesa de suas lutas. Por outro lado, esse próprio aliado identifica limites para a "construção" de uma proposta. Nesse caso fica, no mínimo, a questão de se saber de quem é essa proposta e, até que ponto, a prática político-pedagógica, em sua dimensão metodológica, vai se diferenciar de outras intervenções, como a das instituições do Estado, por exemplo. Isso, no sentido de entender esses chamados "limites" não como características essenciais ou naturais

dos camponeses e sim como características históricas e, portanto, constituídas num processo onde a cultura e a história regionais e locais são elementos determinantes/determinados, não sendo passíveis de serem vistos como cristalizados.

Nesse aspecto, surge a necessidade de o CAA rever sua prática político-pedagógica, principalmente em termos de sua dimensão metodológica. Isto implica em retomar - com os camponeses - a construção de uma práxis, em seu sentido mesmo de superação da visão impressionista que, se de um lado parece acometer aos camponeses - segundo entendimento da maior parte dos agentes - por outro lado, parece acometer aos próprios agentes ao analisarem esses mesmos camponeses, em suas comunidades, em termos dos seus "níveis" de organização.

3.2.4- A intervenção do Centro no norte de Minas: Perspectivas, alianças, impactos e identidade contrastiva.

Para a equipe do CAA, há dois níveis de intervenção da entidade na região: um nível "micro" que seria a atuação a nível de comunidade, diretamente junto aos camponeses, através dos "eixos" já abordados e um nível "macro" que passaria por uma articulação com outras

entidades regionais que atuam em defesa do meio-ambiente e que teria uma atuação mais abrangente em termos de questões regionais. Nesse sentido, as alianças são formadas tanto com os camponeses, quanto com entidades e instituições afins.

Em termos de instituições do Estado, a equipe do CAA aponta como aliados alguns técnicos e não as instituições em si. Essa situação, inclusive vem de uma história da relação CTA/instituições do Estado. Num primeiro momento - a partir do impacto inicial, provocado pela intervenção da entidade na discussão das questões regionais, inclusive, no plano técnico - a equipe do Centro chegou a ser convidada para participar de treinamentos e encontros de técnicos de instituições públicas que atuavam na região. Entretanto, tal proposta viria a exaurir-se na primeira tentativa: a realização de um "curso de introdução à agricultura alternativa" para técnicos da EMATER-MG, SUDENOR, EPAMIG, RURALMINAS, SETAS onde, a discussão sobre o modelo de desenvolvimento no processo de modernização da agricultura no país, com profissionais de órgãos que faziam parte desse modelo, trouxe inevitável mal-estar:

"(...) isso colocou as instituições com um pé atrás em relação ao Centro de Tecnologias Alternativas." (A., cf.).

Tentando se situarem em relação às demandas nesses

dois níveis de ação na região, os agentes ao avaliarem a trajetória do Centro até o momento, fazem um balanço dos impactos e das perspectivas do CAA na região:

"(...) esse impacto, ele vem se aprofundando mais nesses três níveis aí: a nível de instituições do Estado, de política governamental; a nível de grupos de pequenos produtores onde a gente atuava mais diretamente e às instituições do movimento sindical, de formas variadas." (A., cf)".

Os impactos não se limitariam a esses espaços. Haveria, portanto, um outro tipo de impacto, mais amplo, num contexto mais abrangente, a partir das discussões das "questões regionais". Estas, tidas como decorrentes do modelo de desenvolvimento implantado pelo processo modernizador na região, entre cujas consequências poderiam ser citadas: o desmatamento acelerado; a indústria do carvão; a política da seca; a concentração da terra e da renda; o reflorestamento; os grandes projetos de irrigação beneficiando grandes empresas privadas, etc... Esse outro impacto, mais amplo, ocorreria:

"(..) a partir do momento que começamos a divulgar (...) através dos meios de comunicação, pra sociedade a nossa proposta de trabalho, a nossa discussão, o nosso questionamento sobre o modelo, né? ao questionar a questão da irrigação... ao questionar o reflorestamento... e... e o carvoejamento na região e a contestar opiniões de técnicos dos órgãos públicos, que antes eram tidos como donos da verdade, pois não havia ninguém... (...) a pastoral [da terra] tinha uma ou outra argumentação, é... contestando essas declarações [dos técnicos do Estado], só que a pastoral contestava mais a nível político é.... era bastante identificada pelos próprios meios de comunicação como... como uma manifestação também

petista... e uma manifestação claramente que... com uma argumentação técnica, né, é... com pouca discussão sobre a questão da produção em si. E... aí, a partir do momento que o Centro começou a jogar... a colocar seu projeto, né, e... com uma proposta claramente política (...) e com uma argumentação claramente técnica, isso começou a ter um impacto na.. na região" (A., cf.).

Quanto às perspectivas do CAA em termos de "construção" da proposta que defendem, na região:

"Eu acho que vai ser... possibilidade de nunca se chegar, assim como o que seria o ideal, né? (...) você vai poder atuar em algumas intervenções... que podem fazer avançar ou apontar caminhos para a possibilidade de mudar a construção do modelo prum modelo alternativo. Eu acho que é isso que vai ser possível, quando você tiver mais ou menos é... trabalhadores no poder, né? aí, os trabalhadores vão ter um modelo hegemônico para ser implementado....(...) mas (...) nós vamos chegar ao poder, prá depois pensar esse modelo? ou você constrói o modelo na... na prática né? então já tem umas pistas que você já pode ir trabalhando e construindo, né?" (E., cf.).

Uma outra perspectiva seria a de uma articulação mais ampla com outras entidades, partidos políticos, etc, inclusive levando a discussão da "questão regional" para fora da região:

"(...) com a festa do pequi [1ª Festa do Pequi, 1990] então, colocou bem claro prá nós, e... acho que a gente teve uma participação importante na festa do pequi... e o pessoal que veio de fora, né? o pessoal ligado à área do meio-ambiente, o pessoal ligado à corrente verde do petê [PT]... que veio aí, né? (...) os ecologistas do petê que tiveram aí, né? assim, acharam que o trabalho da gente é importantíssimo... que a gente tem que ocupar espaço... a nível regional, que a gente tem que circular as informações que a gente tá coletando..." (M., cf.).

O nível de inserção do CAA na região ainda não é tido como definido:

"Acredito que o Centro consegue... agora, assim, o resultado que o Centro consegue é muito mais uma discussão macro... né? em termos de... elaborar documentos, discussões... estudos... e... levantar determinadas demandas que devem ser encaminhadas para instituições científicas... prá teses... prá universidades.... prá epamigues [EPAMIG] e embrapas [EMBRAPA] da vida... e... eu creio que nessa questão das discussões do modelo de desenvolvimento, nessa questão macro, o Centro tá se capacitando e... tá avançando bastante e creio, inclusive, que nos próximos... esse ano... é... uma... essa área de atuação, esse tipo de trabalho em termos de análise mais macro, de atuação mais macro, creio que a gente tende a consolidar...(...) inclusive, a aprofundar muitas questões que estão aí meio soltas (...). Aliás, no país, a discussão do modelo de desenvolvimento da agricultura tá muito fraca, pelo menos a gente conhece pouca literatura, conhece pouca gente que trabalha nisso aí...(...)" (A., cf.).

O CAA atravessa um momento em que precisará definir, com muita clareza, os seus projetos e sua intervenção nesses dois níveis apontados pela equipe. A intenção parece ser a de que o Centro venha a ser um dos elos importantes de ligação entre os camponeses e a discussão mais ampla da problemática regional, com base na questão do modelo de desenvolvimento. Um dos papéis centrais seria assessorar às próprias entidades representativas desses camponeses, ou como dizem os agentes: o "movimento".

Esse projeto que aparece - num discurso nem sempre homogêneo, por parte da equipe - como sendo a

perspectiva do CAA na região, deve ser entendido como algo que está sendo construído e que envolve tanto a perspectiva desses agentes - e aí, é relevante considerar que existem várias perspectivas, ou seja, diversas formas de conceber a atuação e o papel a ser desempenhado pelo Centro - quanto a dos camponeses. Estas, expressas através das demandas e da forma de relacionamento que vão estabelecendo com a entidade e dos objetivos almejados.

Uma outra perspectiva que convém considerar é a dos demais movimentos existentes na região, ligados à questão do meio-ambiente, principalmente, e que também demandam do Centro uma certa resposta.

Uma característica importante a ser levada em conta em relação à definição desse projeto é a de que o CAA, enquanto uma ONG, é uma entidade não submetida a uma estrutura hierárquica vertical, podendo ser mais flexível e, portanto, mais susceptível de ir sendo moldada no contexto mesmo dessas várias perspectivas. Convém ainda levar em conta que ao próprio CAA interessa firmar sua identidade contrastiva em relação às instituições do Estado que atuam na região, o que também influencia na construção da proposta do Centro e de sua própria identidade no contexto regional.

3.2.4.1- Intervenção do CAA em Corgão/Boa Esperança

Em termos gerais, a atuação do CAA junto a uma categoria específica do campesinato nortemineiro - os posseiros - situa-se no quadro mais amplo da intervenção na região. Esta atividade, por sua especificidade no envolvimento com camponeses em luta pela conquista da terra, coloca para a entidade e seus agentes, questões acerca da reprodução do campesinato, em geral e dos posseiros, em particular. Essa percepção pode ser expressa por alguns depoimentos dos agentes, onde se evidenciam muito mais questões que respostas, indicando a ocorrência de um processo de reflexão da equipe.

Nesse processo, parece que se configura uma "tomada de posição" (BOURDIEU, apud SOTO, op. cit.) em relação aos camponeses, notadamente em torno da questão da sua reprodução social. Essa posição, no contexto regional, expressa-se por uma crítica à concentração fundiária no norte de Minas e pela necessidade de entender como ocorre na prática de sujeitos sociais concretos - no caso, os posseiros de Corgão - a luta pela permanência na terra. Para o agente do CAA que atua mais diretamente em Corgão, essa experiência é tida de seguinte forma:

"A importância que a gente vê no trabalho com assentamentos é um dado que existe aí. A gente sabe que a piquena... a questão da piquena

produção hoje, uma coisa qui mexe concretamente com ela é a questão do limite espacial... do limite, sabe... ela tá aí confinada... na região e tal... qui a sua própria reprodução tá sendo, sabe... tá um processo cada vez mais difícil... a piquena produção, com o passar dos anos, com a certa meia incorporação do pacote tecnológico e tal, ela... tem se deparado com uma série de entraves né, qui um deles é a questão concreta e tal... onde eles estão localizados, não dá mais para expandir... eles têm pouca terra e além disso estão localizados em terras fracas e tudo... bom... aí dentro dessa perspectiva, a gente vê a questão da reforma agrária é... como uma questão essencial prá poder se pensar... uma alternativa... de um modelo alternativo qui interesse à sociedade como um todo... (...) a gente vê qui o qui tá aí é uma questão dada, pô! oitenta por cento das terras aqui na região tá na mão de um grupo piqueno... intão, a questão, ela tem importância!... intão, a gente pensa nesse trabalho com assentamento, pensa algumas questões qui... uma delas é isso: concretamente, seria a gente... a necessidade da reforma agrária a reforma agrária... é uma coisa qui tá aí... a gente teria qui compreender: o qui é esse negócio de reforma agrária qui a gente tá intrando né? quando se fala in reforma agrária, o qui é qui acontece na prática, né? cê junta um grupo de pessoas, né, e tal... tem algumas experiências qui já tem experimentação, qui já se sabe uma série de coisas qui existem [referência às experiências acumuladas pelo MST]... e a reforma agrária, né, que qui dá? qui elementos novos se dão aí prá poder viabilizar alguma coisa?... intão a gente trabalha, né, um pouco nesse sentido. A perspectiva do trabalho é de compreender essas questões qui até intão a gente tava.... totalmente fora do nosso processo de reflexão, né, ou do processo de reflexão da própria equipe.... (C., agente do CAA).

O CAA não acompanhou a ocupação desde o início e, sim, a partir de um momento em que ela se encontrava praticamente assegurada:

"Foi o seguinte: eles ocuparam a terra; ficaram cum problema de cumida... aí, saiu uma equipe de cinco posseiros, né? uma delegação de cinco

posseiros, prá fazer contato com os órgãos [de apoio] tá? prá poder... viabilizar isto. Intão, eles tiveram aqui in Montes Claros... foram no nosso iscritório, foram na pastoral [CPT]... fora, na setas [SETAS], forma na elibeá [LBA]... fizeram assim, uma série de contatos... a gente já cunhicia o V. [um dos posseiros que já fora líder sindical] e que deu as dicas pro pessoal: "vai lá, num sei o que..." (...)" (ibidem).

A intervenção, portanto, se dá, já no processo de consolidação interna do assentamento, numa fase onde os posseiros se viam às voltas com as negociações com: a Prefeitura, o INCRA, os fazendeiros vizinhos, etc.:

"(...) desde o início da ocupação, não, né? mas quase que desde o início, né? o pessoal ocupou em... julho de oitenta e sete e... mas a coisa ficou enrolando até setembro... outubro... né? nesse acordo com o ministério... e aí eles resolveram plantar mesmo, né, já foi no final do ano... aí, eu nem tava trabalhando no Centro ainda... (...) aí, eu comecei a trabalhar em fevereiro de... oitenta e oito. Em fevereiro, mesmo, foi a primeira vez que eu fui lá, já prá discutir com eles o trabalho (...)" (ibidem).

A intervenção do CAA em Corgão se dá, por intermédio da CPT (responsável, em parte, pela contratação do agente que iria atuar no assentamento), no contexto de uma proposta de trabalho para áreas de assentamento e ocupação, concebida a partir de encontros de agricultura alternativa realizados em 1987, no norte de Minas Gerais. Esses encontros, mediados pela FETAEMG, ocorreram em áreas de assentamento no norte de Minas. Nesses encontros, a centralidade das questões relacionadas a uma intervenção do Centro, era colocada em torno da

organização e produção, como uma alternativa à intervenção dos órgãos estatais.

Na avaliação do CAA, "(...) já nesses encontros diversos problemas foram identificados, entre eles: os posseiros não tinham claro o seu projeto de assentamento; as intervenções dos diversos órgãos do Estado se davam de acordo com as concepções de trabalho de cada órgão; a prática autoritária dessa intervenção causava reflexos negativos na organização dos trabalhadores; as propostas de exploração da área seguiam esquemas clássicos da produção individualizada e de acordo com os pacotes tecnológicos da EMATER; os STR não tinham claro de como desenvolver um trabalho nestas áreas" (CAA, [19..]).

Esse diagnóstico levaria o CAA, juntamente com a CPT e a CUT a elaborarem uma proposta de intervenção em áreas de assentamento e de ocupação (81) na região. Essa proposta a ser discutida com os posseiros, previa, em linhas gerais:

1-Diagnóstico dos assentamentos e das áreas de ocupação através de história da área; cadastramento da famílias; estudo dos diferentes grupos sociais nos assentamentos; análise da intervenção dos órgãos de Estado e de entidades

(81) As áreas de assentamento são aquelas onde os posseiros já tinham garantido o direito de exploração da área: Vereda Grande e Cachoeirinha. As áreas de ocupação são aquelas onde esse direito ainda não estava garantido: Mimoso e Corgão/Boa Esperança.

não-governamentais; discussão da organização dos posseiros.

2-Uma intervenção nas áreas de assentamento centrada na "avaliação em cima dos estudos dos recursos naturais, de capital e humanos, e de potencial de produção, as propostas de ocupação e de produção e possíveis alternativas viáveis de serem implantadas nos assentamentos" (ibidem).

3-Uma intervenção nas áreas de ocupação centrada em dois eixos: a) no estudo dos recursos naturais: área, solos, vegetação, recursos hídricos, etc., e, b) em propostas de ocupação e de exploração a partir da avaliação a respeito de como deveria ser a divisão da área e de como deveria se dar a exploração: se a nível individual ou a nível comunitário e, finalmente, formas de organização para viabilizar a produção.

A metodologia proposta previa três momentos-chaves para a produção e socialização do conhecimento entre agentes e posseiros, a respeito das áreas e dos grupos sociais envolvidos: a) um seminário para discussão sobre "os projetos de assentamento do governo e o projeto de reforma agrária dos trabalhadores"; b) estudos sobre o processo de assentamento, através do aprofundamento teórico das questões: "(...) análise dos critérios de vistoria; como deve se dar o assentamento - antes, durante e após o parcelamento; organização da produção;

organização política. c) elaboração de cartilha sobre o assentamento.

Embora parceiros nessa intervenção, a relação entre CAA e CPT não era isenta de dificuldades⁽⁸²⁾. A principal dizia respeito à definição do tipo de trabalho a ser desenvolvido e que passava por uma articulação do Centro com a CPT. Esta, interessada em conhecer melhor a dinâmica do assentamento, patrocinou, em parte, a contratação do agente do CAA.

Mesmo convergindo a médio e a longo prazo, os interesses imediatos de cada entidade divergiam: à CPT, interessava, principalmente, realizar "(...) um trabalho de assessoria na organização dos assentados e que fornecesse subsídios para entender o processo de reforma agrária dos trabalhadores, além de um aprofundamento teórico nessas questões. O Centro tinha um interesse mais imediato em trabalhar com a produção com vistas à viabilização do assentamento e que fornecesse subsídios nas discussões/propostas de um novo modelo de

(82) Na avaliação do agente que atua em Corgão, a verdadeira integração foi se dando no desenvolvimento do trabalho. Se no início houve uma maior aproximação com a CPT e menor com o MSTR, essa situação reverter-se-ia no desenrolar do processo. Esse distanciamento posterior da CPT tem relação com a trajetória da Pastoral na região: nos últimos anos, a diocese atual impõe uma mudança progressiva na atuação da CPT que passa de uma prática politicamente mais agressiva e envolvida diretamente com os conflitos de terra, para uma prática mais "pastoral".

desenvolvimento adequado às condições ecológicas, econômicas e culturais dos trabalhadores" (CAA, [19--]).

A intervenção do CAA em Corgão ocorre numa fase em que a entidade encontrava-se em processo de definição do trabalho de acompanhamento às pequenas propriedades em outras comunidades. Pela especificidade da trajetória dos assentados, esse trabalho necessitaria ser feito em uma ótica diferenciada em relação aos demais grupos camponeses não-assentados junto aos quais o Centro atuava.

Segundo avaliação do agente que atua em Corgão, o caráter dessa relação foi sendo moldado no processo de intervenção onde foram surgindo "(...) atividades que embora não fossem funções específicas do eixo de trabalho do centro, nos obrigava a dar algum tipo de encaminhamento que não estávamos preparados profissional ou politicamente (...). Assim, o trabalho ia seguindo por uma linha muito mais de intuição do que por uma avaliação mais criteriosa". (ibidem).

O fato descrito acima, vem a ser fundamental para se perfilar a intervenção do Centro tanto em Corgão quanto no restante da região. Uma característica básica dessa intervenção: a proposta deve ser elaborada num processo recíproco de informação. Assim, o agente, em contato direto com os camponeses e, juntamente com estes, reelabora, continuamente, a proposta. Nesse sentido, a

relação de aliança entre a entidade e os camponeses tem significados gerais que podem ser expressos pela proposta mais genérica de intervenção e significados específicos, configurados a partir da intervenção junto a determinado grupo e a partir da atuação de determinado agente.

A especificidade no caso de Corgão/Boa Esperança pode ser identificada no envolvimento do Centro com "(...) problemas especificamente relacionados à questão dos sem terra, como por exemplo a luta com o fazendeiro vizinho, a definição do processo de desapropriação e emissão na posse, a necessidade de definir as formas de parcelamento, de exploração da área como um todo e uma série de questões de organização interna, de vivência em grupo, de escola, de saúde, etc., que eram colocados para a assessoria que dávamos no assentamento" (ibidem).

Nesse sentido, reforço uma observação já feita anteriormente a respeito da característica de uma entidade cuja estrutura não seja verticalizada como ocorre nas instituições do Estado. Assim, é no próprio contexto da intervenção junto aos camponeses que se vai forjando, concretamente, a proposta de intervenção. Aqui, a linha de frente não é a entidade e, sim, o agente.

A percepção do agente a respeito da sua própria relação com os camponeses, com as instituições do Estado,

com as entidades de apoio e com o movimento sindical vai se configurando no processo do estabelecimento dessas relações, podendo ser assim resumidas:

"(...)conhecer melhor quem são os assentados, suas origens, aspirações, etc, ao mesmo tempo que possibilite a eles conhecerem melhor o assessor, a entidade, suas propostas, etc.(...) Procurar criar condições de participação da maioria dos assentados e de surgimento de idéias, opiniões e propostas de encaminhamento das questões relativas ao assentamento (...), não se furtar a dar opiniões, contrapor e/ou questionar as propostas dos assentados, principalmente das que objetivem beneficiar interesses individualizados ou de exploração predatória dos recursos naturais". (ibidem).

Esse depoimento indica, por parte do agente, o reconhecimento dos posseiros como sujeitos de conhecimento, capazes de definições a respeito do seu próprio destino. Expressa, ainda, a busca de uma mediação onde haja o aprofundamento do conhecimento recíproco de ambas as partes envolvidas. No entanto, essas premissas não absorvem em si o papel do mediador ou seja, do ponto de vista do agente, o mediador - se não se coloca como vanguarda - por outro lado também não se coloca a reboque do grupo. Nesse sentido, evidencia-se a preocupação com a defesa de um projeto de matizes coletivistas e ecológicos.

Em relação à instituições do Estado, há uma postura crítica por parte do agente que se coloca como instrumento dos camponeses e onde se expressa uma visão não monolítica dos técnicos do Estado. A percepção da atuação das agências governamentais se dá no sentido de

"(...) procurar entender as propostas das entidades governamentais e trabalhar com os assentados no sentido de desvendar as propostas explícitas e implícitas dos órgãos do governo (...). Não assumir (...) o enfrentamento direto com os órgãos do Estado mas criar condições para que os próprios assentados o façam quando necessário (...) entender a dicotomia técnico X órgão do Estado procurando reforçar os técnicos que tenham compromisso com a classe trabalhadora" (CAA,[19--]).

A percepção da contradição presente no interior do Estado, faz parte de uma crítica mais geral ao Estado enquanto materialização de uma política de intervenção, inclusive, no campo tecnológico.

A posição crítica expressa pelo conjunto dos agentes do CAA em relação ao MSTR na região, refere-se, também, à situação de Corgão. Não significa desconhecimento do movimento sindical como mediador das lutas. Pelo contrário, em que pese as críticas, as considerações indicam o reconhecimento do MSTR e a expectativa em relação ao mesmo, como o "locus" por excelência dos enfrentamentos - principalmente na esfera do poder instituído - dos camponeses.

Para o agente que atua mais diretamente no assentamento, há o desafio de responder como o MSTR conseguiria "(...) encaminhar a luta pela terra e por uma

política agrícola assentada na pequena produção que seja capaz de redirecionar o processo de desenvolvimento na região?" (C., cf.).

Quanto à própria relação do CAA com o MSTR, no caso de Corgão, o entendimento é de que o CAA deve "(...) criar condições para que o STR acompanhe o trabalho no assentamento e, inclusive, para que assuma os trabalhos que seriam de competência do movimento; estimular a participação dos assentados no sindicato de uma forma crítica; procurar condições para discussão dentro do STR das questões relativas aos assentados e dos pequenos produtores como um todo" (CAA, op. cit.).

Em termos da prática concreta de intervenção do CAA em Corgão, esta se dá no sentido de um assessoria ampla no processo de consolidação do assentamento. Tal assessoria, comportando atividades dos diversos eixos de atuação da entidade na região.

Concretamente, o marco dessa intervenção veio a ser a formação de um viveiro comunitário de mudas de frutíferas. Decorrente de demanda dos posseiros, esta atividade guardava para os mesmos um significado estratégico em sua resistência: realizar atividades produtivas de culturas perenes, visando o reforço à permanência na terra conquistada:

"A primeira proposta foi trabalhar com um viveiro,

né?... (...) era trabalhar com um viveiro pra produção de mudas... o pessoal [posseiros] pensava tipo assim, né: quanto mais coisa a gente tem assim, raiz onde tiver plantado... mais garantido a gente tá na terra..." (C., cf.).

A produção desse viveiro é viabilizada por um projeto elaborado pelo CAA e financiado pelo FUNDAJUR. Um dos objetivos era a comercialização do excedente. Esse objetivo não veio a se concretizar. Algumas mudas foram produzidas, mas o processo mesmo de consolidação do assentamento impunha questões outras que se sobrepuseram ao projeto do viveiro de mudas:

"(...) a partir de um certo momento, o trabalho com o viveiro passou a ser secundário, né... (...) surgiram outras questões... de divisão de terra... porque eles fizeram um parcelamento provisório..." (ibidem).

O viveiro, portanto, introduz o CAA na problemática mais ampla dos posseiros de Corgão e, nesse sentido, é essa problemática que direciona a prática dessa relação. A partir dessa experiência, expõem-se para ambos, posseiros e Centro, questões relacionadas à reprodução social daquele grupo camponês. Aí, não se separavam a prática imediatamente produtiva, referida a uma determinada assistência técnica que pudesse ser dada pelo Centro, de uma prática mais globalizante onde se vinculavam, dialeticamente, as práticas produtivas imediatas e a questão mais geral da reprodução social desses camponeses:

"(...) o trabalho com viveiro... a avaliação que eu tenho hoje é que embora com o fracasso da sua

proposta inicial, né, de produzir grandes mudas e tal, né, ele propiciou um ganho, assim... um autocunhimento deles cumigo, né e de eu cum eles... e... experiências de trabalho em comum... era um momento em qui eles se reuniam prá poder... o viveiro era feito de uma forma coletiva, né? comunitária... intão, era um momento concreto qui obrigava eles... seja prá poder discutir é... como é qui ia ser a molhação, né? encher saco de terra... essas coisas todas, né? era um momento qui obrigava, qui concretamente eles tinham... tavam se reunindo e discutindo seus problemas, né?" (ibidem).

Por essa altura, já se encontrava em andamento a proposta de um levantamento das áreas de ocupação (84) que se concretizaria em julho de 1988. Em abril, é realizado o "1o curso de agricultura alternativa" (anexo VIII) em Corgão, onde um dos objetivos era fazer retornar aos posseiros, informações desse levantamento (85).

Esse curso teve dois resultados imediatos: um deles foi a realização de um reconhecimento da área do assentamento que resultou na elaboração de um croqui (anexo V) que viria a orientar as discussões posteriores sobre o manejo da área. O outro, veio a ser a experimentação de algumas técnicas propostas pela agricultura alternativa, no manejo do solo, como plantio

(84) Na implementação dessa proposta, o CAA contou com a assessoria de uma socióloga que realizou uma pesquisa de campo nas áreas de assentamento e de ocupação da região.

(85) Em julho de 1988 vem a ser uma cartilha intitulada: "Quem são os trabalhadores de Corgão?" (SANTOS, 1988) distribuída entre os posseiros (ver anexos).

em nível, cobertura morta e composto orgânico. Práticas adotadas, parcialmente, pelos camponeses (ver cap. IV).

Em outubro de 1988, foi realizado um "2o curso de agricultura alternativa" em Corgão. Dando continuidade ao primeiro, o programa (anexo IX) dirigia-se mais especificamente ao entendimento dos solos, da vegetação e a utilização, ou seja, voltava-se basicamente para uma das questões que os posseiros enfrentavam: o manejo da área.

Essa discussão contemplava um ponto crucial para os camponeses de Corgão, diretamente relacionado aos seus projetos atuais e futuros. As propostas de divisão e exploração da área, davam-se num intrincado conjunto onde cruzavam-se projetos coletivistas e individualistas e num contexto de indefinições quanto à divisão definitiva dos lotes, situação que perduraria ainda por algum tempo⁽⁸⁶⁾.

Esses cursos concretizavam-se em momentos de definições das discussões que permeavam o cotidiano dos posseiros. Mas tinham um objetivo prático: apresentar aos órgãos do Estado⁽⁸⁷⁾ responsáveis pela implementação do assentamento, uma proposta de parcelamento elaborada pelos posseiros, com a assessoria do Centro.

(86) A época da pesquisa de campo, participei de uma reunião dos posseiros com um agente do CAA onde a questão do parcelamento e do manejo da área eram debatidas (ver cap. IV, a discussão em torno da reserva).

(87) INCRA, RURALMINAS, SUDENOR, EMATER-MG.

No entanto, a elaboração da referida proposta não significou um ponto final na discussão. Esta desembocou em algumas alterações na proposta original. Essas alterações relacionam-se diretamente com os projetos económicos (cf. cap. IV) dos posseiros e com as dificuldades que enfrentam a partir da ocupação, numa situação agravada por duas secas e uma enchente.

Assim, se na proposta original a 2ª baixa (croqui, Anexo V) havia sido destinada à área de reserva florestal, as discussões posteriores se encaminham no sentido de destiná-la para carvoejamento (88).

Um terceiro curso veio a ser realizado em fevereiro de 1990, objetivando discutir essas novas questões. O programa (anexo X) se desenrola em torno da atividade prática de reconhecimento de solos e da vegetação da 2ª baixa. A partir desse reconhecimento, os diversos grupos que se organizaram para realizá-lo, fariam seus relatos para subsidiar a discussão das novas propostas de exploração da área em bases mais concretas e subsidiados por mais um dado: o mapa do perímetro da área, então já realizado pela RURALMINAS.

Uma outra atividade assessorada pelo Centro, em

(87) O significado da produção de carvão para os posseiros é abordado no capítulo IV desse trabalho.

Corgão, vem a ser a organização da associação comunitária. A sua origem encontra-se em uma proposta da EMATER, SUDENOR e INCRA de se criar uma associação envolvendo três assentamentos da região. Essa experiência, na prática, tornou-se palco de algumas divergências entre posseiros de cada assentamento. Com a emissão da posse, pelo INCRA, da fazenda Corgão, em fevereiro de 1989, os posseiros de Corgão resolvem organizar uma associação própria.

Embora avaliando que o processo poderia ser mais amadurecido, o CAA assessorou a organização dessa associação criada em junho de 1989, após um encontro com duração de três dias, realizado na comunidade. Nesse encontro, fez-se um levantamento dos dois anos de vida em comum dentro do assentamento e definiu-se pela organização da associação (ver cap. IV). Essa organização era tida como urgente pelos posseiros, no sentido de apresentar às instituições do Estado a sua entidade já formalizada, evitando-se intervenções dessas agências.

O que se observa na prática concreta da intervenção do Centro - tida como fundamental, pelos camponeses - é a construção conjunta e coletiva de uma trajetória da discussão das questões, onde as informações de caráter mais técnico se dá, "pari passu" com as discussões das questões mais prementes para os posseiros.

A essa altura, convém questionar: qual a concepção

de agricultura alternativa que subjaz a essa intervenção em Corgão? e, por trás dessa concepção, como passa o entendimento da tecnologia? parte da resposta a essas indagações pode ser encontrada no depoimento seguinte:

"[a tecnologia] ela tem uma possibilidade de trabalho interessante, porque se trabalha com uma coisa qui é imediata... uma necessidade... né? inclusive, é determinante na vida do camponês, né, a questão da tecnologia... ela é uma coisa muito determinante no seu processo de vida, né? ela tem muito peso.... a gente sente dificuldade assim.. qui até essas entidades [CPT, por exemplo], qui trabalhavam até no discurso... qui não chega até a questão da produção qui no final das contas, a gente vê qui a questão básica, central do... do camponês é... a questão de sobrevivência dele, não é? [por outro lado] a gente vê qui precisa trabalhar muito no campo da organização... do discurso político.... e tal... então esse trabalho com tecnologia... ele dá [também] esse espaço... você entra na vida do agricultor numa questão qui é essencial: [tecnologia] é a vida dele... é dali qui ele vai tirar a renda dele... qui vai alimentar a família... isso é uma coisa. A agricultura alternativa, como agente concebe ela... como agente pensa ela... ela parte de um princípio que... não seria de grandes alterações... do agricultor... no seu próprio modo de viver e de produzir né(...) quando você parte de um discurso... de um apelo... ou de alguns questionamentos que buscam... valorizar o seu [do camponês] conhecimento, né, a sua prática... sua luta... aquilo qui ele percebe, né? qui vai se dar com a sua própria história é.. a gente procura fazer...a gente sente qui há uma ressonância interessante, entende? (C., cf.).

Até onde tal percepção acerca do fazer camponês vai ao encontro desse fazer, no sentido de aproximar as perspectivas dos agentes do CAA e dos camponeses, é algo que necessita ainda da análise do próprio grupo camponês investigado e que apresento no capítulo seguinte.

CAPITULO IV

OS CAMPONESES DE CORGÃO/BOA ESPERANÇA

(Conquista da terra e reprodução social: saber e estratégias de resistência).

4.1- História e memória social: conquista e reconquista diária da terra.

Corgão/Boa Esperança (ou simplesmente Corgão) é considerada pelos seus ocupantes como uma situação que reflete um "presente/futuro". Aparece como uma realidade atual e talvez futura para muitos camponeses da região, a existência de assentamentos por ocupação, decorrente de processos de expulsão de terras, pela configuração assumida a partir da década de 60, no norte de Minas.

Essa leitura da situação da região feita pelos moradores de Corgão - sem cair no exagero da homogeneização imposta por uma suposta lógica do desenvolvimento capitalista - reflete o processo de crescente expulsão dos camponeses, do campo, no norte de Minas, nas últimas duas décadas.

Os posseiros de Corgão têm, em sua grande maioria,

uma trajetória marcada por experiências que, na sua representação temporal, aparecem como sendo tanto de um passado "recente", quanto de um passado "remoto. As primeiras referindo-se, principalmente, às trajetórias individuais. As segundas, referindo-se às trajetórias dos grupos familiares, cujas origens mais remotas estão no campesinato, sob as variadas formas encontradas na região. As experiências desse passado, mediatizam a vivência nessa nova experiência de organização econômica, política e cultural que é o assentamento.

O total dos camponeses entrevistados - ao qual pode ser acrescentado outros membros da família nuclear ou ampliada - declara ter sua origem na própria região, sendo a maioria dos municípios de Montes Claros, Lontra Francisco Sá, Mirabela e Varzelândia (fig. I, cap. II).

Quanto à origem sócio-econômica, todos os entrevistados afirmam vir de famílias de "lavradô"⁽⁸⁸⁾ e

(88) Para os camponeses de Corgão é importante reconhecerem-se como "lavradô", mesmo referindo-se à fase anterior à ocupação quando, muitos, exerceram atividades não-diretamente ligadas ao cultivo da terra. Sobre a importância da categoria lavrador, como uma das categorias usadas pelos camponeses para se autodefinirem ver MOURA (op. cit. :16): "(...) a categoria camponês (...) não é, no meio rural brasileiro mais rica em conteúdo do que **lavrador** que contém na raiz a palavra latina **labor**; esta não só quer dizer **trabalho**, mas possui também a conotação de esforço, dor e fadiga (...) na terminologia utilizada pelos camponeses, há palavras que denunciam sua vida oprimida, paradoxalmente farta de ritos, festas e representações".

identificam como tal o que, na linguagem regional significa camponês, mesmo tendo perdido a terra. Na fala dos entrevistados, há uma valorização dessa origem, uma idealização, que parece estar sempre presente na luta pela sobrevivência e na persistência em se reproduzirem enquanto camponeses, a despeito de quaisquer dificuldades:

"(...) des' criança, aprindi a trabaiá na lavôra. Ten dôs fi in Son Palo i in Montes Claro, mais só vô lá passia..." (Z.da L., camponês de Corgão).

O processo de "desenvolvimento" regional tem levado esses camponeses a uma "peregrinação" tanto por outros municípios da região, quanto por outras regiões e estados do país (principalmente São Paulo), trabalhando, inclusive, em outras atividades, muitas delas não ligadas à agricultura, mas sempre como eles mesmos dizem: "cum pé lá e ôto cá" (ibidem). Isso leva a concluir que essas outras experiências profissionais pelas quais muitos passaram (tecelagem industrial; usina de açúcar, garçon de lachonete, reflorestamento; copeiro, forno de cal; carroceiro, na cidade; empreiteiro, para firma de reflorestamento, etc.), não significaram algo de definitivo em suas vidas e, sim, alguma coisa circunstancial, por necessidade de sobrevivência.

O assentamento de Corgão/Boa Esperança, situa-se no município de Varzelândia (a 42 Km de distância da sede), distrito de Cachoeirinha. Sua história:

"Corgão, ou Fazenda Boa Esperança (...), rebatizada pelos posseiros, é um pequeno paraíso escondido no interior do sertão mineiro. Um pouco do que resta da mata da Jaiba está ali. O acesso ao acampamento se dá pela recém-cortada estradinha cortando a mata (...). O córrego corgão (...) corta o fundo da área de 2.600 ha, tornando parte das terras planas, férteis. Na parte mais alta e acidentada, os posseiros construíram seus barracos. A fazenda Corgão/Boa Esperança está circunscrita por duas grandes fazendas, cujos proprietários representam, no pensamento dos posseiros, o bem e o mal (...). A história (...) podia começar assim: era uma vez uma terra devoluta. Nela viviam e trabalhavam cerca de vinte famílias. (...) Em 1965, a "civilização" chega (modernização da agricultura, incentivos fiscais da SUDENE, etc). (...), aparecem novos personagens: supostos proprietários protegidos pela polícia, políticos, autoridades do governo militar (...). Em 1967 vinte famílias foram expulsas. (...). Após vinte anos, um grupo de quase trinta trabalhadores sem-terra da região resolveu comemorar o dia do trabalhador rural [25 de julho de 1987] à sua moda: à noite, ocuparam a fazenda. Dez espingardas, 6 sacos de farinha e muito medo compunham a bagagem. Começam a limpar o mato para fazer roça. A noite, dormem embaixo de uma grande árvore. (...) São denunciados pelo fazendeiro vizinho, que alegava arrendar a área para o seu gado. Uma semana depois, a polícia procede à expulsão. (...) Muitos trabalhadores, amedrontados, abandonam a área. Só oito permanecem. Decidem acampar na fazenda ao lado (...). De dia limpam a terra na fazenda Corgão, à noitinha, atravessam o córrego e dormem no acampamento, na outra. Agregados e parceleiros das fazendas vizinhas e alguns trabalhadores sem-terra de Varzelândia que ficaram sabendo da ocupação se juntam aos oito posseiros. (...) Algum tempo depois o grupo, formado por 32 posseiros, se instala definitivamente na área ocupada, fazendo roça e levantando seus barracos (...). O fato é que, exatamente um ano depois, é assinado o decreto presidencial desapropriando a área. (...) Durante todo o período de ocupação, excetuando o MIRAD, que visitou a área para medi-la, foram ignorados pelos órgãos governamentais. A Fetaemg e outros, se não ajudaram, também não atrapalharam. Até recentemente, os posseiros do Corgão travaram contato e receberam apoio apenas do Sindicato de Varzelândia, da CPT, do CTA [CAA/Norte de Minas],

em circunstâncias de carência total (...). Todas as energias se concentraram em garantir a sobrevivência diária e o acesso à terra. (...) uma nova história começa a partir de agora: a implantação do assentamento". (SANTOS, 1988).

A descrição acima acerca da ocupação delinea um quadro geral, reafirmado e enriquecido nas entrevistas com esses camponeses, quando fazem a recuperação de suas próprias histórias, individuais e coletivas. Segundo depoimento dos posseiros, o movimento organizado para ocupação da área, não teve ligação com o MST a nível nacional. Uma das inspirações para esta ocupação foi a participação, em 1984, de liderança do STR no Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, onde foi sugerida a formação de Comissões de reforma agrária nos municípios. Pela comissão, viabilizou-se a discussão a respeito das ocupações já realizadas, da resistência à expulsão e de novas possibilidades de ocupação:

"(...) não, aqui é o movimento dos sem terra, mais um movimento local, por causa que quando eu era presidente do sindicato de Varzelândia, então a gente criou naquele sindicato a comissão pró-reforma agrária (...). Mas nesse assentamento aqui, nessa ocupação de Corgão, não teve nenhuma ligação com movimento nacional dos sem terra." (V., camponês, Corgão).

De fato, houve inspiração a partir de outras áreas de ocupação na região - como a do assentamento vizinho de Cachoeirinha, Fazenda Caitité, cuja ocupação se deu em 84 - haja vista que a maioria dos posseiros de Corgão/Boa Esperança são "nascido e criado na região" como

afirmam vários. Alguns já viviam nas redondezas, trabalhando em fazendas vizinhas, fato apropriado por eles na tática de ocupação:

"Aí, cum pôco eu ricibí o aviso aí, qui esse povo vinha. Aí eu fui e amolei a foice. Falei, óia minino, cada um teja prá amolá a foice qui no dia que eles chegá aí, (...) tal lugá assim, tale dia, tantas hora... eu fiquei. Fiquei trabaiano mais eles, mais passei u'as água lá [fazenda vizinha], praquê eu num podia vim, sinão eles ficava sem lugá de passá... eles tinha qui atravessá a istrada e a istrada era eu... (...) o camin, eu mes' roçava o camin prá eles passá... (...) o povo fala qui P. [fazendeiro] deu apoi, mar' num deu não. Eu é qui morava lá e dava camin..." (A., camponês, Corgão/Boa Esperança).

A luta pela conquista da terra está presente na memória dos camponeses, de forma nítida. Seus fatos são relatados com prazer, como o faz um dos posseiros mais idosos que participou desde o início da ocupação:

"Qui quando nós intrô aí, tinha sete home e dois minino. Filo do Z. A. (...) Fiquei. Dipois hõve o dispejo. Fiquemo a base duns doze, trint'e cinco dia, ninguém tem base não... mais de trint'e cinco dia... quarenta dia.... mais ô meno!... quando hõve o dispejo o pessoal fêiz assim: ah!.... ispaiáro tudo! Eu falei: eu num saio. Eu naci u'a vês e morro u'a vêiz... num tem pobrema não, qui a vida da gente é u'a só.... se perde u'a, cabô... mais ninguém também naceu pra semente... sempre des' quando eu naci e me criei, a minha vida é lutá... intão, dexa eu lutá!... se eu morré, tudo bem..." (T., camponês, Corgão).

Em relação à vida antes da ocupação, as histórias guardam semelhanças entre si: trabalharam desde crianças, ainda com os pais em suas pequenas áreas de terra ou em alguma fazenda como vaqueiros (moradores) ou meeiros.

Muitos saíram, ainda jovens, e perambularam pela região como assalariados (em sua maioria, temporários) das empresas agropecuárias e de reflorestamento, assim como por outros estados mas alimentando sempre o desejo de um dia poder "tê u'a terrinha" (J.A., camponês de Corgão).
Acerca desse passado, anterior à ocupação:

"(...) aí, fui mexeno aí... prá vê se eu comprava um alqueire de terra, prá mim trabaiá, mais nunca qui a força deu prá comprá... num ganhava qui dava prá comprá... quando a gente ia comprá, o qui a gente tinha prá pagá num dava..." (A., cf.).

A questão da concentração/escassez de terras na região é algo cujas consequências perpassam, como um traço comum, a vida de todos esses camponeses. O depoimento abaixo sintetiza tantos outros:

"Eu morava no Reberão. aqui pertim. Pertim daqui do assentamento. [fazendo] nada. Era uma tirrinha do pai dessa minina [a esposa], é coisinha destamãizinha. [o sogro] nu'a terra destamãizinha... mora lá nu'a casinha.... lugar prá trabaiá num tinha..... é mes' um ciscusin da casinha... um quintalzim e pronto!... né coisa de levá lucro não!... [antes disso] eu morava na casa da sinhóra... na casa desse aqui... na casa de quarquê um... vivia no mundo! minha vida era essa!... trabaiá!...." (T., cf.).

Na memória social dos moradores de Corgão, a vida imediatamente anterior à ocupação - e que pode ser caracterizada como um passado recente - é representada como tempos muito difíceis, sempre num ritmo de trabalho árduo e muitas vezes intinerante:

"Eu sufri muito, né? trabaiano in fazenda dos ôtro, sufri muito mermo... você vê que quem

trabaiava prá fazendêro tem qui levantá de madrugada véia, pegá aqueles aruvai qui tem tudo né? prá pudê chegá na roça. Intão cê vê... des' d'eu minino qui é trabaiano prus ôtro. Intão, a mióra qui eu tive, o sussego qui eu tive foi... foi dispois qui passei puraqui. Sete ano, eu já trabaiava pru meu pai, né? mais era insinado trabaia mermo. Aí, eu passei a trabaia cum turma do mundo, né? trabaiano pros fazendêro, levava u'a turma pru'a fazenda, levava ôtra prá ôtra... e fiquei nessa luta... incrusive a derradêra vez qui trabaiei cum turma foi prá esse F. mermo... esse qui eu morava mais ele. Eu vim trabaia aí prá ele cum u'a turma, aí, no dia d'eu i imhora, ele falô assim: "ocê qué vim morá na fazenda minha aqui, pode vim... vô ficá isperano ocê..."aí, a muié ficô lá e eu fiquei triano: trabaiava de dia, de noite eu ia prá lá... quatro hora da manhã, eu já tava aí... aí, dai prá cá eu susseguei, fiquei só na fazenda mermo...". (A., cf.).

A vida no assentamento também é cheia de dificuldades. A conquista da terra é colocada como uma etapa da luta que continua na busca da permanência e a sobrevivência na terra que conquistaram:

"A gente percebe o seguinte... logo de início, a luta é muito forte, pur causa qui a luta pela terra nesse país hoje, é muito forte... mais dipois de... de a terra conquistada, a luta num pode pará. Ela tem qui continuá muito mais forte ainda, prá ele pudê permanecê na terra." (V., cf.).

No entanto, mesmo com todas as dificuldades que enfrentam para sobreviver no assentamento, a situação presente é tida como mais desejável que a passada:

"Eu só um cara de racete!... qui pelo gosto dessa muié [a esposa] eu num tava aqui mais! (...)... vô falá prá sinhóra, francamente: faiz muito tempo qui eu tô puraqui e nem u'a camisa nunca comprei prá mim. tô andano cuns pedaço de rôpa véia, tudo sujo, inferrujado... mais nem qui seja de algum jeito, eu chego lá...(...) só lhe digo, muié [para a esposa], guenta a mão! o caso num é assim. Tem

qui tẽ paciẽça (...) e eu vivo aqui nessa luta. Nem casa eu fiz. Dia minha casa: ẽ um barraco! e num tem coisa prã fazẽ u'a casa boa agora nãõ! de onde eu num vẽ o resultado disso aqui, eu num võ fazẽ casa de jeito nenhum!.." (T., cf.).

O tempo que se refere a um "passado recente" ẽ retratado pelos camponeses como um tempo difıcil, trabalhando para terceiros e nãõ possuindo a terra. Na recuperaçãõ de uma etapa anterior que poderia ser denominada de "passado remoto", aparece sempre uma realidade idealizada que muitos, pessoalmente, nãõ viveram. Para muitos, esse tempo remonta à infãncia, ou atẽ mesmo a ẽpocas anteriores que a tradiçãõ oral garante pelas histõrias contadas sobre "(...) u'a era onde a famia chegõ a tẽ um pedacim de terra" (A., cf.).

Os camponeses de Corgãõ sãõ afetados pelo processo de "modernizaçãõ" instaurado na regiãõ e as histõrias individuais ganham contornos mais nıtidos quando se cruzam coma histõria da prõpria regiãõ.

Possuir a terra e manter-se sobre ela ẽ vital para a sobrevivẽncia e a reproduçãõ desses camponeses. Essa relaçãõ com a terra remete à representaçãõ de uma "autonomia relativa" (MOTA e VANDERLEY op. cit), o que guarda estreita relaçãõ, entre outras, com a prãtica tecnolõgica que implica em decisões e escolhas.

A histõria dos "macaquẽro [o macaco pula de galho

em galho; o trabalhador passa de patrão para patrão] qui num pudero tirá nossa sinhóra do buraco" (A., cf.) traduz a relação de dependência "versus" autonomia entre "trabaiadó" e "fazendêro":

"(...) tinha uns camarada qui trabaiava pros fazendêro, né? (...) de premêro, o camarada chegava na casa do patrão e o sole já ia saino e ele já tava cum a inxada, já tava incostano ô foice ô machado... chegano in casa do patrão... tinha qui chegá tudo cedo. (...) aí, quando eles saiu, quando chegô assim nu'a altura, tinha u'a barroca [buraco] assim do lado do camin, barrocona assim... e nossa sinhóra (...) aí, pendeu assim e caiu nessa barroca e ficô num cantin lá longe. Eles invinha passano, ela gritô eles: "tira eu daqui de dentro dessa barroca, pelo amô de nossa sinhóra!... eles oiô pro sol, né, cum a inxada no ombro, [um] falô: "nóis tira, moço?" [o outro] falô: "não, num pode tirá, não"... "pro qui é qui num pode?" falô: "num pode! óia a altura do sole!... quando nóis chegá lá aquele home [o fandeiro] num qué nóis lá mais não!... nóis perde o dia!" aí sairo e ela [Nossa Senhora] ficô lá, né? [ela] falô: "mais é.. o camarada [trabalhador sem terra] é iscumungado mermo!..." iscumungô o camarada. (...) Aí, vinha dois bebo (...) trançano um no ôtro (...) quando chegô perto da barroca nossa sinhóra gritô: "ô fios, tira eu daqui dessa barroca pur amô de nossa sinhóra!... um oiô pro ôtro e falô: "vamo tirá a veinha?" aí eles deceu, né? um deceu e o ôtro ficô do alto. Ele deceu e pegô ela bambiano, cai num cai... intregô pro ôtro qui pois ela lá. Aí, ela agradeceu eles e abençô ele, né? qui você vê qui um cachacêro que bebe mermo, cumo lá diz... tem mais valô qui um macaquêro [trabalhador sem terra]". (ibidem).

A conquista da terra, no entanto, não eliminou o assalariamento temporário, que é uma das estratégias de sobrevivência de grande parte do grupo. Mas os posseiros estabelecem uma distinção entre ser empregado e trabalhar, eventualmente como empregado:

"Todos também trabaia de vez in quando... mais de impregado não. Nós trabaia de bóia-fria" (Z. da L., cf.).

A posse da terra é a garantia da continuidade; da possibilidade de continuar tentando. Representa a segurança na busca da reprodução social:

"Eu num fico disanimado, qui eu incrusive perdo a lavôra, tem u'a terra de sigurança. Num cui esse ano mais deus ajuda no ano qui vem... planto e cõio. a gente tem a terra prá tentá o ano qui vem... a gente nunca perde a isperança! (Z. e S., casal de camponeses, Corgão).

A terra significa ainda, o lugar para viver, o que fica evidenciado na relação estabelecida entre a "roça" e a "cidade". O termo "roça", uma denominação corriqueira dada à comunidade onde vivem e não apenas ao local de trabalho, ganha mais sentido quando é utilizado em oposição ao termo "cidade".

Esses dois pólos guardam significados importantes, enquanto referências como o "lugá prá vivê" e o "lugá prá passiã ò resolvê as coisa" (N., camponês de Corgão). Se a cidade é esse lugar, subentende-se que apenas a posse da terra não garante tudo. É quando dizem, claramente, que a estrutura do assentamento é precária e que alguns serviços essenciais estão na cidade (Varzelândia, Janaúba e Montes Claros). Mas querem viver na "roça" e muitos desejam que seus filhos continuem na terra, embora a saída desses para trabalhar na cidade seja uma das estratégias de

sobrevivência:

"(...) na cidade tá seno mais vantage prá eles [filhos]. Mais as coisa miorano aqui..." (ibidem).

A Terra, enquanto um dos elementos que perfilam a especificidade camponesa é, para os posseiros de Corgão, a base e o ponto de partida para se buscar entender suas estratégias de sobrevivência e de resistência como também, nesse processo, a constituição das alianças.

Especificamente nesse caso, essa resistência assumiu em determinado momento, a característica de um conflito aberto, no processo de ocupação. No entanto, a resistência não se resume a esse momento. Assim, tanto outras expressões dessa resistência, quanto as alianças que se constroem nesse processo, devem ser buscadas no cotidiano desses camponeses, na luta pela permanência na terra, no seu processo de sua reprodução social.

A luta atual pode ser tida como menos flagrante mas nem por isso, tem importância menor para os posseiros. Após a ocupação, buscam garantir o estatuto legal do assentamento, num processo de muitas mediações com o Estado e, em cujo desenrolar, vão-se construindo tanto as relações de identidade quanto as de alteridade e, nesse terreno, as alianças. Essa construção se dá num processo onde vai-se conformando a percepção de si (coletiva) e dos outros, de até onde esses dois pólos se aproximam ou se

afastam e mais ainda, sobre o caráter dessas relações.

4.2- Representações sobre si mesmos: "condição", trabalho e diferenciação social.

Articulada à relação com a terra - enquanto elemento da especificidade de sua inserção na sociedade - a questão das representações acerca de si mesmos, do progresso e da diferenciação social e, portanto, acerca dos "outros", remete ao processo de construção da identidade social dos camponeses.

A diferenciação social entre os posseiros, anterior à ocupação, não compreendia extremos exarcebados entre categorias sociais. Todos os posseiros têm origem na agricultura e recorreram a várias outras estratégias de sobrevivência até a ocupação. No entanto, seria mistificação afirmar que não havia diferenciação antes e que a categoria posseiro homogeneiza esses sujeitos sociais, como num passe de mágica e "in bloc".

Assim, ao mesmo tempo em que seu H. e seu J. já foram "gato" (90), os demais foram moradores, assalariados

(90) Termo desigantivo, na região, de empreiteiros que organizam de turmas de trabalhadores volantes que assim são intermediários entre esses trabalhadores e os contratantes. O "gato" arrebanha os trabalhadores e organiza as turmas e o seu deslocamento dentro da região, do estado e até de um estado para outro.

e, alguns, possuíram e ainda possuem pequenas faixas de terra além do lote no assentamento. Essas diferenças que precedem a ocupação, são geradoras, nesse mesmo processo, tanto de relações concretas de poder na estrutura do assentamento, quanto nas representações dos sujeitos sociais acerca da diferenciação social existente no, e, percebida pelo grupo. Essa diferenciação, como se verá adiante, gira em torno de duas categorias básicas: condição e trabalho.

A categoria posseiro, que traduz a relação desses camponeses com a terra e que à primeira vista homogeneiza esses sujeitos sociais, tem uma grande importância política, no sentido da construção de uma identidade positiva - que expressa a luta vitoriosa pela ocupação da terra - e, nesse mesmo processo, ganha o sentido de uma identidade contrastiva com o fazendeiro.

Enquanto posseiros, os camponeses representam-se a si próprios como trabalhadores - categoria utilizada quando se referem à atividade na agricultura. Estas duas categorias - posseiro e trabalhador - tanto reforçam a identidade contrastiva com os fazendeiros, quanto expressam a relação de inserção social subordinada, ou seja, configuram lado a lado, tanto uma identidade positiva quanto uma outra, de subordinação ou de "pobre":

"O trabaiadô, falo prá sinhóra positivamente, ele

tem valô... mais pru comum qui ele tenha muito valô, o rico tá teno, o fazendêro tá teno mais valô qui o pobre...". (M., camponês, Corgão).

As categorias posseiro e trabalhador, a par de expressarem homogeneidade, trazem implícito um outro caráter que é o da diferenciação e que só se torna perceptível quando se analisam as categorias trabalho (91) e condição. A primeira aparece na percepção da diferenciação como parte de uma visão de mundo onde o trabalho - ou seja, a atividade concreta exercida pelo trabalhador - é tido como propulsor do "progresso" de cada um. A segunda, referindo-se aos limites que esse trabalho encontra, em termos tanto de condições objetivas - meios, recursos - quanto de condições subjetivas como criatividade, inventividade, traduzidos como "idéia".

Trabalho e condição não aparecem como as bases da diferenciação social interna ao grupo. As categorias trabalhador e posseiro remetem a uma identidade social tanto positiva (conquista da terra) quanto exprimindo subordinação. Por esses significados, constituem-se em referências para uma identidade contrastiva em relação a outros segmentos sociais externos ao grupo.

(91) "(...) a categoria trabalho referida à atividade que permite a reprodução dos padrões mínimos socialmente determinados, se define para o camponês como trabalho na terra sendo a atividade agrícola colocada como a sua maneira de produzir, culturalmente, herdada (SA, op. cit.: 97-98). Sobre a especificidade da categoria trabalho, na economia camponesa, cf., ainda, GARCIA (op. cit.).

Tais representações fazem parte de um conjunto mais amplo, cuja base é a própria inserção concreta desses camponeses na sociedade, onde os significados do trabalho, da noção de progresso e da diferenciação existente e percebida por eles como "cundição" são construídos a partir das diferentes situações relacionadas, ainda, com a "dispusição" para o trabalho:

"(...) eu num tô bem, mais aqui tem gente muito pió do qui eu, muito pió... (...) é mais justamente qui isso: o sujeito acha qui... passa esse dia, vem o de amanhã... (...) mais o qui passô hoje, num volta nunca mais. Nós precisa visá é isso. Precisa é tê dispusição prá trabaiá. Ô camin dele passá mal, tai...". (M., cf.).

O progresso, expresso em termos das melhorias da "cundição", se depende da disposição para o trabalho (que é algo apreendido como uma condição subjetiva, individual) também depende, na visão dos posseiros, de condições sociais concretas. Assim indicam as listagens, abaixo, obtidas a partir de respostas espontâneas (QUADRO I) e de respostas provocadas (QUADRO II) à pergunta: "o que é necessário para ser bem-sucedido em sua atividade?".

As espontâneas remetem a dois níveis de perspectivas, indicando tanto as "saídas" para as dificuldades atuais, quanto os projetos futuros. Assim, há as soluções a curto prazo e as soluções a longo prazo, vinculando-se aos projetos individuais e coletivos de exploração da área e da unidade familiar.

QUADRO I:

Respostas espontâneas

Grupos de respostas	% de camponeses
(*) Carvoaria comunitária	50%
(*) Chuva	100%
(**) Política Agrícola: (terra, crédito, irrigação)	90%
(**) Chuva	100%
(**) Organização dos camponeses	85%

(*) - soluções a curto prazo
(**) - soluções a longo prazo

As respostas provocadas, de certa forma, repetem aspectos já mencionados acima, mas acrescentam ângulos novos à análise:

QUADRO II: Respostas provocadas

Perguntas:	% de camponeses:	Depoimentos:
1-Ser proprietário	100%	"Quem tem a terra, tem pudê" (V., cf.)
2-Ter um terreno	60%	"Depende da condição prá trabaiá" (C., camponês. Corgão)
3-Cultivar vários produtos	100%	"Nóis pranta de um tudo. O grande é só gado e capim..." (N., cf.)
4-Organizar-se com outros camponeses	80%	"Se num fô só na conversa" (A., cf.)
5-Ter crédito	100%	"Depende. Des'qui num fosse prá istragá." (A., cf.)
6-Ter assistência técnica	80%	"Des'qui fosse adequada" (A., cf.)

Como transparece nos dois grupos de respostas, os camponeses, na perspectiva de melhoria de sua condição - em sua concepção de progresso ou de sucesso na atividade que desempenham - não (re)negam a chamada tecnologia "moderna". No entanto, seria um equívoco interpretar essa constatação como uma visão apologética ou acrítica da adoção do pacote modernizador. Assim, nas respostas mesmas dos camponeses, eles expõem o cerne do pacote tecnológico à crítica, indicando como esse pacote - enquanto tal - lhes é inviável.

Nesse sentido, expõem um ponto crítico fundamental do projeto modernizador: a sua característica de veicular pacotes, ou seja, sua racionalidade homogeneizadora dos sujeitos sociais, onde encontra-se implícita a desqualificação daqueles que são objetos desses pacotes modernizantes⁽⁹²⁾.

Ao identificar, de forma seletiva, o que desejam da tecnologia moderna, os camponeses, informados por uma vivência prática, (re)elaboram a proposta tecnológica afirmando-se como sujeitos de conhecimento, ao mesmo tempo em que reconhecem os limites do saber "tradicional". Saber que vem a ser um traço importante da especificidade camponesa e da construção de sua identidade social. Dessa

(92) Aspecto importante, na medida em que opõe duas racionalidades produtivas: uma, monocultora (agricultura moderna); outra, policultora (agricultura camponesa).

forma, estabelecem relações de contra-poder no campo tecnológico, ao negarem a visão estigmatizadora a seu respeito, que os tem como sendo destituídos de saber.

Esse saber empírico de que são portadores, pela vivência prática na agricultura e que orienta a seletividade referida, coloca em xeque algumas afirmações correntes. Estas, comumente veiculadas pelas agências oficiais de pesquisa e difusão de tecnologias agropecuárias, definindo os camponeses como avessos às transformações e à adoção de tecnologias por terem "baixo nível cultural" e por serem conservadores.

A visão expressa pelos camponeses sobre eles mesmos enquanto portadores de um saber empírico, prático, de "isperiência" de vida na agricultura é ambígua, expressando tanto uma auto-valorização ("isperiência") quanto uma auto-desvalorização ("brabeza" do povo da "roça"). Essa ambiguidade ⁽⁹³⁾ é constitutiva do processo de qualificação/desqualificação⁽⁹⁴⁾ dos camponeses, numa

(93) Utilizo o termo no sentido de que: "Ambiguidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambiguidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas(...)" (CHAUI, op, cit.: 123).

(94) A respeito, ver GRZYBOWSKI (op. cit.) quando aborda a questão, situando a qualificação/desqualificação dos camponeses, no processo mesmo das mudanças técnico-econômicas que acompanham o desenvolvimento capitalista.

rede de relações sociais, onde um dos traços mais marcantes vem a ser a tensão entre subordinação/resistência.

A auto-desvalorização, portanto, não pode ser absolutizada sendo, antes, parte de uma visão de mundo onde se dá o reconhecimento tanto dos técnicos quanto de si mesmos como sujeitos cognoscentes, como portadores de saberes diferentes e complementares.

Os camponeses reconhecem não apenas que o saber dos técnicos lhes pode ser útil, como também que isso não desqualifica a sua "isperiência":

"(...) purquê esse povo da roça num entende (...), intão vocês deve ispricá purquê no sistema da iducação de um modo de dizê, tá certo prá ele [técnico] mais prá quem é brabo aqui da roça, tem é qui ispricá o trem é na doidêra, cumo a gente vai levano a vida..." (M., cf.).

"(...)Purquê o técnico sabe purquê istudó pr'aquilo, cumo eu tô dizeno.... as vêiz, duns tempo prá cá conforme o tempo e os modo de chuvê, as vêis até aquele istudo significa... [cuidar melhor da] terra, o qui a terra produz... (...) isso tudo a pessoa pricisa aprendê e sabê. Mais num é qui nós vamo prantá o feijão na terra qui dá mandioca ô aminduin não... quer dizer: num pricisa istudá [como os técnicos] prá isso... pricisa istudá de cabeça [pela "isperiência"]... é cumo o veterináro... o remêdo prá cuidá du'a criação... nós num vamo isperá pur veterináro, não... qui nessa hora, in cima do dinhêro, direto, pricisa trabaiá cum a cabeça, um pôco. Isso eu intendo. Da agricultura cê pode pô na minha cabeça, mais acuntece qui ele tá pono na minha cabeça e eu tô rino dele... é isso aí... cê tá falano u'a coisa qui eu tô sabeno..." (ibidem).

Essa valorização da experiência prática da qual se

entendem portadores vem a ser um dos aspectos fundamentais no reconhecimento dos aliados e das oposições, tanto no campo tecnológico, quanto em outros campos. Isso transparece, por exemplo, quando avaliam, de forma comparativa, a atuação das agências do Estado como EMATER-MG e a atuação do CAA.

3- O quadro das alianças: representações acerca do poder e da política, dos "aliados" e dos "inimigos".

O quadro das alianças remete tanto ao momento mais denso da luta (a ocupação), quanto aos momentos menos densos - mas nem por isso menos significativos - na vida diária. Isto requer uma leitura que perceba os comprometimentos - mútuos - que se estabelecem e os seus significados para os posseiros de Corgão.

A referência fundamental para as alianças, do ponto de vista dos posseiros de Corgão, é a ocupação. Não apenas a ocupação como um momento específico da luta, mas também como um processo cujos desdobramentos estão presentes no cotidiano do grupo.

Nesse sentido, identificam alguns aliados fundamentais: 1) os posseiros vizinhos, do assentamento de Cachoeirinha, como fonte de inspiração, atuando - via

delegado sindical - como orientadores na técnica de ocupação e ainda expressando solidariedade e apoio; 2) um dos fazendeiros vizinhos, intermediário, por cuja fazenda fizeram a trilha de acesso ao assentamento e de quem compram mantimentos, na única venda existente nas proximidades; 3) MSTR que via CUT e FETAEMG deu apoio no momento da ocupação, sendo que, "a posteriori", o sindicato dos trabalhadores rurais de Varzelândia - ao qual se vinculam os posseiros de Corgão - articula-se a uma orientação da CUT; 4) CPT ou a "Igreja" que esteve presente no processo de ocupação tanto como assessoria quanto com ajuda material 5) o CAA, intervindo logo após o momento inicial da ocupação e continuando presente na assessoria não só técnica como também como mediador nas questões legais junto ao INCRA e outras agências do Estado envolvidas no processo de assentamento.

A questão das alianças e das oposições expressa pelos termos "aliados" e "inimigos" ganha maior nitidez em Corgão/Boa Esperança, talvez pela própria história da ocupação que coloca os posseiros num enfrentamento mais direto com instituições federais como, por exemplo, o INCRA (denominado por eles de "INCRENCA"). Na visão desses camponeses, o governo favorece aos "fazendêro" ou aos "grande", sendo reclamada a ausência de um governo que "olhe mais para os piqueno":

"Bom, nesse camin que nós aí evém, ela [a política do governo] tá seno mais vantagem é prá o fazendêro do que pro pobre. Furquê a facilidade prá nós agricultô, piqueno agricultô, num tá seno facilidade. Fur esse motivo, não. Furquê dispois qui nós entremo pr'aqui [assentamento] prá dentro, nós já foi capaz de sai u'a caravana daqui prá nova Brasília no distrito federal e eu explorei muito o sistema qui o pobre num tem muito valô onde eu vim ficá não. é, num tem não. Num tem qui eu incubri pensano qui tá bom não, qui num tá. Intão é o ponto qui eu digo: essas pulitica de governo é mais importante pro fazendêro do que pro trabalhado". (M., cf.).

Em termos de governo municipal, o prefeito é tido como inimigo da categoria e como aliado dos fazendeiros:

"A gente acha qui a administração municipal hoje ela tem pirsiguição em cima do assentamento, porque o prefeito não dentro de nossa consideração ele tem um cumprimisso muito forte cum a classe latifundiâra. Intão é... é fazendêro tamém e foi eleito cum apoi dos fazendêro principalmente os fazendêro vizim nosso aqui. Intão a ára num tem ninhum apoi da prefeitura. E a grande maiuria da câmara tamém é contra a num sê dois de... dois vereadô do petê [Partido dos trabalhadores] qui nós temo e realmente apóia o trabaidô de qualque formam né? mais administração municipal é contra e... qui até u'a iscola qui funciona aqui dentro hoje num tem grupo, num tem nada da prefeitura aqui dentro.... [a professora] é paga pela prefeitura, mais simplesmente isso. Num tem cartera, num tem grupo [prédio escolar] num tem...⁽⁹⁶⁾" (V., cf.)

"o fazendêro" personifica o "inimigo". Mas é interessante observar que isso se dá em termos genéricos; em termos individuais, há fazendeiros que podem ser vistos

(96) O local da escola que também é, em geral, utilizado para as reuniões dos posseiros é um rancho de madeira coberto de palha, com bancos de madeira, sendo tudo feito pelos próprios posseiros. A época da pesquisa, não havia professor e essa era uma das questões que discutiam.

como "aliados". Assim, o "fazendêro" pode ser um aliado, enquanto indivíduo, embora seja visto como "inimigo", enquanto categoria. Nesse sentido é que um dos fazendeiros vizinhos pode ser tido como um aliado (com restrições de muitos). Isto não significa a negação da identidade contrastiva em relação a esse fazendeiro - através de cuja fazenda foi feita a trilha pela qual abriram o caminho inicial para o assentamento - mas apenas a complexidade do quadro das alianças que é perpassado por sutilezas políticas como essa.

Nesse caso específico, os posseiros sabem que interessam a esse fazendeiro como consumidores da única "venda" (a 6 Km de distância do assentamento) nas proximidades, através da qual são sobreexplorados comercialmente em relação aos preços dos produtos comprados em Cachoeirinha, Varzelândia ou Janaúba. Tanto é clara essa percepção que um dos projetos discutidos por eles, é o da criação de um armazém comunitário, nos moldes de uma cooperativa para abastecimento, para se verem livres dessa exploração comercial à qual estão submetidos.

Um outro sentido dessa relação encontra-se no fato de os fazendeiros recorrerem aos camponeses de Corgão como mão-de-obra esporádica. Pelo lado dos posseiros, a possibilidade de realizar estratégias de sobrevivência, como o assalariamento temporário ou as empreitas.

Os órgãos e técnicos do Estado, se não chegam a ser considerados como "inimigos", não são tidos como "aliados". Há, no entanto, uma certa cobrança da atuação dessas instituições, como a EMATER, por exemplo, considerada inoperante e cujos técnicos "aparece de vez in quando e de forma "muito distante da gente. Num chega nem perto dos nosso rancho..." (A., cf.):

"A assistência técnica oficial num ixiste dent'da ára pur causa qui na teoria se fala que ixiste um técnico aqui dent'qui é o mais na prática ele vem aqui de três in três meis. O técnico da Imaté qui vem aqui, ele nunca foi na roça dá u'a sistença técnica, orientação prá qualqué agricultô aqui dentro. Simplesmente ele vai na casa de alguém e cunversa fiado um bucado e vai imbóra. Vem... falá in projeto... é um técnico e duas cumpanhêra [do técnico] qui também vem, né? agora pur parte das assitente social [da EMATER] intão tem realizado algu'as riuniões cum as cumpanhêras [posseiras] quer dizê... sobre a questã de fazê sabão, essas coisa, né? Mais purinquanto eu num Tô veno efeito ninhum da sistenças técnica do governo, promovida pela imaté". (V., cf.).

Os posseiros de Corgão não lidam apenas informalmente com seus "aliados" ou com seus "inimigos". De um ponto de vista mais formal, há duas mediações importantes: uma associação organizada por eles, com assessoria do CAA/Norte de Minas, e a representação local do STR, via Delegado Sindical. Canais pelos quais mediam-se as relações de poder, em nível institucional.

Em relação à Associação, o Sindicato aparece de forma mais difusa como uma entidade que existe, genericamente, para "defendê nossos direito" (H., camponês

de Corgão), nem sempre aparecendo muito claros o tipo de defesa ou de direitos.

A Delegacia Sindical de Base no assentamento é posterior à organização da associação. Esta aparece como um espaço de maior domínio dos posseiros, através do qual estabelecem um estatuto básico para o assentamento, discutem as questões de interesse comum e realizam mediações de interesses divergentes:

"(...) a gente acha qui é a nicidade qui tem de nós mermo organizá, prá nós mermo siguí cuns nosso distino, pur causa qui na fundação da suciação nós num aceitamo ninhum órgo de governo qui participasse. Intão nós aceitamo apoi de órgo de apoi cumo o centro [CAA]... tinha assessoria do Centro... tava os técnico, tava o C. e o A. participano junto cum a gente (...) nós ficamo três dia riunido, todos possêro ficô três dia riunido(...) e discutino, home, muié, rapais, moça... e até criança discutino todos pobrema do assentamento... intão dipois foi tirado um relatório daquilo, foi analisado direitin e foi tirada as proposta... aí surgiu a idéiã dessa suciação num sê presidencialista⁽⁹⁷⁾... nunca teve inzemplo ninhum... a gente cumeçô daqui mermo esse sistema, né?" (V., cf.).

Essas entidades remetem à presença das lideranças e ao seu papel tanto em relação às mediações entre o grupo

(97) A associação é constituída por departamentos, por um conselho diretor, pela assembléia geral e pelo conselho fiscal. O poder maior da associação é atribuído à assembléia geral. As outras instâncias não têm poder deliberativo. O associado (idade mínima para associar-se é de 16 anos e para concorrer a cargo eletivo é de 18 anos) é a pessoa e não a família. Assim, numa mesma família pode haver mais de um associado. Os departamentos são os seguintes: Adminsitração e finanças; produção; relação com os órgãos; social e cultural.

e agentes externos (como instituições do Estado, fazendeiros, etc.) quanto aquelas internas ao grupo, no trato dos interesses convergentes e divergentes.

A essa "liderança", subjaz um conjunto de relações internas ao assentamento. Vejo, entre outros, dois fatores que parecem importantes na análise do processo de constituição da liderança em Corgão: o desempenho das pessoas no processo de ocupação e a "cundição".

Embora sem o caráter de lideranças tradicionais, pela própria história recente do assentamento, percebo que de forma mais estável - considerando-se as lideranças que emergem de novas situações - há três referências básicas no assentamento. "Seu" H., "seu" J. e V.

"Seu" H. pode ser identificado como um dos "líderes" locais, tanto pela sua melhor "cundição", tanto pelo papel mediador que exerce no grupo. Sua casa (a melhor do local) situa-se praticamente no meio do assentamento, onde ocorre a divisão entre os "de baixo" e os "de cima" (pela geografia política local). é diretor do Departamento de Administração e Finanças da Associação e consegue mediar as discussões quando se estabelecem os conflitos. Embora a mulher e filha residam na cidade (Varzelândia), H. passa a semana toda no assentamento, para onde vem, às vezes, o restante da família nos finais de semana. O seu papel de moderador exprime-se,

simbolicamente, pela sua localização intermediária no assentamento. H. apresenta ainda uma característica estratégica para todo o grupo: possui o único automóvel da comunidade (com o qual trabalha como táxi em finais de semana, em Varzelândia), sendo a possibilidade de transporte mais rápido numa situação de emergência:

"(...) quando surge um pobrema de duença aqui, um pobrema muito séro, aqui tem um cumpanhêro aqui qui tem um carro. No dia qui ele tá cum o carro aqui e surge um pobrema de duença, tudo bem, parece qui foi Deus qui mandô..." (V., cf.).

Outra referência vem a ser "Seu" J., um dos ocupantes iniciais que pelo desempenho na ocupação, somada à uma desenvoltura possivelmente adquirida em sua trajetória como "gato" (atividade que os seus opositores associam com a sua atual influência sobre parte dos posseiros), apresenta-se como um dos líderes locais com grande poder de influência sobre parte dos posseiros, como ficou demonstrado na discussão em torno da reserva. Tem uma casa na cidade (Varzelândia) e não reside no assentamento. É diretor do Departamento de Produção da Associação. Tem dois filhos posseiros: um casado e um solteiro (que fica de forma permanente no lote do pai). Além desses, uma filha casada reside em seu lote juntamente com o filho solteiro.

Há outros "líderes" locais cuja influência parece se dar de forma mais distribuída por respectivos "sub-

grupos"⁽⁹⁸⁾ de posseiros. Destaca-se o caso do V., que lidera o grupo defensor da reserva na mata. Ele participou da fase inicial da ocupação, ainda como representante da FETAEMG, tornando-se posseiro um ano depois. É diretor do Departamento de Relação com os Órgãos. Tem dois irmãos posseiros, ambos casados.

Tanto V. quanto J. têm outros familiares posseiros - o que não é o caso do H. Esta circunstância propicia o estabelecimento de grupos de apoio e de oposição às posições defendidas por ambos. H. aparece muito mais como um mediador quando as posições tendem a se extremar. É interessante perceber que essa situação da liderança expressa-se na geografia política local: J. é dos "de cima"; V. é dos "de baixo" e H. está no meio.

O quadro de alianças, portanto, inscreve-se numa rede de relações que remete tanto às relações do grupo, enquanto coletividade quanto às relações pessoais, individuais, dos posseiros. Nesse sentido é que as percepções que têm de si mesmos e dos outros informam o caráter das alianças, num contexto onde merece especial atenção, a relação com o CAA/Norte de Minas.

(98) O conceito de grupo social pressupõe uma grande variedade e complexidade de relações estabelecidas entre os indivíduos por meio de suas ações e entre os próprios grupos. A apreensão dessa complexidade, por sua vez, requer o entendimento de que no interior dos grupos sociais - e com referência a estes - é possível identificar grupos menores ou sub-grupos.

4.3.1- Significados da aliança com o CAA/Norte de Minas.

Os camponeses de Corgão/Boa Esperança vêem o CAA como sendo diferente das instituições do Estado que atuam na comunidade. Embora a noção acerca da entidade - em termos formais - ainda seja algo difusa, enquanto concreção de uma aliança política, parece ser clara.

A relação com o Centro - a não ser para aqueles camponeses que têm uma participação mais direta na estrutura organizacional da entidade - é personificada nos seus agentes. Estes, sempre numa avaliação comparativa em relação aos técnicos do Estado, são tidos pelos posseiros como mais "comprometidos" com suas lutas e com a valorização de suas práticas tradicionais.

Na avaliação dos posseiros (embora cobrem a atuação da EMATER) o CAA é tido como mais próximo tanto no que respeita à participação nos enfrentamentos políticos do grupo, quanto no que se refere a uma comunicabilidade mais efetiva no campo tecnológico. Esta não se restringe apenas ao nível semântico mas ganha um sentido muito mais profundo relacionado ao próprio significado que as orientações e experiências introduzidas pelo CAA têm para a agricultura praticada pelos camponeses, sempre relacionados com suas estratégias de reprodução:

"Agora... a imaté [EMATER] demora mais. O C. [agente do CAA] sempre dá mais assistência aqui. Muito mais. A imaté demora muito vim aqui. É u'a coisa qui nós devemos cobrá purquê eles demora muito vim aqui. A mais vantage, qué dizê... elas todas prá mim são boa, né? mais a mais vantaje isso eu já tem falado (...) o C. isprica mais prá gente mais ispricado. (...) num tem coisa qui ele fala qui eu num intendo. Já tomei muito cunhicimento [intimidade] cum ele... (...) mais esses ôtro [EMATER], não. Fala... fala... eu falei: bom, tá falano muito mais prá mim num tá falano nada..." (M., cf.).

O início da atuação do CAA em Corgão é marcado, na visão dos posseiros, por uma experiência considerada pelos mesmos como estratégica para a garantia da terra: a organização de um viveiro de mudas de frutíferas. A partir daí, estabelece-se uma relação, inclusive, formalizada pela participação dos camponeses na estrutura da entidade:

"Ele cumeçô... (...) eu acho qui era ligado à cúti [CUT] na época e a gente tinha... fazia um contato cum a cúti eles mandaro ele aqui prá fazê um cunhicimento cum a gente, fazê um travaio cum a gente, inclusive cumeceemo premêro pelo vivêro. Foi muito bom, deu certo e daí prá cá a gente cumeçô... e no trabalho aí cunvidô a gente prá fazê... participá da suciação dele. Aí, eu passei a sê assuciado. Eles fizeram u'a riunião lá e convocô três daqui. Inclusive foi eu, seu Z. da L. e J.A. Aí, quando chegô lá, eles tiraro eu. Iscuido lá. Isso foi in oitent'e sete. (N., Camponês, Corgão).

A partir da experiência do viveiro de mudas, a relação se caracteriza por uma crescente aproximação entre os posseiros e o CAA. Este, acompanhando o processo de consolidação interna do assentamento por dois caminhos interligados mas que podem ser agrupados em dois grupos de

atividades: um primeiro grupo compreendendo experiências que poderiam ser caracterizadas como sendo de cunho mais estritamente técnico, como plantio definitivo das mudas de frutíferas; experiências com compostagem orgânica; experiências de plantio em curva de nível; assistências técnicas mais pontuais atendendo a demandas; registro de técnicas tradicionais; projeto de uma horta comunitária.

Um segundo grupo de experiências compreendendo um leque mais amplo de atividades relacionadas com o processo de consolidação do assentamento, como: mediações junto à prefeitura, ao INCRA, à EMATER, à RURALMINAS; assessoria na organização da associação, no reconhecimento da área para mapeamento e discussão do manejo da área, na discussão das propostas de exploração da área, na discussão da propostas da carvoaria comunitária; realização de cursos de agricultura alternativa.

Esses dois grupos de atividades, do ponto de vista do Centro, têm como eixo a oposição entre "o projeto de reforma agrária do governo e o projeto de reforma agrária dos trabalhadores" (C, cf.).

Os depoimentos colhidos entre os posseiros, a respeito da sua relação com o CAA, embora nem todos tenham muito claro o que seja aquilo que definem como "a alternativa" (tanto em termos da proposta quanto da entidade), demonstram confiança nos agentes do Centro.

Confiança que se expressa em torno de algumas questões que consideram fundamentais e, através das quais avaliam o papel e a importância do Centro para eles próprios.

A aproximação com o CAA e a sua identificação na categoria dos aliados não pressupõe ingenuidade dos camponeses ou uma idealização cega, destes, em relação ao Centro. Na verdade, ao contrário do que corre segundo algumas visões acerca dos camponeses, estes não são desprovidos de inteligência ou de capacidade de escolhas.

Quando enxergam no Centro um aliado - em contraste com as agências do Estado - o fazem a partir de avaliações informadas por uma forma de agir, prática, de um conhecimento do mundo. Cada movimento ganha um sentido político, não nos termos da grande política, da política institucionalizada, mas nos termos da política do cotidiano, onde cada ação orienta-se no sentido de resistir à expropriação. Deve-se ter em conta ainda, que as avaliações não são apriorísticas; ocorrem no processo mesmo da construção da aliança.

Nesse sentido, essa aliança com o Centro passa pelo crivo da avaliação dos camponeses em torno de alguns aspectos fundamentais às suas estratégias de resistências: a permanência na terra, a valorização do saber, a utilização de técnicas alternativas na organização da produção e o reforço político (através do qual (re)

aparecem no cenário regional) propiciado pela mediação.

Tendo em conta que a relação com a terra situa-se no cerne mesmo da sobrevivência e da reprodução camponesa, (Cf. cap. I), os posseiros de Corgão, a partir da expectativa de se reproduzirem enquanto camponeses e de permanecerem na terra, enxergam - mesmo que a "alternativa" não lhes apareça de forma muito clara - uma virtualidade nas tecnologias alternativas. Nesse sentido, a "alternativa", na representação dos posseiros, está vinculada diretamente à resistência na terra:

"Pensano em miorá a situação e mantê a terra mais férti prá vê se a famia fica na terra o resto da vida... pegá mais isperiência na luta pela resistência na terra. Ligado a essas coisa toda vem a questâ da tecnologia alternativa". (V., cf.).

A tecnologia aparece em estreita relação com uma forma de organização da produção - numa certa racionalidade produtiva característica do campesinato. Ao compararem a tecnologia alternativa com a moderna (cuja face mais conhecida e, quase que totalmente negada pelos camponeses, é o uso do "veneno"), a primeira aparece como mais vantajosa para a organização da produção, sempre com referência concreta à sua utilização:

"A alternativa é mió qui o veneno..." (M., cf.).

"Sim. Acho vantage. Tem u'as indicação qui serve pru serviço. Acho apruveitave" (A., cf.).

"Purquê a gente vê hoje na agricultura sempre no lado qui é nosso. Sempre na alternativa é prá num quemá, sustentá o solo. Cumecei a participá des'

oitent' e oito e **vi qui compensa**, né?" (N., cf.).

No contexto mais geral das alianças, os camponeses de Corgão evidenciam suas relações de identidade/alteridade. A primeira, constituída, entre outras coisas, pelo reconhecimento de si mesmos como sujeitos de conhecimento. A segunda, identificando no outro, os "inimigos" ou os "aliados", com todos os nuances que perpassam essas categorias. Torna-se profundamente importante, esse duplo (re)conhecimento: por um lado, o de se virem como sujeitos portadores de um conhecimento de mundo; por outro, o de que esse conhecimento informa o (re)conhecimento do outro e, por consequência, as avaliações em torno das possibilidades de aliança.

Esse quadro indica que a importância atribuída pelos camponeses à valorização das práticas tradicionais pelo Centro evidencia, por um lado, um reforço à sua (dos camponeses) identidade como sujeitos de conhecimento (capazes de estabelecerem um intercâmbio de saberes). Por outro lado, evidencia, também, um reforço da identidade contrastiva (do Centro) com o Estado o que, de resto, interessa ao próprio Centro. (cf. cap. III). Esse é um dos aspectos da reciprocidade ⁽⁹⁹⁾ dessa aliança:

(99) Tomo o conceito de reciprocidade numa análise sociológica que pressupõe a reciprocidade como um dado constitutivo de todas as redes de relações sociais. Nesse sentido, penso que ocorre a manifestação de reciprocidade entre camponeses e CAA, como grupos que se aliam.

"Sim, é bom. A gente aprende muita coisa qui eles **come a gente.o.trabalhadorcoẽelesmvoitagentaprendê** diferente dos da EMATÉ..." (C., cf.).

Nessa oposição que estabelecem entre o CAA e a EMATER, há um outro dado a ser considerado: sentirem-se parte da entidade - o que não acontece quanto às instituições do Estado - é muito valorizado, de um ponto de vista da (re)qualificação do sujeito social desqualificado no processo de intervenção do Estado:

"Sim. **Participei da assembléia de fundação do Centro...**" (J. da L., cf.).

Participar da entidade significa, ainda, ter um certo poder de exercer controle sobre ela: os agentes do CAA são submetidos ao crivo (sempre numa referência comparativa com as instituições e técnicos do Estado) da avaliação dos camponeses acerca dos agentes e da proposta. Avaliam até onde ambos correspondem ou não aos seus interesses.

O Centro é identificado, através da prática de seus agentes, como uma entidade que pode assessorá-los não apenas na questão técnica em sentido restrito, mas em vários outros aspectos relacionados com suas lutas mais gerais e específicas, como ocorreu na fase da ocupação e ocorre na fase atual de consolidação do assentamento. Nessa perspectiva, a prática tecnológica não se desvincula da prática política. Para os camponeses, portanto, há uma

expectativa de que o Centro ou a "Alternativa" não se limite a dar apenas assistência técnica, no sentido convencional utilizado pelo Estado. Nesse sentido, os próprios camponeses (re)politizam a questão tecnológica.

Há um duplo significado do Centro para os camponeses: ao mesmo tempo em que se sentem parte da entidade e nesse sentido, poder-se-ia aludir a uma certa identidade, por outro lado o Centro é um "outro" pela natureza mesma de ser um aliado sendo, este, o sentido que predomina entre os posseiros.

No reconhecimento do Centro como um aliado, não ocorre adesão acrítica dos camponeses. Estes deixam claros alguns limites da atuação da entidade, como a frequência dos agentes às comunidades (que consideram ainda pouca) e as dificuldades no acerto das reuniões:

"É participação na área; principalmente u'a das maior falha [do Centro]. Vinhero pouco. (...) cada um de nós faz seu reclamo (...) a gente mostra pra eles: O mínimo, u'a vês pur meis, ficá uns três o quatro dia... (...) a gente já levô esse papo ai, sempre cum a participação de quase todos cumpanhêro..." (N., cf.).

Os significados da relação com o CAA, para os posseiros de Corgão, guardam estreita articulação com as estratégias econômicas e projetos políticos desses camponeses. Nesse sentido, essa relação não pode ser vista de forma homogênea, mas marcada pelas diferenças internas ao grupo, em torno dos projetos.

As diferenças internas remetem a uma tensão entre o individual e o comunitário (100). É visível o conflito entre a idealização do "comunitário", a nível dos discursos dos próprios camponeses (e mediadores) e a dificuldade de realizar, na prática, esse ideal, quando traduzido em atividades concretas:

"(...) mais o qui é difíce de comprendê muito é o qui o comunitáro... purquê num é fáci... purquê hoje eu vô, amanhã num vô...; amanhã eu vô, dispois eu num vô. Ôtro faiz a merma coisa e o negócio comunitáro tem de pegá de principe ao fim... prá uns e ôtros num e, num tá bancano o comunitáro.. já vira má querença ." (M., cf.).

Embora resgatando, no assentamento, práticas tradicionais como o mutirão ou a troca de dias de serviço e até mesmo trabalhando em projetos comunitários como o de viveiro de mudas, os posseiros de Corgão vivem, na prática a tensão entre o manejo individual e coletivo da terra:

"(...) porque o qui a gente viu lá [visita a assentamentos no Nordeste], eu pelo meno interessava muito de fazê aqui, né? mais justamente qui até hoje num deu o pessoal daqui num teve cundição de cumpanhá o qui a gente viu lá e passô prá eles... pelo meno lá é um assentamento. Lá é um socialismo, né? agora nós

(100) Os posseiros referem-se ao assentamento, também como comunidade. O termo "comunidade", em geral, entre os camponeses, na região, vincula-se à linguagem oficial do Estado via programas de extensão rural, principalmente nos "Programas Especiais" nos últimos anos (cujas origens podem ser encontradas na implantação dos "Programas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais sob a égide da ideologia de desenvolvimento de comuniades difundida no Brasil nas décadas de 70 e 80 (BEZERRA, op. cit.). O termo passa a ser utilizado, também por entidades não governamentais como a Igreja e as ONG's.

aqui temo u'a sociação que dá o nome de socialismo, né? acho qui sim... (Z. da L., cf.).

4.4- Saber, tecnologia e reprodução camponesa em Corgão/Boa Esperança

4.4.1- Estratégias econômicas, modelo tecnológico e projetos políticos.

Na busca de um balizamento teórico possível para pensar a inserção dos camponeses de Corgão no circuito da acumulação capitalista à qual estão subordinados⁽¹⁰¹⁾, considero que sua atividade econômica centra-se na produção de gêneros para o autoconsumo e para o mercado. Essa relação com o mercado⁽¹⁰¹⁾ é essencial para a reprodução do grupo, visto que a comercialização de certos produtos e até mesmo da força de trabalho,

(101) Partilho da opinião de SOARES (op. cit. :73): "as relações entre pequena produção agrícola e acumulação capitalista são problemáticas. A referência [portanto] deve ser entendida como um balizamento possível."

(101) Para MOURA, deve-se distinguir entre "mercado" e "lugar de mercado". Este, como sendo o lugar de trocas diretas entre camponês e consumidor ou entre camponeses. Transcendendo o universo imediato da sobrevivência camponesa, "(...) o mercado, no sentido moderno da palavra, não coloca face a face dominantes e dominados, produtores e consumidores. Seu conteúdo transcende a realidade física do dinheiro como mediador privilegiado das transações mercantis. O mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem [inclusive] na transformação da terra e da própria força de trabalho do camponês também em mercadoria " (op. cit: 11/12).

fornecem meios monetários para a compra de bens indispensáveis ao consumo familiar. Nesse sentido encontro entre os posseiros esse aspecto da racionalidade camponesa que gira em torno da produção/consumo familiar.

Nessa racionalidade onde o eixo principal é a relação entre a produção e o consumo, torna-se importante entender como se organiza para esses camponeses, o que no calendário oficial da agricultura, convencionou-se chamar de "ano agrícola" (102). Utilizo esta categoria buscando um ordenamento mais sistemático da organização da produção e de alguns aspectos centrais do que se poderia chamar de um modelo tecnológico (103), onde sobressaem tanto as estratégias econômicas, quanto outras práticas culturais.

Na utilização do conceito de ano agrícola, tomo

(102) O ano agrícola, segundo o calendário oficial da Secretaria da Agricultura que orienta os planejamentos de instituições como a EMATER-MG, vai de julho a junho, compreendendo semestres de anos civis diferentes.

(103) Utilizo a categoria modelo tecnológico, aludindo a uma certa racionalidade camponesa, não apenas a nível econômico mas referindo-me, também, a uma estreita vinculação entre as práticas econômicas e outras práticas culturais no fazer camponês. Esta, vistas sempre em torno da relação produção/consumo que por sua vez tanto é norteadora da economia camponesa e das tecnologias utilizadas, como se insere num conjunto mais amplo de práticas culturais. Culturais no sentido de que tanto orientam a vivência como, nela, são conformadas - como a religião e o lazer, por exemplo. Refiro-me a "outras práticas culturais" por entender que as práticas econômicas são, também, culturais sendo que, no entanto, já ganharam um estatuto específico nos estudos da racionalidade da economia camponesa.

como referência as atividades mais significativas para os camponeses pesquisados com base na divisão que fazem do ano de trabalho em dois períodos: o período denominado de "as água" e o outro denominado de "a seca".

Com significados específicos, processos distintos e diferentes orientações econômicas, os posseiros de Corgão praticam uma agricultura cujo eixo central - e, portanto, tomado com referência para a descrição do ano agrícola - são as culturas de milho, de feijão, fava e mandioca ou "os mantimentos", como denominadas por eles.

Embora reconhecendo os limites da sistematização escrita, recorro ao quadro abaixo (QUADRO III), na tentativa de reproduzir o ano agrícola e os significados que este guarda para os camponeses, com ênfase na produção dos "mantimentos":

QUADRO III:

ANO AGRÍCOLA DOS POSSEIROS DE CORGÃO: A PRODUÇÃO DOS "MANTIMENTOS"

Meses	Atividades/divisão do trabalho/tecnologia/Destino da produção
	"Nas água"
Nov./dez./ jan.	Após as primeiras chuvas, planta-se o milho, o feijão, a fava, a mandioca e outros produtos: feijão guandú, café, melancia, abóbora, caxixe, algodão, entre outros. Toda a família trabalha no plantio. Apenas 2 ou 3 posseiros contratam mão-de-obra. A tecnologia compreende o uso de sementes de paiol e, eventualmente, de sementes certificadas no

caso do milho (no 1º ano da ocupação, conseguiram via FUNDAJUR). As demais, são, geralmente, sementes próprias ou conseguidas com outro agricultor. É geral a utilização do consórcio milho/fava; milho/feijão.

"Na Seca"

Març./abr./ .Plantio de hortas domésticas. Em geral, mai. plantam: alface, alho, coentro, cebolinha, tomate, cenoura, abóbora, xuxu, etc. A horta doméstica é tida como atribuição de mulheres e crianças. A tecnologia utilizada compreende a feitura de canteiros (sempre próximos ao córrego), sementeiras e a utilização de sementes tanto próprias ou conseguidas com outro camponês, quanto certificadas, compradas na cidade. Referem-se à horta apenas em relação aos vegetais cultivados em canteiros. Estas são feitas com ajuda de "aguação".
 .Tratos culturais das lavouras

jun./ .Colheita do milho, do feijão e da fava. É comum colherem a fava e o feijão, deixando o milho por último. Essa técnica chamada de "quebrar o milho", consiste em dobrar os pés de milho, sem retirar as espigas (que se conservam, assim, sem estragos) que são colhidas depois. Isto objetiva ganhar tempo na colheita do feijão e da fava e em outras atividades consideradas mais urgentes. O milho verde, para consumo "in natura", é colhido antes. Toda a família participa da colheita. Dependendo da safra, parte do produto é armazenado, parte é destinada à comercialização e, outra, ao consumo direto.
 .Ocorre ainda a colheita do algodão.
 .Os que possuem terras úmidas ("brejo") costumam plantar o "feijão de sant'Ana", em junho, visando alguma chuva em agosto.

Jul./set./ .Época da colheita da mandioca plantada no ano anterior e da fabricação de farinha. Embora o ciclo produtivo da mandioca seja de 12 meses, os camponeses costumam postergar a colheita desse produto, evitando a época "das água", tanto por este ser um período já sobrecarregado de trabalho, quanto pelo fato de o rendimento da mandioca ser menor. Segundo os camponeses: " (...) a mandioca cuida nas água num dá inxuta". Essas atividades são da esfera do trabalho feminino, podendo haver

participação eventual dos homens.

.Nesse período ocorrem, ainda, as empreitadas, venda de dia de serviço para fazendeiros e a atividade de carvoaria.

Set./ Reinício do ciclo anual:
set/out. Roçar, queimar e aguardar as primeiras chuvas. Se a área for desmatada pela primeira vez, faz-se carvão com a lenha do desmate. Em geral, apenas os homens trabalham nessa fase. Mas ocorre de as mulheres trabalharem também, principalmente naquelas famílias com menos "cundição", para as quais não é possível contratar mão-de-obra. As práticas tecnológicas comuns são a queimada (para áreas novas) e a limpeza do terreno e a coivara (queima do lixo) em áreas já trabalhadas. Os equipamentos utilizados são: "foice, inxada e o braço" (Z. da L., cf.). É comum ocorrer a troca de dia de serviço.

Obs. Durante todo o ano agrícola, cada unidade camponesa comporta uma variedade de atividades relacionadas entre si, diretamente produtivas ou não, compreendendo, além das relacionadas acima, pequenos negócios, pesca, caça, criação de pequenos animais (basicamente galinhas e porcos) e do gado⁽¹⁰³⁾. Criações que constituem tanto parte da dieta familiar quanto parte do fundo de reserva⁽¹⁰⁴⁾, para os momentos difíceis.

(103) A perspectiva é de que a criação de gado venha a ser a principal atividade produtiva, no assentamento (cf. "proposta de exploração da área", p. 217). No momento da pesquisa apenas 6 famílias possuíam gado. Esse é criado em pasto coletivo (pastagem natural).

(104) A respeito, ver WOLF (1976) quando se refere às reservas familiares que podem ser expressas quer em dinheiro, em animais ou em produtos e que, por decisão da família podem ser destinadas a atividades de natureza quer econômica, cultural ou social, sempre objetivando a condição camponesa. Para o autor, os fundos essenciais à manutenção camponesa são: fundo de manutenção, fundo de cerimonial e fundo de aluguel.

A maior concentração de trabalho da família se dá em torno da produção "dos mantimentos" ocorrendo, praticamente durante 4 a 5 meses do ano. No restante do ano, outras estratégias econômicas tornam-se necessárias à sobrevivência. Essa necessidade variará, quase sempre, em função do resultado da última safra. As peculiaridades de cada ano agrícola - e, portanto, de cada safra - são definidas sempre com referência à relação seca/chuva tida como elemento fundamental nesse modelo tecnológico. Assim, as épocas de plantio e a quantidade colhida podem ser alteradas em função do ano seco ou chuvoso:

"A diferença dum ano seco prum ano de chuva... tem o seguinte: a gente pranta em... in antes de feeverero. Esse ano foi bom de chuva. O meis de dezembro foi muito bom, mais já agora in janero tá seco, num tem chuva ainda. Agora a gente ispera qui até pru dia deiz de feeverero. se chuvê, a gente salva um monte de coisa, agora se num chuvê, a perdedera...." (Z., camponês de Corgão).

"Purque se chovesse, essa roça nossa, qui nós pranta mermo, ela num vai dá o ponto qui ela ia dá, pur causa da chuva, purque tá faltano chuva. Se chovesse cuntinuado ela ia dá igual, mais pur falta de chuva...." (S., camponesa de Corgão).

Nem sempre, portanto, o modelo tecnológico é atualizado totalmente. Cada família tem estratégias próprias dentro de um modelo tecnológico padrão. Essa variação ocorre em função das "cundição" objetivas de atualização do modelo. O saber técnico pressuposto tem, ainda, que adequar-se, sempre, numa racionalidade que também é caracterizada pela "cundição".

As atualizações específicas de cada família geram respostas individuais, a partir das condições concretas de operação do modelo tecnológico, como determinadas condições naturais que implicam, inclusive na (re)organização das relações de trabalho entre famílias. Um exemplo dessa (re)organização é a troca-de-dia que, segundo SA (op. cit.: 106):

"[é] utilizada pelas famílias (...) para as quais, portanto as condições naturais aparecem como obstáculos (...) [podendo] ser vista, portanto, como um **controle técnico da natureza** como um aspecto do quadro tecnológico camponês, na medida que é uma alternativa para submeter a natureza e organizar a produção (...). Este recrutamento de mão-de-obra adicional [se dá, também] a partir de uma avaliação das habilidades pessoais, remetendo a uma certa capacidade individual de bem realizar o modelo fornecido pelas técnicas de trabalho".

Um outro exemplo de atualização do modelo, no sentido de lidar com os obstáculos impostos pela escassez ou qualidade da terra, de mão-de-obra e de recursos é, ainda, a prática da meação. Esta é exercitada tanto nas culturas quanto nas criações. pelas primeiras, torna-se possível aumentar a área plantada ou ter acesso a terras mais apropriadas para determinado produto. Assim, é comum encontrar posseiros com duas ou três áreas plantadas com milho (sendo uma em seu próprio lote e mais uma ou duas em outros lotes, por exemplo) em épocas diferentes, mas sempre dentro do período chuvoso. Já, pela criação de animais na meia, torna-se possível aproveitar a estrutura de uma outra unidade de produção como chiqueiros, por

exemplo assim como enfrentar eventuais problemas com a produção de milho que é a base da ração (105).

Uma particularidade da situação desse grupo: os posseiros, à época da pesquisa, encontravam-se há 3 anos do momento da ocupação. Nesse período, sobreviveram a duas estiagens e a uma enchente ocorrendo, em consequência, perdas consecutivas das safras anuais. Essa situação veio a ser determinante na escolha da atividade capaz de situá-los no mercado, como produtores de uma mercadoria: o carvão vegetal. Este, embora não sendo produzido diretamente para o consumo, tinha a sua produção orientada pela lógica da produção/consumo familiar.

A produção de carvão, portanto, embora se caracterizando como uma atividade comercial, não pressupõe acumulação, constituindo-se, antes, numa troca monetária para satisfação de necessidades do consumo familiar. A discussão em torno da atividade carvoeira, à época da pesquisa, era um dos eixos centrais que colocava alterações na proposta de manejo da área, que já vinha sendo definida pelo grupo com assessoria do CAA. A proposta central era a seguinte:

(105) No caso das culturas, uma das partes entra com o trabalho e a outra, com o terreno e as sementes, dividindo-se o produto colhido meio a meio. No caso das criações, uma das partes entra com o animal - os porcos, por exemplo - e a outra com o trabalho e a alimentação, dividindo as crias. Essas situações comportam outros arranjos circunstanciais.

"PROPOSTA DE EXPLORAÇÃO DA ÁREA":

- A principal atividade produtiva dentro do assentamento será a criação de gado;
- As lavouras serão concentradas ao longo do Corgão, baixadas e encostas, onde as terras são mais férteis;
- Será necessário que todos os assentados cuidem bem dessas terras. As terras de cultura são poucas e em diversas glebas a erosão está bem forte. Será preciso que todos os posseiros façam conservação do solo: não queimando, enleirando o cisco, plantio de nível, etc...
- Deve ser pensado o cultivo de lavouras mais resistentes à seca, como: mandioca, feijão, andú, [guandú], fava, [feijão] catador, gergelim, mamona, abacaxi, etc...
- O parcelamento deverá constar de uma parte individual e outra comunitária" (CAA, [19--]).

Se os projetos para o futuro incluíam a criação de gado como a atividade produtiva principal, essa atividade era, à época da pesquisa, o carvão vegetal. Este, tido como a única "saída", termo correntemente utilizado em Corgão, designativo da atividade carvoeira, traduzindo seu significado enquanto uma estratégia de sobrevivência: uma "saída" da crise, em tempos difíceis. O grau dessa dificuldade é sintetizado por esse depoimento:

"Lenha seca rende mais [na feitura do carvão] mais aqui a gente num tem condição de isperá..." (J. A., camponês de Corgão)

Alguns posseiros (em torno de 4, um dos quais possui uma motosserra), já trabalharam anteriormente à ocupação, com a produção de carvão. São esses, os primeiros carvoeiros do assentamento, que incentivam e orientam os demais nessa atividade. Um desses carvoeiros, dá uma lição sobre a "ciência do carvão":.lm16

"Tem u'a ciência do carvão, na construção da carviera e do manejo. O tamãe bom na região é de três metro e vinte de diâmetro. Cum esse forno, faiz pur veiz dois metro cúbico e mei de carvão... prá tirá u'a fornada gasta in torno de três dia... o forno é feito de tijolo cru ò quemado. Tem de tê u'as abertura logo no pé, qui chama tatú. As abertura no mei é as baiana. E tem as abertura in cima.... a porta é fechada, bem vedada e essas abertura é controlada, pru carvão num virá cinza..." (H., cf.).

Esse carvão que se destina às indústrias de ferro gusa localizadas em Sete Lagoas, é produzido pelos camponeses, de duas formas: diretamente ou para terceiros. No primeiro caso, com a lenha retirada de suas terras e, geralmente contratando mão-de-obra, até mesmo no próprio assentamento, como fazem H. e seu J. Nesse caso, a comercialização é feita via intermediários que compram na própria comunidade para revenderem nos depósitos que as indústrias de ferro gusa possuem na região⁽¹⁰⁶⁾:

"O caminhão chega, panha, leva e mede lá na siderúrgica. Na volta é qui diz quanto deu... os carviero daqui num tem controle sobre a comercialização do carvão..." (ibidem).

(106) A atividade carvoeira no norte de Minas cresce enormemente em virtude do modelo de desenvolvimento regional que visa, entre outras coisas, atender à crescente demanda de carvão vegetal pelos diversos setores industriais cuja base é o setor siderúrgico (86% do consumo). Essa demanda que cresce a cada ano, vem colocando a atividade carvoeira como uma das mais expressivas na economia rural nortemineira. A ausência de alternativas econômicas que possibilitem a sobrevivência de parcelas significativas do campesinato regional, tem levado os camponeses a recorrerem a essa estratégia de sobrevivência, alguns poucos ainda em suas próprias terras; a maioria, por empreitadas para os grandes fazendeiros. (A respeito, ver DAYRELL, op. cit.) para fazendeiros, como diaristas ou por empreitada. O

Trabalhando quer seja na derrubada da mata, na construção de fornos, ou no conjunto das atividades, os camponeses enfrentam, ainda, o trabalho para terceiros. Esta é a outra forma de produção do carvão, no trabalho depoimento abaixo, expressa a exploração vivenciada:

"Os fazendêro da região quando mede a lenha e o carvão usa a medida de um metro e vinte prá pagá só cum um. Assim, a cada cinco metro cúbico, eles ganha um metro cúbico..." (ibidem.)

Esse sistema de produção e de comercialização coloca os camponeses na dependência direta do capital comercial, sem muitas chances de negociarem preços mais vantajosos. Nesse quadro, surge o projeto de uma carvoaria comunitária, a fim de garantir "(...) a isploração do carvão sem a isploração do carvuêro... (J.A., cf.).

Extrapolando a situação atual, onde o carvão se apresenta como a "saída", os posseiros visualizam três elementos básicos em seus projetos para o futuro: a "rigação" (A., cf.), para sair da dependência da chuva; possuir "um gadim qui é o que dá mais certo na região" (H., cf.) e outro, ainda é o de conseguir "um dinhêro [crédito]⁽¹⁰⁷⁾ mais barato" (J.A., cf.).

(107) O único recurso crediticio do Estado, a que tiveram acesso foi o "credito do fomento", um recurso repassado pelo INCRA para áreas de assentamento, podendo ser utilizado para qualquer finalidade. Os poucos posseiros com melhor condição, fizeram alguns pequenos investimentos. Os de menor condição utilizaram o dinheiro para abastecimento. Na critica feita à insuficiência desse

(J. A., cf.). Esses projetos se encaixam na lógica produtiva desses camponeses, no sentido de poderem lidar de frente com alguns entraves importantes.

As estiagens prolongadas e a ausência de políticas concretas do Estado no sentido de buscar soluções efetivas de convivência com a seca, coloca os camponeses numa extrema dependência da chuva. A irrigação, portanto, é um sonho acalentado por todos.

O gado, exploração tradicional da região, tem um peso muito grande na economia nortemineira e é visto como sinônimo de "boa situação": "quem tem um gadim, tá mais seguro do qui quem mexe só cum lavôra" (A., cf.). A importância que a pecuária assume para os camponeses tem estreita relação com o fato de a agricultura de sequeiro na região estar sempre submetida aos azares do tempo.

Alguns posseiros já possuem algumas cabeças de gado (o maior rebanho consta de 6 animais). Para eles, esse gado é uma reserva (cf., nota 104):

"A lavôra é a panela [alimentação]. A popança [fundo de reserva] é o gado..." (M., cf.).

O conflito em torno da questão: "terra de trabalho

recurso diante das necessidades, os posseiros utilizam um trocadilho: "crédito do fomento" significando "crédito do faminto" (Z., cf.). Segundo eles, na verdade, não houve fomento à produção. O recurso mal atendeu - para a maioria - às necessidades de alimentação da família.

e terra de reserva" dá uma boa medida dos projetos existentes, muitas vezes conflitantes. Quando discutem o manejo da área do assentamento, deparam-se com o dilema: derrubar a faixa de mata para "plantar roça" ou preservá-la? As propostas de manejo da área do assentamento (ver croqui. Anexo IV) mantêm uma certa homogeneidade até quando esbarram na questão da reserva, onde as posições são antagônicas. A maioria é contra a proposta da "reserva legal" e defendendo a proposta da reserva individual. O grande receio da reserva "legal" é "perdê o direito de mexê..." (J. A., cf.).

Aqueles que defendiam a proposta básica de exploração da área (cf. p. 216), em geral, propunham o seguinte manejo: plantio de milho, feijão, fava, guandú, horta nas terras mais baixas (próximas do córrego, com aproximadamente 500 m de extensão). Capim ou lavouras de mandioca e de algodão nas terras mais altas seguidas de criação de "um gadim" (terras há, aproximadamente, 600 m do córrego); culturas de milho ou amendoim na primeira baixa (fazendo carvão da madeira):

"Meu sonho é de vê aqui onde nós tamo [na casa] do córrego prá cá, é... lavõra; chakra de banana e de café, de laranja... aqui prá riba, mió mandioca; mais in riba, feijão e mais in cima, na terra fraca, capinzim prá gente pudê criá um boi, prá pudê trabaiá... lá onde é as mata eu... tem prá mim, qui nós tem de reservá um pôco. Da reserva da fazenda [assentamento] e tem de reservá da florestal. Dai [depois do capim], essa faxa aqui nós dexava u'a faxa de mato nesse mei, roçava lá prá baxo, dexava prá criação ficá

assim... qualquer u'a criação: do mato... do gado... tẽ um lugazim de dexá né? o sol isquentô, tem aquela sombra... e agora, tem u'a coisa aí, tão quereno qui as terra boa fica tudo pra reserva... (...) e nós num pode aceita'... [lá] tem de sê [terra] de trabaio praquê é u'a terra de cultura... a nossa é pôquina... as tirinha... qué dizê qui aqui in baxo, tem gente qui nem tem...." (A., cf.).

No lugar da mata (atual) ficaria uma parte para exploração individual e outra para roças coletivas. A reserva (no caso de reserva "legal") ficaria depois da mata, no "carrasco":

"(...) a terra nossa de cultura é muito pôca, nós tem u'a terra daquela e num pudê trabaia nela, intão acho qui é negativo... tipo assim: se quisê dirrubá prá fazê cultura.... quem quizê dexá, dexa... purquê a terra né muito boa, não, mais ela produz muito bem mandioca, aminduum, feijão... uns dois ano ela produz... E prá mãidoca é prá toda vida... a maiuria num qué a reserva [legal] mais a discussão é mais problema de V. e A. Eles qué dexá a mata pros filho nosso. Agora, mata, quem quizê vê mata vai lá na Amazônia. Mais dexá mata prá filho vê!... tem qui dexá é recurso prá ele sobrevivê!... ali é terra de trabaio, seno qui a nossa terra é pôca... agora, se nós tivesse u'a terra de cultura aqui im baxo... terra boa, bastante terra... não, isso aí era o ideal... podia dexá a mata lá prá reserva legal. Mais nós num temo terra prá isso... (N., cf.)

"[No "carrasco"] u'a reserva. Na minha opinião era isso... (...) mais eles num dexa a gente dizê u'a palavra. Quando chega naquele ponto, um istóra praqui, ôtro istóra pracolá... tira o assunto da gente falá... mais isso, eu quiria dizê prá eles o seguinte: naquele ponto lá qui seja mil metro, dois mile e quinhentos metro... prá dexá ali prá u'a reserva naquele canto... eles quere é dexá a mata. Quando um dá parpите qui num é prá istragá a mata qui é prá dexá a mata... u'a reserva florestal... é... mais o negócio é... dispois qui passa prá florestal, num tem direito de tirá um cabo de foice lá dentro não.... né? isso... eles acha qui vai ficá prá neto mais num é pros neto

meu nem deles nenhum aqui dentro... é por causa da florestal que eu acho.... agora o dizê do V. prá mim, tá certo: nós num pudemo estragá aquelas duas mata... mais tarde nós vamo tirá madeira aonde? nós vamo comprá essa madeira aonde? num tem. é, não... [reserva não legal] dos possêro... é isto. é o que mais temo que visá.... (M., cf.).

Outra posição defende que a reserva seja feita na área que corresponde à mata e justifica seu discusso como sendo uma proposta dos assentamentos do norte de Minas:

"A gente tem u'a proposta que eu acho que se essa proposta fô bem analisada pelos cumpanhêro, eu acho que tem cundição da gente discuti ela e até avaliá ela junto com algu'as imenda pussivelmente dê prá gente vivê aqui pelo resto da vida. Premero: nós num pudemo pegá essa ára toda. isplorá ela toda de u'a veiz porque aí nós tá correno um risco muito grande de vim mais consequença na frente... (...) se não, fica difíce, certo? se vivê nu'a ára sem u'a reserva legal, sem o futuro que é dos nossos filhos, nossos netos... nós [posseiros] temo u'a grande mata, u'a mata muito bacana; aqui no norte de Minas, sabe cumé que é... é um privilégio que nós temo hoje... aqui essa mata e se arrazar com essa mata agora, logicamente nós ficamo... nós tamo matano nós mesmo... (V., cf.)

O receio da reserva "legal" remete a duas questões concretas e interligadas. Uma refere-se à insegurança diante da situação geral de crise econômica do país com reflexos profundos para a agricultura camponesa (e, em particular, para os assentados). A outra, remete à questão da autonomia para dispor dos recursos da forma que julgar mais conveniente. inclusive, como estratégias de sobrevivência em situações de crise. Assim, ter uma área com mata, capaz de ser transformada em carvão quando for

necessário, é algo de que a maioria não quer abrir mão. Essa situação reflete ainda, a tensão entre o comunitário e individual, referida anteriormente e guarda estreita relação com o estabelecimento das relações internas de poder e da consolidação das lideranças.

Vivendo da e para a agricultura, esses camponeses, no entanto, nem sempre conseguem garantir a sua reprodução como agricultores, apenas. Assim, constantemente recorrem a outras estratégias de sobrevivência como "algum trabai' prá fora" (J. A., cf.), tanto na agricultura (como assalariado temporário) quanto em atividades complementares: pedreiro, carpinteiro, etc.

O papel de assalariado temporário nas fazendas vizinhas é, mais comumente, desempenhado pelos filhos. Outra estratégia cujos protagonistas são os filhos (principalmente os homens), é a procura de trabalho nas cidades. Quanto às mulheres, é comum trabalharem na colheita do algodão nas fazendas vizinhas, por exemplo.

A Família tem significados relevantes tanto por ser a base da organização social dos camponeses, quanto em termos da organização do processo produtivo, como a mão-de-obra básica. (apenas dois posseiros não têm toda a família residindo no assentamento). Tanto a família nuclear quanto a ampliada desempenham papel importante na organização social do grupo pesquisado e em suas

estratégias de reprodução.

O levantamento da rede de parentesco no assentamento revela que a maioria dos posseiros ocupou a terra em grupos familiares que extrapolam a família nuclear. Apenas 5 dos trinta posseiros atuais não têm relações de parentesco com os demais (108).

Tomando o assentamento no sentido de (re)organização de uma comunidade, observo que os posseiros realizam uma reprodução de uma organização social semelhante à de uma "comunidade tradicional" (cf., nota 78) camponesa com forte estrutura familiar. A organização do processo produtivo baseia-se no uso intensivo da terra e na mão-de-obra familiar, tanto na produção propriamente dita quanto na administração, somando-se os trabalhos masculino, feminino e infantil. A base é a família nuclear: pai, mãe, filhos e filhas, com expansão para a ampliada, principalmente para ajuda mútua:

"Aqui somo eu... minha família, né? e tem mais três fi meu, possêro tomém... cada um tem seu lote... e nós trabaia prá nós e uns prun's uns'oto..."
(A., cf.)

Há uma certa divisão técnica do trabalho familiar: aos homens (pai e filhos mais velhos) cabe a administração

(108) Algumas famílias trazem, ainda, outros familiares para morarem juntos no mesmo lote, passando a existir lotes com dois "ranchos": o principal, do posseiro titular e um outro de algum filho ou filha casados.

mais geral da unidade produtiva que, segundo eles são os "negócios maiores" e o trabalho de roça "mais pesado". Mas as mulheres também trabalham na roça, além de cuidarem das tarefas domésticas e ainda, com as filhas e os filhos mais novos, das pequenas criações e de pequenos negócios: venda de ovos, de alguns excedentes, de pequenos animais.

O trabalho feminino compreende portanto três esferas: a casa, a roça e pequenos negócios (e, às vezes, participação nos grandes):

"Nóis trabaia in tudo... na roça faço de tudo, limpo... nóis pranta... eles [homens] vão de manhã, eu vò cum eles. Volto aqui, faço o almoço e volto prá lá de novo. Mei dia venho, faço e tomo café e torno voltá prá lá... ele [o marido] cumeça um negócio cum u'a pessoa e sai. Quando a pessoa chega.... quando ele sai ele fala cumigo: "eu fiz um negócio ai, ele vai vim aqui... quando ele chegá, aí..." (S., cf.).

Se para a mulher o entendimento é de que elas fazem "de tudo", o trabalho feminino, na roça, é tido como uma ajuda, pelos homens. Ajuda que pode ser buscada ainda pela contratação de mão-de-obra (da comunidade e redondezas), de forma esporádica, podendo ocorrer em épocas de muito trabalho como preparo do terreno, colheita ou na atividade de carvoaria.

A produção organiza-se, ainda, através de formas associativas, via atividades comunitárias, como a troca do dia de serviço e a ajuda mútua. O CAA recupera a experiência do trabalho comunitário, basicamente para

projetos produtivos como o do viveiro de mudas horta e pasto comunitários e carvoaria comunitária.

Ocorrem, ainda, no assentamento, práticas como o mutirão ou a troca de dia de serviço, tanto na solução de problemas individuais quanto coletivos. Tal prática, no entanto, principalmente relacionada aos últimos, é permeada pela tensão existente entre as propostas individualistas e coletivistas de manejo da área. Isto remete aos projetos tanto individuais, quanto coletivos e às formas pelas quais enfrentam essas situações. Esse quadro, por sua vez, remete às práticas culturais mais amplas no processo de reprodução.

4.4.2- Saber e tecnologia: práticas culturais e reprodução camponesa em Corgão/Boa Esperança.

As práticas tecnológicas dos camponeses de Corgão devem ser entendidas enquanto um conjunto de práticas culturais que englobam tanto as experiências herdadas, quanto aquelas adquiridas com as práticas "modernas" e com as "alternativas" num acervo tecnológico formado por várias fontes, não se constituindo, portanto, em algo "puro" e isolado mas mesclado e contraditório.

No entanto, há uma referência básica que é uma

forma determinada de interpretar o mundo, desenvolvida a partir tanto da relação subordinada desses camponeses na sociedade, quanto de uma racionalidade própria da organização do processo de trabalho em torno da relação de produção-consumo (SUAREZ, op. cit.) e da relação com a terra (SA op. cit.). As práticas repassadas de "pai prá filho" (A., cf.) são valorizadas, reproduzidas e são a base do sistema cognitivo:

"É o seguinte: a gente tem a merma isperiência qui eles [outros camponeses] fala, né? de premêro, no tempo do meu pai, quando meu pai era vivo, qui ele mixia cum lavôra, eu trabaiei muito cum ele. realmente, a gente dividia terra boa de terra ruim, pela isperiência. A gente chegava num lugá e falava: aqui vai dá tale coisa e ali vai dá tale coisa!... mas só... hoje a coisa mudô cum esse pobrema de chuva. A chuva num tá vino na época certa, hoje num tá dano prá gente fazer cumparação mais não purqê aqui, purizemplo, quando eu vim prá cá a premêra vêiz, essas parte mais alta aqui, eu contava certo qui era terra de mãidoca e aminduim, eu já pelejei prá cunsigui prantação e num tô cunsiguino!... me parece qui num é terra não. Eu acho qui tá seno maisi pobrema de chuva purqué o moiado num tá seno suficiente... (H., cf.).

Na questão da qualidade da terra, no depoimento acima, o que é terra "boa" e terra "ruim", é definido pela "isperiência". Experiência de um saber que informa sobre as próprias condutas na reprodução enquanto camponeses, seja nas atividades mais comuns do dia-a-dia, seja em situações mais específicas (como a da discussão em torno da "reserva", onde explicitam-se variadas experiências que compõem esse saber). Essa experiência, incide tanto na busca de soluções imediatas para resolver impasses em que

se encontram, quanto nos projetos para o futuro.

Um exemplo dessa experiência e de sua natureza (de como ela é forjada tanto via determinantes exógenos quanto internos ao grupo) pode ser encontrada na controvertida "queimada", considerada atualmente como um crime ecológico. Todos os camponeses declaram utilizarem-se da queimada para limpar o terreno onde vão plantar pela primeira vez. Atrasados? depredadores da natureza? esse reducionismo levaria a simplificar a questão que é muito mais complexa, como aponta esse depoimento:

"Pruqué num tem tratô. O trabai é muito grande. O fogo ajuda. Diminui o trabai... num temo cundição de prantá sem quemá, pelo meno na premêra. Os técnico diz qui é ruim, mais num tem jeito. Quiria qui aparicesse u'a manêra de prantá sem quemá... (Z. da L., cf.).

O peso objetivo de determinantes externas - como um dos parâmetros fundamentais para se entender o sentido que tomam algumas práticas tecnológicas para os camponeses - pode ser expresso por esse depoimento:

"Se os grande qui tem cundição, quema, purqu é qui nós [que não têm essa condição] num pode quemá....? (J. A., cf.).

Nessa configuração ambígua do quadro tecnológico, a par de uma prática predatória como a da queimada, evidencia-se o interesse por técnicas que dizem respeito à conservação do solo como a do "prantio trevessado contra a inxurrada" (T., cf.). A referência a essa prática, que

alguns dizem ter aprendido "desd'eu piqueno" enquanto outros aprenderam com a "alternativa" (plantio em curva de nível) demonstra preocupação dos camponeses em evitar a erosão do solo. Tal prática, quando colocada lado a lado com a queimada, indica que possuem clareza acerca das opções que suas condições objetivas permitem:

"Pranta trevessado. A água num lava muito a terra. Já fazia isso [antes da "alternativa"]. Quem pranta deceno, prá limpá é mió, mais eu gosto mais de prantá cum as rua do lado do sol. Nas fazenda qui eu prantava, a terra era mais plana. Eu prantava as rua trevessada no sol. Aqui é mais murriado. faço do mermo jeito" (J. A., cf.).

"Eu cumecei esse ano... aprindí cum a alternativa antes eu num sabia nem o qui era isso... (H., cf.).

Em torno da relação com a terra, desenrola-se toda uma vivência pela experimentação prática e pela observação de quem lida diretamente, sem mediações, com os fenômenos da natureza (109). Os camponeses referem-se a um conhecimento prático do solo, dispensando a análise da qual, apenas, já ouviram falar:

"Num tem cundição de pegá as técnica de análise da terra, mais algu'a coisa eu sei. Análise de sole é muito bom, mais desd'eu criança qui eu intendo dele [do solo] (Z. da L., cf.).

(109) Cf. MOURA (op. cit: 10), quando observa que: "(...) a céu aberto, [o camponês] é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de **ciência.**" (grifos da autora)

Evidencia-se uma vez mais que o reconhecimento de si como sujeitos de conhecimento, não implica em rejeitarem a contribuição da tecnologia moderna, a cujo acesso, entretanto, afirmam não terem condição.

A expressão: " O corgo nas água e a cacimba na seca", exprime a característica fundamental na agricultura desenvolvida em Corgão/Boa Esperança que é a dependência da chuva. Esta, na visão desses camponeses - num leque de alternativas de equipamentos e insumos - é tida como o elemento mais importante para a produção (110).

Na análise das duas últimas safras (88 e 89), verifica-se uma grande perda do que foi plantado, pela falta de chuva ou pela "mudança no regime da chuva" (A., cf.) que pode significar também uma enchente, "um descontrole" (M., cf.), como ocorreu no final de 1989.

As soluções de convivência com a seca traduzem-se, principalmente, pelo calendário anual das culturas e das demais atividades do ano agrícola (QUADRO III). Praticando uma agricultura de sequeiro, os camponeses de Corgão observam a tradição das épocas de plantio, sempre

(110) Numa listagem apresentada, com a pergunta: O que é mais importante para a lavoura: a) adubo químico; máquina; agrotóxicos; chuva; outros? as respostas, invariavelmente, apontavam a chuva como sendo o mais importante. Uma parte apontava em segundo lugar, a máquina (trator), por estar diretamente relacionada com a potencialização do trabalho, principalmente na limpeza do terreno. As demais alternativas não foram consideradas importantes.

com referência às "água" e à "seca", seguindo uma periodização que orienta as etapas do trabalho, numa articulação do cuidado técnico exigido por cada produto, com as condições climáticas existentes.

A dependência da chuva e, portanto, a necessidade da intensificação do trabalho "nas água", reforça uma das práticas tecnológicas fundamentais: o consórcio de culturas consideradas mais importantes, basicamente milho/feijão; milho/fava (111). O consórcio potencializa o uso da terra e o trabalho da família. Numa mesma área, com o emprego de um mesmo trabalho para limpar, realizar os tratos culturais, etc, cultivam-se os produtos básicos ou seja "os mantimento". A respeito da técnica do consórcio do milho, com o feijão ou com a fava:

"Premero o mí, dispois o fêjão no mei. A gente conta duas filêra de mí e u'a de fêjão... o mí é c'um metro de u'a cova na ôtra e dois na filêra, né? dois entre filêra e um entre cova. [nesses dois metros] põe duas rua de fêjão..." (A., cf.).

Os camponeses de Corgão não fazem uso rotineiro de adubos químicos. Alguns já usaram ou usam, eventualmente, quando conseguem através de distribuição por alguma agência do Estado. Não existe uma posição unânime em torno da utilização de adubos químicos. Para

(111) Na década de 70, a EMATER-MG veiculou intensa campanha de plantio de feijão "solteiro" com o slogan: "feijão solteiro, dá mais dinheiro". Esta campanha foi feita de forma massiva junto aos camponeses na região que, no entanto, continuaram com o consórcio tradicional.

alguns, tal prática potencializa o trabalho. Para outros, no entanto, "istraga o adrubo natural da terra" (T., cf.). Em geral, utilizam esterco de curral para horta e para parte das culturas. Por orientações do CAA, vêm deixando a "rama" ou o "cisco" como adubação de cobertura. Há referências, ainda, à rotação de culturas (112):

"Dêxo a rama. Fur isperiência. O centro orienta mais eu já sabia..." (N., cf.).

"Agora qui a terra tem o siguinte: se trabaiá nela esse ano, o ano qui vem, pára; num tomba ela não; dêxa prá tombá ela no ôtro ano. Quando ele fô tombá ela no ôtro ano, qué dizê: esse mato qui tem aí... quando ele fô tombá ela qui esse mato vai sirvi de adrubo (...) vê qui quando isso aqui proveita o adrubo qui isso aqui já tá mais póco, aí já tem adrubo. Qué dizê qui eu já vô passá p'raquela dali e essa aqui vai criá adrubo... (...). a terra prá dá lucro ela tem qui sê bem tratada!... num é só pegô u'a coisa e foi daqui e pegô e foi dali e pegô e foi botano aculá... é o adrubo [químico] não sinhóra... Intão o adrubo mermo dado pelo tempo, pelo visto da terra, ele mermo criô esse adrubo... (T., cf.).

Quanto à utilização de pesticidas e fungicidas, é comum o uso de venenos para combate a formigas e alguns o utilizam para o combate a pragas nas lavouras, prática

(112) Esta é uma prática milenar de camponeses europeus que consistia em realizar plantios alternados em faixas de terras diferentes, deixando, a cada ciclo, uma faixa em "pousio" ou seja, em descanso. Vestígios dessa prática são encontrados entre camponeses no Brasil. No entanto, ela tem-se tornado impraticável para muitos camponeses, em virtude da escassez de terras que termina por impor uma utilização intensiva e constante de uma mesma área. Uma variação - referida pelos camponeses de Corgão - dessa prática é a rotação de sementes: ocorre a troca de sementes entre camponeses, porque a semente "cansa da terra" (A., cf.).

largamente difundida na região, na cultura do algodão.

No entanto, é corrente a convicção de que é dispensável o uso do "veneno" no combate às pragas, fundamentado-se a explicação em dois motivos principais: consideram muito baixa a incidência de pragas e doenças em suas lavouras e consideram, ainda, que a área cultivada é pequena (em torno de 3 ha, no máximo), não necessitando, portanto, desse tipo de intervenção. Nesse aspecto, parece haver, ainda, um certa assimilação do discurso do CAA. As referências a práticas de controle biológico aparecem de forma não muito claras, indicando uma assimilação ainda incipiente de algumas orientações da "alternativa":

"É o seguinte: eu já... já vi alguém do centro alternativo falano qui realmente tem essa praga qui num pode acabá cum elas purquê ela acaba cum as ôtra praga, né? mais só qui eu num gravei ninhum nome dessas praga não... (H., cf.).

Enquanto que nos tratos culturais a adubação química e o combate a pragas e doenças de plantas são raros, após a colheita ocorre um número significativo de práticas de conservação de sementes (de milho e de feijão), visando o próximo plantio e o consumo. A questão das sementes (113) evidencia-se, no discurso, pela

(113) O processo de melhoramento genético da semente, no contexto do modelo de modernização agrícola da revolução verde, buscando incremento do ponto de vista produtivo (produção e produtividade) traz embutido um incremento também da sua susceptibilidade às pragas e doenças.

referência às práticas "tradicionais" e "modernas":

"Antigamente era a tabatinga [barro]. Hoje é o malagran [agrotóxico] mais forte e mais fáci. O barro conserva mais: dois ano. O malagran, oito mês (...). (Z. da L., cf.).

"De premêro nós guardava cum arêa, De noite punhava o fêjão e a arêa no sereno. de madrugada ia guardano as camada. Foi mudano as coisa e surgiu um tal de miragran [malagran] e é desse jeito... meu pai usava criolina no paiol contra caruncho. Daqui uns ano, tudo tem qui tẽ veneno... é u'as semente fraca de caruncho..." (A., cf.).

Não ocorreu um abandono total das práticas tradicionais, fato evidenciado pela maior incidência da semente de paiol. No conjunto das práticas de conservação, há uma grande variedade descrita pelos entrevistados, como: "água de sal" ou "pimenta e cinza para guardar o milho; "bosta de boi quemada", "gordura" ou ainda "cinza de isterco guardada sem soprá" (C., cf.) para guardar o feijão.

No entanto, um aspecto importante da realidade do sistema produtivo em que vivem esses camponeses é indicado no depoimento seguinte:

"(...) o qui a gente cói num tá dano prá guardá..." (Z. A., cf.).

Quanto às técnicas relativas ao trato dos animais, estes são alimentados com "ração casêra", basicamente, o milho. Em termos de tratamento de doenças, os remédios mais comuns para tratamento de feridas de animais são,

tradicionalmente o "benzocriol" e a "criolina" e ainda o "remédio de mato" e a "benzeção". Também aqui, há uma mescla de práticas tradicionais e "modernas" como traduz esse depoimento bastante expressivo acerca do caráter do acervo tecnológico desses camponeses:

"Uso injeção dos veterinário e garrafada dos mais véi..." (ibidem).

Na vivência dos camponeses, as práticas tecnológicas não se reduzem às atividades específicas da agricultura, em sentido restrito. Em termos mais amplo, os posseiros (re)criam o seu mundo pela "isperiência" e inventividade dos que enfrentam problemas cotidianos em condições absolutamente específicas e peculiares no conjunto da sociedade. Assim, produzem não apenas o seu próprio (e de parte da população) alimento, como ainda as suas casas (114), carros de bois, engenhos, o azeite das lamparinas (extraído da mamona); muitos dos seus remédios, entre outros. A tecnologia ganha assim, um sentido mais amplo de (re)construção do mundo dado, onde as práticas "tradicionais", as "modernas" e as "alternativas", na agricultura, juntam-se num mesmo processo de qualificação/desqualificação (GRZYBOWSKI, op. cit.) tecnológica.

(114) à época da pesquisa, ainda não havia sido feita a distribuição definitiva dos lotes. Poucos posseiros arriscaram-se a construir casas, de tijolos (2 ou 3). Os demais fizeram ranchos de pau-a-pique, com cobertura de palha protegida por uma lona plástica.

No discurso dos camponeses investigados, transparece tanto uma valorização das práticas tradicionais, repassadas de "pai prá filho", quanto o peso da presença de algumas práticas "modernas" assim como a idealização de algumas práticas "alternativas". Nesse acervo mesclado e contraditório, os vestígios de uma prática camponesa mais tradicional podem ser percebidos nas formas e épocas de plantio; na ênfase dada à policultura; nos principais produtos cultivados; no papel da chuva; nas práticas de conservação de produtos, sementes e tratos de animais e a presença de um conhecimento prático do mundo (que permite falar de um saber) pode ser percebido pela forma como realizam a mescla com outros aportes tecnológicos.

Na trajetória social desses camponeses, a passagem por experiências de trabalho como meeiros, assalariados temporários, moradores, etc, contribuiu para que assimilassem aspectos da chamada tecnologia moderna, cuja face mais conhecida é o uso do veneno. Nessa mesma trajetória, no entanto, ocorre o reforço de práticas tradicionais como a do consórcio de culturas muito comum no plantio de "ameia" do algodão nas áreas de pastagens (STRALEN, op. cit.) das grandes fazendas de gado.

Ocorrem algumas aplicações de técnicas introduzidas pelo CAA/Norte de Minas, como é o caso do

composto orgânico utilizado como adubo; do timbó (veneno "natural" extraído de vegetais) do feijão de porco (leguminosa para dubação verde) e do "querobon" (mistura de querosene com sabão), para combate a pragas, por exemplo. No entanto, embora a avaliação seja positiva, não existe uma difusão massiva da sua utilização entre os camponeses que parecem resistir a alterações da prática cotidiana sobre a qual se estrutura o trabalho:

"Fizemo não, purquê... fizemo assim, purquê desse [composto orgânico] nós num fizemo ôtro não (...). A gente acostuma cum aquele sistema da gente (...) a gente fica naquele véi qui as véis a gente evém siguino... mais sempre o adubro qui a gente mais usa aqui é o isterco de curral... (L., camponês de Corgão/Boa Esperança).

Todo o acervo tecnológico desses camponeses volta-se para a reprodução da unidade econômica familiar e deve ser entendido a partir dessa premissa. A reprodução da unidade familiar, por sua vez, implica na reprodução das condições de socialização de seus membros e dos padrões culturais do próprio grupo social. Dessas condições, fazem parte a própria atividade agrícola como meio de transmissão do saber técnico (SA, op. cit.) que, por sua vez, é instrumento de reforço e da construção da identidade social dos camponeses. Quando os posseiros (re)organizam uma comunidade e (re)tomam a organização do processo produtivo na agricultura, o fazem pela mediação do acervo tecnológico construído ao longo de suas trajetórias sociais.

Existem ainda alguns aspectos culturais - cujo aprofundamento extrapola os limites desse trabalho - que exercem papel fundamental enquanto espaço de reforço e de reprodução do conhecimento. Estes aspectos guardam estreita relação com a questão do saber e são determinantes no processo de construção e reforço da identidade social dos camponeses: refiro-me às rezas e aos festejos (115), às relações entre ambos e destes com as práticas tecnológicas.

Os significados de ambas remetem, de forma genérica às práticas culturais onde as festejos podem ser vistos como espaços de exercício de uma sociabilidade que extrapola as formas relacionadas estritamente ao processo produtivo imediato, e as rezas, por suas vez, também, como espaços de sociabilidade, onde sagrado e profano não apresentam limites definidos. Além do que, Festas e rezas relacionam-se sempre com a atividade exercida na agricultura. As atividades do ano agrícola estão relacionadas a um calendário festivo/religioso e os santos são cortejados como intermediários junto a Deus, no apoio

(115) "Se o peso específico da religião é maior na cultura camponesa, é porque fornece uma explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, bem como a incompetência dos poderes seculares para atender às necessidades inerentes ao seu modo de vida. O fato de a religião do camponês não conter uma teologia compilada não lhe torna sinônimo de mágica e de superstição. Isto seria confundir o peso específico que tem a crença no sagrado em todas (...) [na] vida camponesa" (MOURA, op. cit.: 22).

para uma safra melhor ou para um ano de mais chuva (116) :

"(...)Envolvido de forma direta com os elementos da natureza e com as pressões da sociedade, o camponês se dirige à divindade, muitas vezes sem a mediação da igreja oficial, dispensando seus agentes especializados, como o padre e o pastor (...) (MOURA, op. cit.: 20).

A participação e a maior ou menor "fartura" nos festejos e leilões refletem colheitas boas ou ruins. De forma específica, a religião está presente no acervo tecnológico, como é o caso das benzeduras e rezas nos tratos de animais e plantas.

A novena rezada em Corgão, com a presença da quase totalidade dos moradores, é um momento de conversas, brincadeiras e troca de informações. As mulheres rezam o terço e cantam os "benditos" (117) e os homens conversam do lado de fora da casa. Ao final da reza, saem todos em procissão para entregar a santa na próxima casa, onde se repetirá o evento, daí a uma semana. A família que vai receber a santa sai na frente para esperar os demais. Lá, a imagem é colocada num altar com alguma "rezas" e "benditos" de despedida. Tanto na casa anterior onde a

(116) O milho verde, colhido em junho, é parte integrante dos festejos e rezas juninas. Outro exemplo dessa relação é o "feijão de Sant'Ana" ou feijão "da seca" ou ainda "do brejo" plantado no mês de junho (QUADRO III). O nome sant'Ana é uma alusão àquela que, para os católicos, é a mãe de Nossa Senhora.

(117) Denominação dada aos cânticos religiosos entoados nos eventos religiosos.

santa se encontrava, como nesta que a recebe, são dirigidas orações pedindo ajuda para melhorar a situação dos posseiros e para que o ano seja um ano bom de chuva.

As novenas são organizadas por um grupo de mulheres do assentamento, o mesmo grupo que cuida da farmácia comunitária e da organização de festas. As rezas e os festejos, portanto, como que (re)introduzem a mulher na esfera pública da comunidade, revelando-as para possíveis outras responsabilidades. Ocorre, portanto, principalmente no que respeita às mulheres, reflexos da prática religiosa na formação de lideranças locais. As pessoas que rezam os terços ou que organizam atividades religiosas/festivas são consideradas como representantes potenciais para outras atividades. Esse é o caso de S. e M. rezadeiras e organizadoras dos eventos em Corgão e que são tidas como pessoas capazes de assumirem outras instâncias representativas da comunidade⁽¹¹⁸⁾.

Nessa prática religiosa de caráter utilitário/transcendental, as benzeduras, rezas, amuletos, etc., fazem parte do arsenal "religioso-tecnológico" no enfrentamento das doenças das pessoas, de animais, das pragas e doenças da lavoura, etc. (MOURA, op.

(118) No caso de S., por exemplo, é ela a responsável pela "farmácia comunitária" do assentamento, organizada com fundos recolhidos através de leilões realizados na própria comunidade.

cit.). As rezas e as promessas têm estreita vinculação com o binômio seca/chuva. Mesmo nos momentos festivos, a difícil situação dos camponeses é sempre lembrada junto aos santos, cuja presença é materializada, ainda, pelas imagens ou figuras que adornam os interiores e pelas cruzes de madeira à entrada das casas. É comum ainda a presença de mastros com estampas dos santos festejados, no "terreiro" frontal das moradias.

4.5- Saber e resistência à expropriação: práticas tecnológicas como práticas políticas

Dentro dos limites da pesquisa de campo, a análise das estratégias de resistência dos camponeses, em sua relação com a tecnologia, aponta paradoxos que devem ser entendidos de forma não linear, sob pena de cair-se numa dicotomia escamoteadora da realidade investigada.

Um desses paradoxos, essencial à presente discussão, remete à natureza do saber camponês, cuja compreensão foge aos limites de pressupostos rígidos e formalistas que não levem em conta a ambiguidade desse processo. Assim, torna-se necessário compreender, sob o ponto de vista da ação camponesa, as condições objetivas e subjetivas que, mediadas tanto por uma lógica econômica

específica quanto por outros traços culturais, dão as diretrizes para as tomadas de decisões. Decisões que dizem respeito não apenas ao processo produtivo, como, também, à constituição das alianças, seja no campo tecnológico seja em outros campos.

Esse paradoxo torna-se mais compreensível a uma análise que entenda a ambiguidade como elemento constitutivo da realidade vivida pelos camponeses e, nesse sentido, perceba que a compreensão do saber tecnológico camponês está distante de erigi-lo como algo puro, intocado e como objeto a ser preservado numa concepção norteada por um naturalismo primitivista.

As afirmações acima impõem imediatamente a necessidade de abordar significados dessa ambiguidade. Ela pode ser apreendida, analiticamente, a partir do momento em que se consiga perceber os sentidos estratégicos do amálgama de saberes que concorrem na construção do saber camponês.

Este saber incorpora aspectos de racionalidades consideradas distintas e, até, antagônicas: a científica que orienta a tecnologia "moderna", e a estratégico/prática que orienta a tecnologia "tradicional" camponesa e a racionalidade ecológica da agricultura "alternativa" que luta por um novo estatuto, inclusive, do que seja considerado como científico.

A pesquisa de campo revela traços da ambiguidade que perpassa a visão de mundo dos camponeses pesquisados e que orienta suas estratégias de reprodução, no cerne mesmo da resistência à expropriação total. Ambiguidade perceptível por três modos básicos:

- 1) Reconhecer a contradição e aceitá-la como um dado, atribuindo-a ao caráter fragmentário e descosido do universo das percepções do grupo (...) à "mentalidade primitiva" que aceitaria docilmente conviver com contradições;
- 2) Atribuir a contradição a uma leitura estática do pesquisador que associaria inescrupulosamente (...) versões históricas divergentes, acionadas por atores sociais em momentos distintos, imersos em interações e dirigidos por orientações práticas diferentes;
- 3) Indagar se os homens e mulheres vivos, de carne e osso, entrevistados, percebem essa dubiedade, se dão conta da existência de uma contradição. Mergulhar nas concepções do grupo e procurar, aí, antes, uma resposta". (SOARES, op. cit. :40).

Partilho do exposto na terceira hipótese, na tentativa de compreender como os camponeses "(...) enfrentam e procuram elaborar a contradição através de uma composição tanto quanto possível harmônica e lógica entre (...) " (ibidem) saberes e racionalidades distintas.

A ponte entre essas representações pode ser entendida se se busca referência no próprio conceito de saber camponês, enquanto práxis cotidiana, ou seja, esse saber não é puro nem isolado; constrói-se na e informa a prática desses sujeitos sociais. Assim é que torna-se possível encontrar, lado a lado, tanto práticas ditas tradicionais (no sentido de serem, basicamente herdadas

dos antepassados e alheias à racionalidade científica) quanto práticas ditas modernas ou seja, o "novo" e o "velho" referido por FIGUEIREDO (op. cit.). E, mais recentemente, as práticas alternativas.

Nesse contexto, o reconhecimento, por parte dos camponeses, da existência de um saber prático, de "isperiência", que orienta o erguimento dessa ponte, pelo critério da seletividade. Tal seletividade, por seu turno, é gerada numa situação de reconhecimento tanto dos limites impostos pelos condicionamentos externos, quanto pelas potencialidades e soluções inerentes a uma certa racionalidade na organização do processo produtivo.

O estudo de caso evidencia alguns indicadores no sentido de "reapropriações ou reinterpretações criativas" (SOARES, op. cit). Isto equivale a dizer, por exemplo, que a adoção seletiva de algumas práticas da chamada tecnologia "moderna" pelos camponeses, ocorre num processo de resistência contra a expropriação. Isto se dá, inclusive, pela apropriação de signos estigmatizantes, como elementos novos de uma identidade positiva (ROMANO, op. cit.).

No que toca à aproximação com o CAA, o móvel dessa aliança fundamenta-se na avaliação positiva de um aliado que, no julgamento dos camponeses, os potencializa em relação a aspectos fundamentais na sua luta.

No que se refere à consolidação do assentamento, o CAA é tido pelos posseiros como um interlocutor credenciado a nível regional para mediar alguns enfrentamentos, principalmente em relação às agências do Estado. Isto se dá, para os camponeses, pela identidade contrastiva percebida entre CAA e agências do Estado, através das práticas dos seus agentes.

Em decorrência, os camponeses passam a enxergar uma virtualidade nas técnicas "alternativas". É crescente entre eles a representação de uma certa afinidade entre a sua própria racionalidade produtiva e aquela vislumbrada na proposta da "alternativa". Um ponto importante nesse processo respeita ao fato de a proposta "alternativa" buscar os vínculos entre o processo produtivo imediato dos camponeses e a produção social mais ampla. A confluência, portanto se dá na (re)politização da questão tecnológica como os próprios camponeses já fazem, em seu cotidiano.

Assim, entendo ser possível analisar as práticas tecnológicas dos posseiros de Corgão como práticas contemporâneas emergindo de, e, informando situações particulares, específicas de enfrentamento de situações adversas e de resistência à expropriação. Isto tanto de um ponto de vista econômico, quanto político e cultural, num processo onde as alianças tornam-se necessárias.

A GUISA DE CONCLUSÃO

Pelo presente estudo envolvendo os camponeses de Corgão/Boa Esperança e o CAA/Norte de Minas, busquei analisar a emergência de um novo espaço político que vem se configurando nas duas últimas décadas. Esse espaço é aqui identificado, em termos gerais, como uma aliança entre camponeses e organizações não-governamentais no campo tecnológico e, em termos específicos, entre o CAA/Norte de Minas e os posseiros de Corgão.

As situações e trajetórias específicas da entidade e do grupo camponês investigados e a relação de ambos com a tecnologia, advertem sobre limites de generalizações que o caso apresenta. No entanto, tendo a natureza da relação entre ambos como o eixo das considerações acerca da experiência investigada, torna-se possível encontrar alguns indicadores que remetem a uma reflexão mais ampla em torno de experiências envolvendo camponeses e esses novos mediadores tanto no campo tecnológico, quanto em outros campos.

Uma premissa, que permanece válida também como

conclusão, é a da necessidade de um marco teórico e metodológico que permita trabalhar a problemática considerando a tecnologia como produção social e portanto como espaço de disputa de capacidades técnicas e poder social diferenciados. Esse referencial permite situar, teoricamente, as oposições no campo tecnológico na agricultura, entre os diversos saberes e sua relação, no campo tecnológico. Isto supõe uma análise não dicotômica e que tenha presente a ambiguidade que permeia essa relação, tanto no que toca à percepção dos camponeses, quanto à dos mediadores.

Esse movimento de oposição pressupõe dois "locus" embricados dialeticamente, como espaços privilegiados das estratégias de manutenção, de subversão e de resistência da ordem tecnológica: Estado e Sociedade Civil. Se o Estado é o condutor do processo de modernização da agricultura brasileira, de forma excludente para os camponeses, a Sociedade Civil (no que se refere ao tema presente), notadamente a partir da década de 70, com ênfase acentuada na década de 80, passa a ser o "locus" de gestação de respostas políticas a esse processo, que tem como um dado significativo, a proliferação das ONGs.

Tal movimento, no presente estudo traduz-se pela constituição de alianças políticas no campo tecnológico entre camponeses e ONGs. Alianças que, embora não isentas

de tensões, apontam para a constituição de novos sujeitos coletivos, com propostas alternativas em gestação. A análise desenrolou-se em torno de uma questão central: qual o caráter dessa aliança? em torno de que móveis ela ocorre para ambos os grupos sociais que dela participam?

No que toca aos camponeses, partilho com GRZYBOWSKI (op. cit.:46) do entendimento de que:

"Por trás dos "projetos econômicos" [de produção, alternativos] é necessário ver grupos de camponeses que vivenciando as contradições de ter suas condições de trabalho e vida subordinados e dependentes da agroindústria, do modelo tecnológico que ela impõe, do crédito institucional, dos mercados, da política de Estado, tentam criar novas bases para a sua reprodução enquanto camponeses. Vão desde grupos de posseiros e assentados que "conquistaram" recentemente a terra até grupos que procuram formas de se livrar da camisa-de-força das relações com a agroindústria".

Nesse quadro geral de referência descrito acima, como os camponeses de Corgão encontram-se inseridos? a resposta passa pela busca dos fios - muitas vezes invisíveis - que unem as explicações mais gerais às particulares. Daí, a discussão realizada, através do estudo de caso, acerca dos significados específicos da aliança para os camponeses e a para a entidade.

Esta aliança no caso em questão passa, basicamente, por dois caminhos: um mais amplo, relacionado com o processo global de consolidação do assentamento e um outro mais específico, relacionado às práticas

tecnológicas em sentido mais restrito. Não se entendendo, aí, hierarquização de níveis do político, onde o primeiro caminho referido seria "mais político" que o segundo.

A alusão a esses dois caminhos decorre da identificação de uma característica fundamental dessa aliança: a de que ela não se torna compreensível se buscada na esfera do fazer estritamente tecnológico. Nesse sentido, também, reitera-se a dimensão política da tecnologia não apenas como uma reflexão teórica minha, enquanto pesquisadora, mas, sobretudo, como práxis social dos sujeitos sociais concretos, ou seja, a aliança é, sobretudo política, no sentido mesmo de politização da tecnologia. Politização inscrita nas práticas cotidianas, mesmas, dos camponeses e mediadores.

Um exemplo disso pode ser visualizado em um dos aspectos fundamentais da proposta de intervenção do Centro, que vem a ser o resgate dos sistemas produtivos tradicionais dos camponeses. Aí, observa-se que a aliança no campo tecnológico passa por uma característica fundamental, básica, no contraste estabelecido entre a racionalidade do modelo tecnológico moderno e a racionalidade do modelo camponês.

Tal contraste pode ser traduzido, por exemplo, pela oposição entre uma agricultura predominantemente

policultora (camponesa) e uma predominantemente monocultora (moderna). A intervenção do CAA, nesse campo se dá no sentido de resgatar esse modelo camponês. Modelo que pressupõe uma racionalidade tecnológica não no sentido, apenas, de um fazer imediato mas no sentido de que o fazer imediato insere-se num conjunto mais amplo de práticas sociais econômicas, políticas e culturais.

Tal oposição vem a ser percebida pelos camponeses e se expressa tanto em suas escolhas seletivas das tecnologias modernas, por exemplo (cf. cap. IV), quanto em termos de uma racionalidade que orienta as estratégias de resistência à expropriação total. Fato que, de resto, não apenas traduz a existência de um auto-reconhecimento como sujeitos cognoscentes como ainda contém, em si mesmo, a resistência à expropriação de um saber, seja pela afirmação das práticas tradicionais, seja pela apropriação seletiva de determinadas prática modernas.

Tais considerações remetem ao tratamento da questão pelo outro lado, ou seja, pelo lado da entidade: Embora o CAA - como exposto acima - parta dos sistemas produtivos tradicionais, encontra-se embutida em sua proposta de intervenção a reestruturação da unidade produtiva no sentido de incorporar técnicas alternativas, principalmente de cunho mais ecológico. Nesse sentido, portanto, um dos aliados (O Centro) é também um mediador

entre os camponeses e uma proposta alternativa. Essa mediação é passível de ter maiores ou menores tensões a depender da maior ou menor capacidade de o CAA assumir não apenas a nível de discurso mas, sobretudo, incorporando à sua prática político-pedagógica: tanto o reconhecimento das racionalidades (cf. cap. IV) que se cruzam na prática da agricultura camponesa quanto a concepção acerca dos camponeses enquanto sujeitos capazes de avaliações e escolhas e, portanto, enquanto sujeitos cognoscentes.

Em termos gerais, encontro uma indicação em SOTO (op. cit.: 241) pertinente à compreensão do envolvimento da entidade - enquanto um mediador - nesse processo:

"De tal forma [la] imagen de campesino construida en la institución y visualizada como la concepción de pequeña producción (...) se ubica en una posición intermedia en el campo académico al reconocer, por un lado, la especificidad del setor campesino y, por otro lado, no desconocer su subordinación a los mercados e su relativa autonomía (...)".

Esta concepção traz implícita em seu discurso, uma tomada de posição a respeito tanto do grau quanto da forma de reprodução social dos camponeses. Tomada de posição que, de resto, orienta politicamente, o sentido dessa aliança para o CAA.

A análise dessa aliança evidencia um sentido político, nela inscrito, que pode ser visto como uma ponte que articula esse movimento a outros tantos movimentos existentes: refiro-me ao fato de que essa

aliança aponta para a questão mais geral da inserção dos camponeses na estrutura agrária brasileira, onde "(...)" para lutar contra sua exclusão e/ou subordinação ao capital, devem lutar tanto por terra quanto por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia (...)" (GRZYBOWSKI, op. cit.: 46:7). A referida aliança, portanto, viabiliza a renovação de um debate sobre o modelo agrícola; onde se renova a discussão sobre o espaço possível da produção camponesa ou seja, a produção de base familiar ao mesmo tempo em que se discute quais as condições de uma política agrária e agrícola capazes de viabilizar os aspectos anteriores.

A abrangência e os impactos que essas propostas venham a ter diz respeito, ainda, à sua relação com as chamadas "questões regionais". Questões que podem ser traduzidas como enfrentamento dos impactos sociais da modernização na região nortemineira. Por essa aliança, CAA e camponeses passam a ser vistos como um novo sujeito político no cenário regional.

No entanto, a depender do caráter que venha a ter a participação dos camponeses no processo, a questão regional pode vir a ser fator de distanciamento do Centro em relação à uma atuação mais direta junto a grupos específicos de camponeses e, ao mesmo tempo, de afirmação de uma outra identidade do CAA. Esta, talvez mais próxima

de uma entidade "alternativa", com predominância de um discurso crítico mais genérico e, não, conformado pela participação mais direta dos camponeses.

Nesse sentido, a perspectiva de envolvimento na chamada questão regional em termos mais globais guarda possibilidades diferenciadas para o destino da relação entre camponeses e o Centro e aponta para a importância da presença cada vez mais efetiva dos camponeses na estrutura do CAA e da atuação de outros mediadores como o MSTR, no sentido de procurar atuar de forma a manter a articulação entre Centro e camponeses.

Isso equivale a considerar que o processo recente de construção de uma proposta de agricultura alternativa no norte de Minas se por um lado indica a evidente constituição de novos interlocutores políticos para as questões regionais, por outro deve merecer a atenção no sentido da avaliação da própria relação entre os camponeses e o Centro. A própria presença de mediadores junto aos camponeses já aponta para a existência de tensões: a análise da estrutura do Centro e das questões relacionadas à ela, indicam que as tensões existem, embora não desqualifiquem a aliança.

No sentido referido acima, os aspectos ligados à concepção e à "práxis" e que se constituem em pontos de tensões, têm a ver com a trajetória social dos agentes

que atuam no CAA (cf. cap. III), onde, a depender de uma maior ou menor aproximação com os movimentos populares, vai-se dar uma maior ou menor relevância ao papel que os camponeses desempenham no projeto.

Essas questões não se restringem à especificidade da tecnologia. Elas guardam estreita relação com outros campos e tanto suas causas mais profundas como muitos dos seus desdobramentos extrapolam o campo tecnológico em sentido restrito. Exemplo disso é o agravamento da questão fundiária na região que remete à consideração de que para os camponeses de Corgão/Boa Esperança, possuir a terra e manter-se sobre ela é fator determinante para a sobrevivência e reprodução enquanto camponeses.

A análise da aliança remete, ainda, aos significados que ela tem para os agentes do Centro. Estes se expressam através das concepções que formulam em relação à reprodução camponesa, em geral, e no norte de Minas, em particular.

Nesse sentido, o estudo indica que o CAA/Norte de Minas redefine a sua ação e a sua proposta no processo mesmo de sua intervenção, onde se destaca a busca de uma identidade contrastiva com o Estado. O nível de participação e de influência que os camponeses venham a ter no desenrolar desse processo é fundamental para se analisar o caráter da sua relação com o Centro, e a

configuração dessa aliança como um novo espaço de afirmação política dos camponeses na região e o seu resgate enquanto sujeitos de conhecimento.

Uma constatação que perpassa toda a discussão é a de que a relação dos camponeses de Corgão com a tecnologia "moderna", com a "tradicional" e com "alternativa" está presente na trajetória do grupo investigado, como sendo fator decisivo em seus enfrentamentos cotidianos não apenas de organização da produção mas no sentido mais amplo de re-construção do mundo. Caracteriza-se, portanto, um fazer social que, por sua vez, supõe um saber mesclado e contraditório e sempre orientador em relação à sua reprodução enquanto camponeses, ao mesmo tempo em que é conformado no processo mesmo de luta por essa reprodução.

Analisar, portanto, as estratégias dos camponeses de Corgão, buscando entender o caráter da aliança desses grupos com o CAA/Norte de Minas, foge a qualquer enquadramento quer seja das teses elitistas que propugnam a incapacidade dos camponeses como sujeitos políticos, quer seja das teses populistas que afirmam que os grupos subalternos prescindem de alianças.

No caso em questão, as evidências são de que por essa aliança, os camponeses de Corgão passam a aparecer no cenário regional como um novo sujeito (coletivo) político

no campo tecnológico. Essa afirmação não pressupõe nenhuma concepção vanguardista que situe os camponeses como pré-políticos e, sim, pelo contrário, parte do pressuposto de que os camponeses são sujeitos capazes de escolhas, entre outras, dos seus próprios aliados.

Finalmente, reitero afirmação feita anteriormente de que a problemática é sempre mais ampla que os limites de um trabalho de pesquisa; que este, pela sua própria natureza é ao mesmo tempo instrumento de conhecimento e de desconhecimento da realidade. Assim, considero que pelo presente estudo, ao tentar mostrar a existência e a natureza política da aliança entre o CAA/Norte de Minas e os camponeses de de Corgão/Boa Esperança, se por um lado aponto para possibilidades de reflexões acerca de novos movimentos que se gestam a nível de sociedade civil, por outro lado tenho presente os limites e lacunas que, por sua vez, necessitam aprofundamentos e discussões podendo se constituir em novos estudos.

A exemplo, entre outros, situo a necessidade de se entender como essa experiência repercute no próprio Estado. Como os agentes das instituições oficiais vêem essas "práticas heréticas" e como elas repercutem nessas agências, nesse jogo político-social onde, se o futuro não é previsível que, pelo menos, se busque conhecer ao máximo possível as diversas facetas do presente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRAMOVAY, R. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: UNICAMP, 1980. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Campinas. 1980.
- . Progresso técnico: a indústria é o caminho? Proposta, Rio de Janeiro, n. 27, p. 41-50, 1985.
- . Campesinato: lógica econômica e políticas públicas. Campinas: UNICAMP, 1989. 25 p. Mimeo. Trabalho de conclusão do Seminário de Teoria e Metodologia.
- AGUIAR, R. C. Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis. 1986.
- ALMEIDA, J. P. Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1989.
- ALTIERI, Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ARAÚJO, E. J. O dilema camponês (estudo de caso sobre difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais no semi-árido paraibano. Campina Grande: UFPb, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, 1988.
- AUGUSTO, R. C. A intervenção do Estado na região norte de Minas Gerais: subsídios para uma discussão. Montes Claros, 1988. 33 p. Mimeo.
- BEZERRA, S. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.
- BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MOREIRA, R.J. Modernização da agricultura e a questão ambiental: apenas uma questão técnica?. Rio de Janeiro, 1989. Mimeo.
- MOTA, D. M. Os camponeses e a busca da "autonomia possível" (estratégias de sobrevivência e de resistência na implantação de projetos de irrigação no estado de Sergipe). Campina Grande: UFPB, 1990. Dissertação (Mestrado em sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, 1990.
- MORAES, M. D. C. Tecnologia e campesinato: um estudo sobre a relação entre tecnologias "alternativas" na agricultura e a potencialização de um maior espaço de afirmação política dos camponeses (o caso do CTA/Norte de Minas). Campina Grande: UFPB, 1989, 35 pgs. Mimeo. (Projeto de pesquisa).
- . Verso e reverso: a modernização da agricultura e as respostas dos trabalhadores do campo. 1990. Mimeo.
- . Campesinato e ONG's: uma nova parceria no campo tecnológico? (o caso dos camponeses de Pindaíba, de Corgão/Boa Esperança e o CAA/Norte de Minas). [s.l.] 1992. Mimeo.
- MOURA, M. M. Camponeses. São Paulo: Atica, 1986. (Série Princípios).
- . Os herdeiros da terra. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- MÜLLER, G. Agricultura e industrialização no campo no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 2/1, n. 6. p. 47-77.
- NABUCO, M. R. Agricultura, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais - 1950-1980. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, n. 58, p.165-239, jan. 1985. Número Especial.
- NEVES, D. P. Modernização tecnológica: inclusões/exclusões In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 27, 1989, Piracicaba, São Paulo. Anais... Brasília: SOBER, 1989. V.2. p. 342-368.

- OLIVEIRA, F. Elecia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Atica, 1983, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39).
- PONTE, T. M. F. X. A reapropriação da ciência pelo povo: Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA, Belém: UFP/NAEA/ANPEC/PNPG, n. 7, 1983. p. 143-6.
- PORTO, M. S. G. Considerações teóricas sobre a análise marxista da pequena produção familiar. Nordeste Rural, Recife. V. 1, n. 2. p. 65-81, abr/jun. 1988.
- , Temas e tendências da sociologia rural: a experiência recente da Universidade de Brasília. [s.l.]. [19__]. 13 p. Mimeo.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985. (Biblioteca de Ciências sociais, v. n. 19).
- PROPOSTA. Rio de Janeiro: FASE, n. 27, 1985.
- , Rio de Janeiro: FASE, n. 36, 1988.
- RIBEIRO, E. Metodologias de trabalho no campo (versão preliminar para discussão). Montes Claros, [19__], 55 p. Mimeo.
- ROMANO, J. Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato". [19__], 24 p. Mimeo.
- SA, L. M. "O pão da terra" - propriedade comunal e campesinato livre na baixada oriental maranhense. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1975.
- SADER, é. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, S. N. Relatório de visitas aos assentamentos. Belo Horizonte, 1988. Mimeo.
- , Conflito de terra em Cachoeirinha, Minas Gerais. Cadernos CEAS, Salvador, n. 110, p. 25-42, jul/ago. 1978.

- . Os posseiros da fazenda Coração - município de Varzelândia. Montes Claros, 1988, 3 p. Mimeo.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. o velho e o novo em uma discussão marxista. [s.n.t].
- . Camponeses e sociedades camponesas. [s.n.t.]. Trad. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
- SCHERRER-WARREN, I. O que é que há de novo nos movimentos sociais no campo? Temas Rurais. Recife, v. 2, p.41-52. maio/ago. 1989.
- . Movimentos Sociais. Florianópolis: UFSC, 1987.
- SGRECIA, A., GADELHA, E. Movimento rural, 1970-85. In: POPERMEYER, M. J. (org.) Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 51-84.
- SIGAUD, L. A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 1988. Mimeo.
- SILVA, J. G. da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . Perspectivas da agricultura alternativa. [19__]. 16 pgs. Mimeo.
- SOARES, L. E. Campesinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- SOTO, G. S. El proyecto tecnologías alternativas: organizaciones no gubernamentales y campesinato. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- SOUZA, A. de. Desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1992.

- SOUZA, H. de. O papel das ONGs e a sociedade civil em relação ao meio ambiente: planejamento e políticas públicas. Boletim IPEA Brasília: IPEA, p.39-56, jun. 1992.
- STRALEN, C.J.V. A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: FUNDEPE, 1980. 253 p. Mimeo.
- SUAREZ, M., et al. Saber e reprodução camponesa. Anuário Antropológico 81 Fortaleza: UFC, 1983. p. 149-229.
- THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1987.
- THOMPSON, E. Tradición, revuelta y consciencia de classe [s.n.t.].
- VALIANATOS, E. G. Teoria do desenvolvimento sustentável. Fortaleza [s.n.], 1992.
- VANDERLEY, M. N. B. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas - São Paulo. Campinas: UNICAMP, 1988. (Cadernos IFCH).
- WEID, J.M.V.D. Projeto tecnologias alternativas/FASE. Proposta. Rio de Janeiro, n. 27, p. 9-13, nov. 1985.
- WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- WOLF, E. R. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ANEXOS

Pesquisa: Campesinato e tecnologia
Pesquisadora: Maria Dione Carvalho de Moraes

Questionário para agricultores da área da pesquisa

Nome: Comunidade:.....
 Município:..... Nº do questionário:..... Data:.....

PARTE I:

1) Identificação e características do agricultor e de sua família:

- 1- Responsável pelo grupo familiar:.....
- 2- Estado civil: a) solteiro () d) separado () f) outro.....
 b) casado () e) viúvo ()
- 3- Moram na casa:

Prenome	Grau de Parentesco	Idade	Sexo	Grau de Instruç. (1)	Part. na prod. fam.		Trab. fo- ra do es- tabelec.		Trab. em ativ. não agrícola		Estuda	
					Int.	Parc.	S	N	S	N	S	N
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

(1) 1-analfabeto; 2-só assina o nome; 3-1º grau completo; 4-1º grau incompleto; 5-2º grau completo; 6-2º grau incompleto.

- 4- Há quanto tempo mora:
 a) Na comunidade:..... b) No município:.....
- 5- Onde morava antes?
 a) Comunidade:..... b) Município:.....
 c) Atividade principal:..... d) Atividade secundária.....

6- Onde mora atualmente?

- a) Na área onde trabalha ()
 b) No povoado ()

- c) Na sede do município ()
 d) Outro.....

7- Já trabalhou fora deste município?

- a) Sim () b) Não ()

Em caso afirmativo, responder:

Ano(s) (de.....a.....)	Onde	Atividade	Obs.

8- É membro de alguma organização ou associação?

- a) Sim () b) Não ()

Em caso afirmativo, responder: Qual?.....

Em que situação?:.....

9- Situação da terra onde trabalha:

Relação com a terra (1)	Área total do Estabelecimento ha	Área Explorada ha	Obs.
Estabel. 1			
Estabel. 2			
Estabel. 3			

(1) a- proprietário; b- arrendatário; c- meeiro; d- parceiro; e- posseiro; f- outro (descrever).

10- Em caso de ser proprietário:

Explora diretamente ha	Arrenda ha	Explora em parceria ha	Outros ha	Por que?
Área 1				
Área 2				
Área				

11-Qual a sua ocupação: principal e secundária? especificar por ordem de importância (1º, 2º....)

- a) Agricultura () b) Trab. assal. na agricultura () c) Comércio ()
 d) Artesanato () e) Trab. assal. fora da agr. () f) Outro:.....()

B) Dados sobre Produção Agropecuária:

12-Produção agrícola (última safra - ano.....)

Culturas (Área:1,2, 3)	Área cult. ha		Prod. anual		Quantidade			Preço médio vend.	Valor total	Forma de comércio (2)	Rel. co. terra (
	S*	C*	Unid.	Quan.		Ven.	Con					al. an.
				S	C							
Arroz												
Feijão												
Milho												
Mandioca												
Feijoa												
Algodão												
Arroz												
Feijão												
Milho												
Mandioca												
Feijoa												
Algodão												
Arroz												
Feijão												
Milho												
Mandioca												
Feijoa												
Algodão												

(1) a) proprietário; b) arrendatário; c) neciro; d) parceiro; f) posseiro;
 f) Outro.....

(2) NS-não sabe; G-governo; VC-venda direta ao consumidor; C-cooperativa;
 IL-intermediário local; IF-intern. de fora; FM-feira mun.; FC-feira comun.;
 O-outro (especificar) S*-ano seco; C*-ano chuvoso.

Obs.: o ano referente à última safra será S ou C. O outro ano deverá ser anotado na coluna S ou C.

13- Produção Pecuária:

Área	Animais	Nº Cabeç.	Quantidade			(1)		(2)		Obs.:
			vend.	cons.	compr	Form.decon. comp.	vend.	Local de comp.	vend.	
1										
2										

(1)G-governo; C-cooperativa; VC-venda ao consumidor; II-intermediário local; IF-intermediário de fora; O-outro (especificar)

(2)C-consumidor; M-município; FM-fora do município; O-outro (especificar)

14- Administração da produção e da comercialização

Produtos (Cult. e anin.)	Responsável					Observação			
	Pai		Mãe		FH*		FM**	Out. Meñ.	
	P	C	P	C	P		C	P	
Arroz									
Milho									
Feijão									
Mandioca									
ijoa									
Algodão									
Boi									
Porco									
An. tração									
Montarias									
Aves									

* Filho

** Filha

PC - produção ou comercialização

a) Atividades agrícolas (h/d-horas por dia; ds-dias de serviço)

Atividades	Mão-de-obra familiar								Out.Membr.		Mão-de-obra contratada				Prod. (1)
	Filhos								h/d	ds	H		M		
	Pa.		Mão		Hom.		Mulh.				h/d	ds	h/d	ds	
h/d	ds	h/d	ds	h/d	ds	h/d	ds	h/d	ds	h/d	ds	h/d	ds		
Preparo solo:															
-Arar															
-Gradear															
-Sulcar															
-Adubar															
Plantio:															
-Trat. semente															
-Plantar															
-Baleiar															
-Transplantar															
-Adubar (fel.)															
-															
Tratos cult.:															
-Comb. pragas															
-Comb. doenças															
-Capinas															
-															
Colheita:															
-Colheita															
-Secagem															
-Embalagem															
-Armazenagem															
-Transp. inter															
-															
Trat. pós-colh.															
-Trat. p/amaz															
-Trat. rest. culturais															
-															

(1) ar-arroz; fei-feijão; nil-nilho; nan-mandioca; feia-feijoa; alg-algodão; o-outro (especificar)

b) Atividades Pecuárias

Atividades	Mão-de-obra familiar								Mão-de-obra contratada		Observ
	Pai		Mãe		Filhos		Outros Membros		h/d	ds	
	h/d	ds	h/d	ds	H	M	h/d	ds			
Alimentação											
Vacinação											
Vernifugação											
Pastoreio											
Abate											
Comercialização											

c) Outras atividades da família:

Atividades	Responsável				Outros Membros (especificar)	Mão-de-obra contratada		Observ
	Pai	Mãe	Filhos			(DS)	(H/D)	
			Hon.	Mulh				
Engenho								
Vend. prod. eng.								
Casa de farinha								
Venda farinha								
Fabri. queijo								
Fabric. doces								
Venda doces								
Horta domic.								
Artesanatos								
Venda de ovos								
Trab. don.:								
.Limp. casa								
.Cozinha								
.Lav. roupas								

Assinatura do responsável:

d) Dados sobre tecnologias utilizadas

16 - Máquinas e Equipamentos

Máquina	Utiliza		Quant.	Valor	Condição					Obs.
	Sin	Não			Próprio Compra. Nov Us.	Alu- gado	Associa- ção	Ou- tros	Desde quan- do	
Trator										
Plantadeira										
Arados										
Animais de tração										

17 - Aluga equipamento de sua propriedade?

a) Sim () b) Não ()

Em caso afirmativo: desde quando? _____

18 - Adubos

Tipo	Utiliza		Regulam s/todas cultur.		Regulam s/parte culturas (espec.)	De vez- em qdo. cultur. (espec.)	Desde quando utiliza	Orientação (1)	Obs.
	Sin	Não	Sin	Não					
Adubos quí- micos									
Esterco									
Adubo verde									
Composto or- gânico									

(1) a) outros agric.; b) EMATER; c) CTA; d) Outras fontes (especificar)

19 - Sementes

Tipo	Utiliza		Regulam p/todas culturas		Regulam p/parte culturas (espec.)	De vez- em qdo. cultur. (espec.)	Desde quando utiliza	Orientação (1)	Obs.
	Sin	Não	Sin	Não					
Semente cer- tificada									
Semente pró- pria									

(1) idem quadro anterior.

20- Utiliza produtos químicos (pesticidas, herbicidas, fungicidas) em suas culturas?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo:

c) Regularmente sobre todas as culturas ()

d) Regularmente sobre uma parte () Quais? _____

e) De vez em quando ()

f) Outro _____

g) Desde quando utiliza? _____

21- Utiliza técnicas de controle biológico?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo:

Desde quando utiliza? _____ Culturas _____

22- Utiliza práticas de conservação de solo?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo: Quais? _____

Desde quando? _____

23- Realiza análise de solo?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo: Desde Quando? _____

24- Utiliza alguma medida para captação de água de chuva?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo: Qual(is)? _____

25- Em caso de desmatamento, utiliza queimada?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

26- Práticas de convivência com a seca:

a) Lavouras resistentes à falta de água () Quais: _____

b) Criação de animais resistentes à falta de água ()
Quais: _____

c) Depósitos de água () Quais: _____

27- Assinale por ordem de importância: o que é mais importante para a sua lavoura:

a) Adubos químicos ()

b) Máquinas ()

c) Agrotóxicos ()

d) Chuva ()

e) Outro _____

28- Utiliza irrigação?

a) Sim () b) Não () Por que? _____

Em caso afirmativo: para quais culturas? _____

- 29- En caso de utilizar produtos químicos, como os guarda?
- a) En lugar próprio e longo do alcance das crianças?
 - b) Não tem um lugar próprio para a guarda desses produtos ()
 - c) Outros _____
 - d) Desde quando utiliza esta forma de guardá-los? _____

30- Tratos culturais

Atividades	Realiza		Util.prod. químico		Util.prát. naturais		Orientação (1)	Observação
	Sin	Não	Sin	Não	Sin	Não		
Trat. secentes								
Adub. cobertura								
lubação folhear								
Controle pragas								
Combate doenças								
Trat. prod. p/amazamento								

(1) idem quadro 18

31- Tratos Aninais

Atividades	Realiza		Ração		Produto		Orientação (1)	Observação
	Sin	Não	Ind.	Cas.	Vet.	Cas.		
Alimentação								
vacinação								
Vermifugação								
Trat. doenças								

(1) a) veterinário; b) EMATER; c) CTA; d) própria; e) Outros agric.; f) Outros (especificar)

E - Dados sobre Mão-de-Obra contratada

32- Mão-de-Obra

Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total	Observação
H/D				
D S				

33- Há presença de outras relações de trabalho no estabelecimento familiar?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Em caso afirmativo: qual(is)?

34- Toma emprestado dias de serviço?

- a) Sim ()
- b) Não ()

35 - Empresta dias de serviço?

- a) Sim ()
- b) Não ()

36- Realiza atividades em grupo ou em sociedade com outras pessoas?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Em caso afirmativo:

Tipo	Com quem	Culturas	Atividades	Obs.

F - Dados sobre fontes de recursos

37 - Crédito

Finalidade	Utiliza		Fonte				Obs.
	Sim	Não	Banco	Intern.	Coop.	Outros	
Custeio							
Comercialização							
Investimento							
Animais							
Outros							

(90 100 100 100)

38 - Investimentos realizados

Investimentos	Data	Recursos Util. (fonte (1))	No caso de ter mais de 1 est.		Valor Total	Observação
			Est.1	Est.2		
Construção:						
-Casa						
-Cercas						
-Currais						
-Prot. animais						
-Outras const.						
Reformas:						
-Casa						
-Cercas						
-Currais						
-Prot. Animais						
-Outras reformas						
Máquinas						

1) IT-próprio; Of-oficial; Pr-privado; Do-doação; O-outro (especificar)

9- A família dispõe de rendimentos externos, provenientes de seus membros?

Relação do parentesco	Fonte do Recurso (1)	Observação

) Aa-atividade agropecuária; Ana-atividade não agropecuária; Sd-salário de emprego; Ap-aposentadoria; Art-artesanato; O-outro (especificar)

- O dinheiro recebido pela venda dos seus produtos durante o ano de 1989 deu para cobrir os gastos da família?

a) Sim () b) Não ()

- Em caso negativo, como solucionou o problema?

a) Usou dinheiro de outras fontes () Quais? _____

b) Tomou dinheiro emprestado ()

c) Não solucionou o problema ()

d) Outro _____

Principal fonte de renda da família: (Assinalar: 1ª, 2ª, 3ª)

a) produtos agrícolas () b) pecuária () c) Outros _____ ()

G - Nível de aspiração e estratégia familiar

43 - O que é necessário para ser bem sucedido na sua ocupação?

(Assinalar: E-espontâneo; l-provocado)

- a) _____ a-1) Ser proprietário ()
- b) _____ b-1) Ter um terreno maior ()
- c) _____ c-1) Preço mais baixo da terra ()
- d) _____ d-1) Ter família numerosa ()
- e) _____ e-1) Cultivar um só produto ()
- f) _____ f-1) Cultivar vários produtos ()
- g) _____ g-1) Ter alto nível tecnológico ()
- h) _____ h-1) Ter crédito ()
- i) _____ i-1) Ter renda maior ()
- j) _____ j-1) Ter assistência técnica ()
- l) _____ l-1) Ter uma boa cooperativa ()
- n) _____ n-1) Organizar-se com outros agricultores ()

44 - Está satisfeito (a) com a sua atividade na agricultura?

a) Sim () b) Não ()

Por que? _____

45 - Gostaria que seus filhos fossem agricultores?

a) Sim () b) Não ()

Por que? _____

46 - Vê possibilidade de melhorar a sua situação?

a) Sim () b) Não ()

En caso afirmativo:

Como? _____

En caso negativo?

Por que? _____

47 - Estratégias econômicas

Atividades	Natureza (1)	Prod. mais importantes	Util. dos recursos (2)	Observação
Agricultura				
Pecuária				
Artesanato				
Alambicagem				
Prod. rapadura, etc				
Prod. queijos				
Prod. doces				
Outros (3)				

(1) E-essencial; C-complementar. (2)a)custeio; b)investimentos; c)poupança; d) despesas com a casa; f)despesas com saúde; g)despesas com escola; h) despesas com roupas; i) Outros (especificar); (3) especificar

1 - Participação nos projetos envolvendo a prática de T.A.:

8 - Participa de atividades envolvendo a prática de tecnologias alternativas difundidas pelo CTA/Norte de Minas?

a) Sim () b) Não ()

Por que? _____

9 - Tipo de participação:

Como participa	Sim	Não	Tempo	Outros membros da fam. (1)	Observações
Reuniões					
Cursos					
Encontros					
Grupos					
Realiza experiências na propried.					
Orienta outros agricultores					
Outras formas(2)					

(1) P-pai; M-mãe; FH-filho homem; FM-filha; Outro (especificar)

(2) especificar na coluna de observações

50 - No caso de participar de um grupo, de forma mais permanente: Entrou nele:

- a) A convite de outros agricultores ()
- b) A convite de técnicos ()
- c) Outro _____

51-

Participa:	Sim	Não	Por que?
De forma permanente			
De forma esporádica			

52 - Participa dessas atividades porque: (assinalar: E- para espontâneo e P- para provocado)

- a) _____ a-1) Porque acha aproveitável ()
- b) _____ b-1) Porque são técnicas que se preocupam em preservar a natureza ()
- c) _____ c-1) Porque utiliza mais os conhecimentos que já possui ()
- d) _____ d-1) Porque aproveita mais e melhor os recursos de que dispõe ()
- e) _____ e-1) Fica mais econômico ()

4 - v agricultor, a vida social e alguns aspectos de sua visão do mundo:

53- Suas relações neste local são, de preferência: (1ª, 2ª, 3ª, 4ª)

- a- Com pessoas da família ()
- b- Com vizinhos ()
- c- Com pessoas da localidade ()
- d- Com as relações profissionais ()
- e- Outros _____

54- Se tivesse problemas sérios no seu estabelecimento ou se ficasse doente, poderia contar com a ajuda dos vizinhos?

- a) Sim ()
- b) Não ()

55- É sindicalizado?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Em caso afirmativo: Sindicato: _____ Cargo: _____

Em caso negativo: Por que? _____

56- Exerce alguma responsabilidade a nível local (comunidade ou município), em termos de associação, paróquia, grupos, etc?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Em caso afirmativo: qual(is)? _____

57- Vota nas eleições municipais?

- a) Sim sempre ()
- b) Às vezes ()
- c) Raramente ()
- d) Nunca ()
- e) Não respondeu ()

58- Vota nas eleições estaduais e nacional ?

- a) Sim, sempre ()
- b) Às vezes ()
- c) Raramente ()
- d) Nunca ()
- e) Não respondeu ()

59- Participa das eleições ou escolhas de representantes de associações, grupos, sindicatos, etc., dos quais faça parte?

- a) Sim, sempre ()
- b) Às vezes ()
- c) Raramente ()
- d) Nunca ()
- e) Não respondeu ()

60- Na sua opinião, as diferenças entre os agricultores, aqui, são:

- a) Muito bem marcadas ()
- b) Mais ou menos marcadas ()
- c) Pouco marcadas ()
- d) Não tem opinião a respeito ()

61- Aqui, como de resto em todo lugar, deve haver certos problemas de entendimento entre pessoas. Qual deles lhe parece mais importante?

- a) _____
 b) Não tem problemas () c) Não tem opinião a respeito ()

62- Quais as duas cidades importantes mais próximas daqui?

- a) _____ b) _____

63- Na sua opinião, é melhor na cidade ou no campo, no que se refere a:

Aspectos	Cidade	Campo	Igual	Observações
Cuidados médicos				
Escola p/ os filhos				
Moradia				
Diversões				
Trabalho				
Viver				
Outros:				

64- A política atual do governo para os agricultores é:

- a) muito favorável ()
 b) Relativamente favorável ()
 c) Muito desfavorável ()
 d) Relativamente desfavorável ()

Por que? _____

65- A atual política agrícola do governo:

- a) favorece apenas a certos grupos de agricultores ()

Quais? _____

- b) Trata a todos os agricultores do mesmo jeito ()

66- Já ouviu falar em ecologia?

- a) Sim () b) Não ()

Em caso afirmativo:

c) Onde teve contato com esta palavra? _____

d) O que ela significa para o(a) Sr.(a)? _____

67- Já ouviu falar em tecnologias alternativas na agricultura?

- a) Sim () b) Não ()

Em caso afirmativo:

c) Onde teve contato com esta expressão? _____

d) O que ela significa para o(a) Sr.(a)? _____

08 Festas mais importantes durante o ano:

Local	Nome da festa	Época do ano	Observação
Comunidade	1-		
	2-		
	3-		
Município	1-		
	2-		
	3-		

X

Para o entrevistador:

Anotar após o preenchimento do questionário:

1- Onde foi realizada a entrevista:

- a) Na casa do entrevistado ()
- b) Na área de trabalho ()
- c) Outro: _____

2- Esteve presente durante a entrevista, além do entrevistado:

- a) O conjugue ()
- b) Um (a) filho(a) ou mais ()
- c) O(s) pai(s) ()
- d) Amigo(s) ()
- e) Outros parentes ()
- f) Outros _____

3- Endereço do entrevistado para contato:

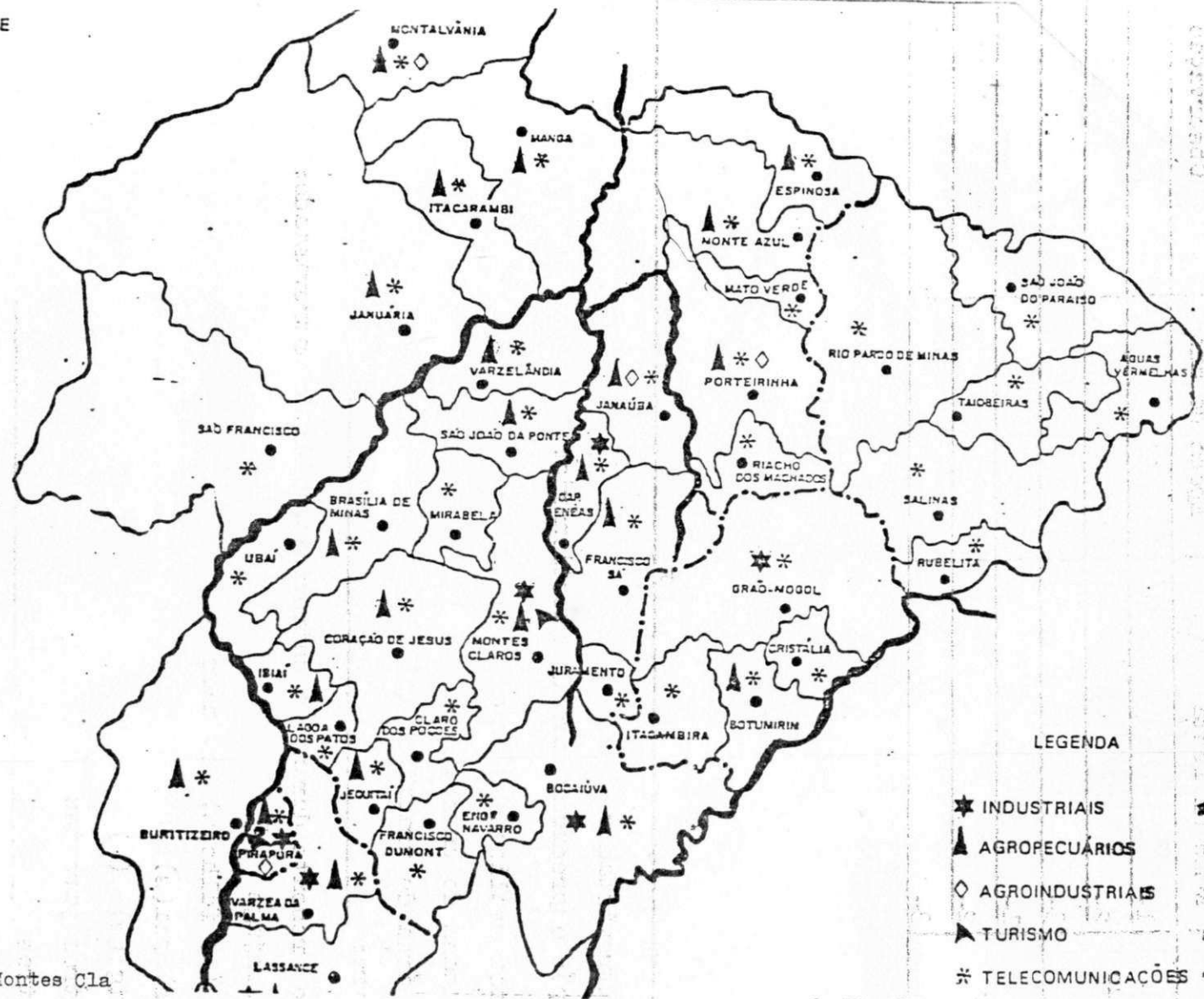
Local:

Município:

CEP:

ÁREA MINEIRA DA SUDENE

PROJETOS APROVADOS



ÁREA: 120.751 KM²

PÓPLUAÇÃO: 1.419.486 HAB.

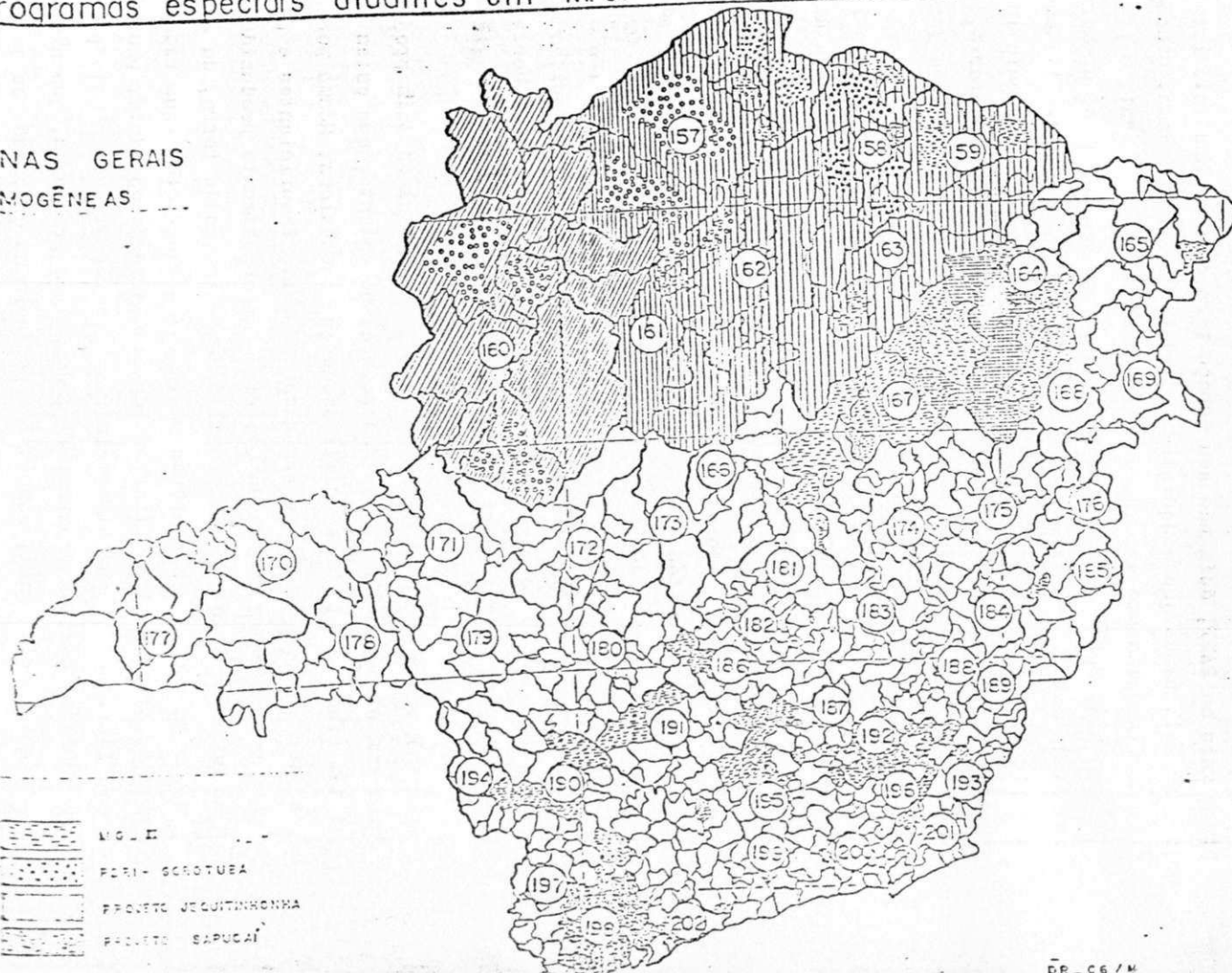
Fonte: Escritório SUDENE, Montes Cla

LEGENDA

- ★ INDUSTRIAIS 119
- ▲ AGROPECUÁRIOS 82
- ◇ AGROINDUSTRIAIS 11
- ▲ TURISMO 28
- * TELECOMUNICAÇÕES 29

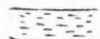



- Programas especiais atuantes em M.G.

ESTADO DE MINAS GERAIS
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS



CONVENÇÕES

-  PROJETO NORDESTE
-  PLANO NORDESTE
-  PROJ. DANJ
-  PROJ. CEVALE
-  PROGRAMA ESPECIAL

-  MG - II
-  PERI - SCROTUEA
-  PROJETO JECUITINHONHA
-  PROJETO SAPUCAÍ

DR. C6 / M

autor

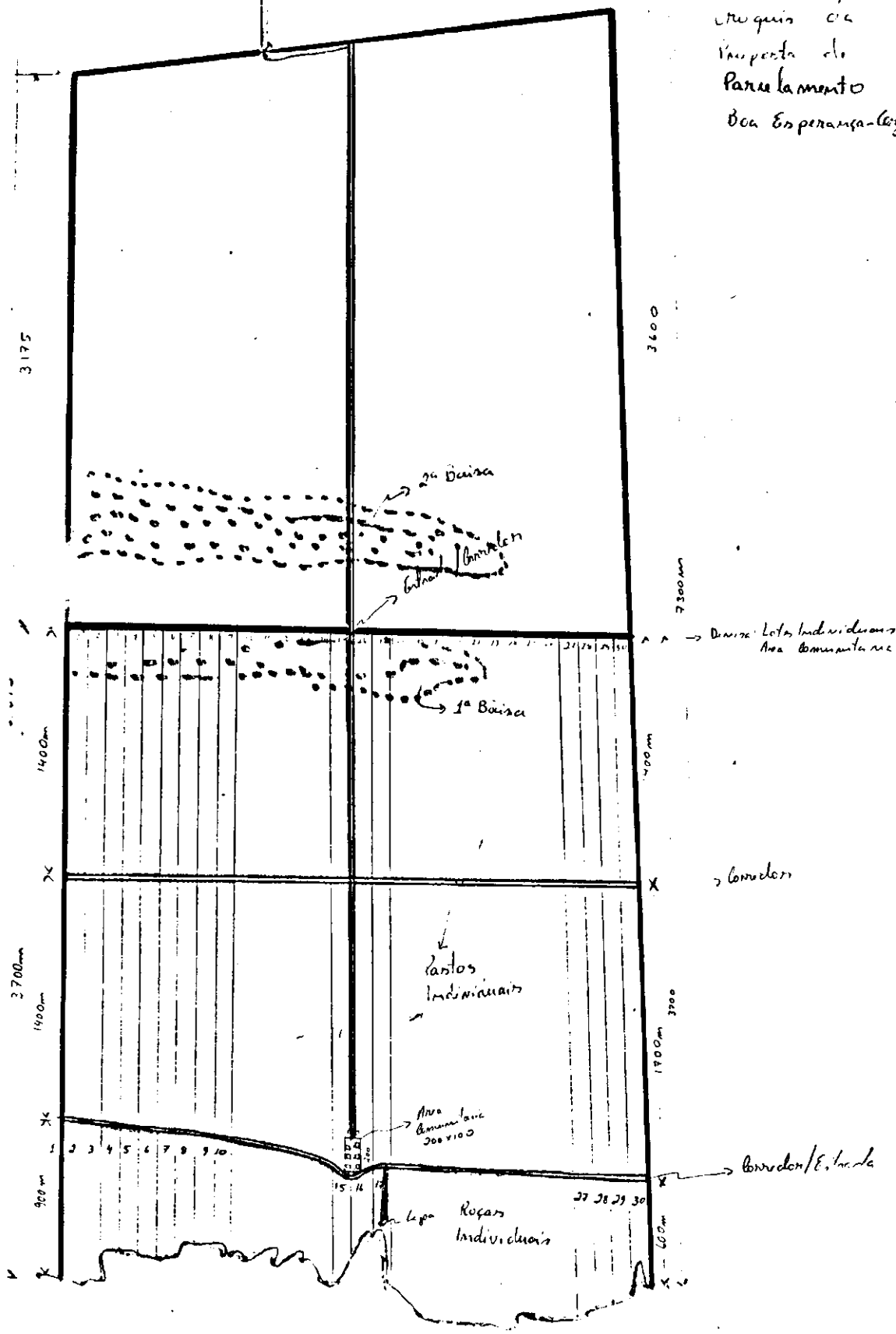
Fonte

ANEXO V

CROQUI II -

Calasanzina ← → Vargelandia

croquis da
mapeamento do
Parqueamento
Boa Esperança-Luziânia



Divisão Lotes Individuais
Área Comunitária

Considerar

Considerar/Estudo

ANEXO VI

OS POSSEIROS DA FAZENDA CORGÃO - Município de Varzelândia

- Quem são os Trabalhadores do Corgão?
- Quantos Somos?
- De onde Viemos?
- O que foi Plantado e Colhido?
- Que Animais Criamos?



CTA - Dec/88
Elaborado por Sonia Nicolau dos Santos

Companheiro,

Como foi prometido, estamos hoje devolvendo os dados, as informações sobre as famílias do Corgão.

O que queria o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) quando fez esta pesquisa? Queria saber quem são as pessoas do Corgão, onde nasceram, quantos anos têm, se tem filhos. Queria ver também o que foi semeado e colhido na terra, de que jeito criam os animais.

Estudando essas coisas, o CTA queria se conscientizar e poder pensar a sua ação diante dessa realidade.

COMO VOCÊS PODEM USAR ESSES DADOS ?

De duas maneiras:

1º) Cada um lê e guarda o papel. Os dados só servem para matar a "curiosidade" de cada um. Após algum tempo todo mundo esquece.

2º) Pode-se ler e depois levar o que se entendeu para conversar com os outros. Aí os dados servem para os companheiros refletirem sobre a situação das famílias do Corgão. É um saber diferente um chamado para todos se conhecerem mais, e, conhecendo mais a realidade poder tomar iniciativas.

Uma melhora de vida, conseguir um maior bem-estar não depende só do esforço individual de cada um. A possibilidade das pessoas terem uma vida melhor depende do jeito como as pessoas organizam o seu modo de produzir, de tratar o vizinho, de criar coisas úteis à vida de cada um e da coletividade.

QUEM SÃO OS TRABALHADORES DO CORGÃO ?

Em Julho entrevistamos 27 chefes de família.

Qual a Idade dos Chefes de Família do Corgão ?	
Idade	Nº de Pessoas
De 20 até 40 Anos	17
De 41 até 50 Anos	05
De 51 até 60 Anos	02
De 61 até 65 Anos	03
TOTAL	27

Esquecemos de perguntar a idade das mulheres.

O que quadro nos diz é que os trabalhadores, na maioria são bastante jovens. Olhem o quadro, dezesete(17) têm 20 a 40 Anos.

Dos 27 homens entrevistados, encontramos 05 solteiros, sem responsabilidade de família. Todos os outros (22) têm responsabilidade de família, tem dependentes para sustentar, maiores ou menores de idades, são assim, chefes de família.

TRABALHADORES

Casados	22 trabalhadores
Solteiros	05 trabalhadores

Vamos olhar para os casados. Vamos ver quantos filhos têm

Idade e Sexo dos Filhos				
Idade	Sexo	Masculino	Feminino	Total dos filhos Por Faixa de idade
1 a 6 Anos		17	15	32
7 a 10 Anos		14	08	22
11 a 14 Anos		07	09	16
15 a 18 Anos		16	04	20
19 a 25 Anos		12	18	30
26 a 30 Anos		02	04	06
31 a 35 Anos		01	01	02
36 a 40 Anos		03	03	05
Total p/ sexo		73	62	135 Total Geral

Juntos os trabalhadores possuem 135 filhos, setenta e três (homens e sessenta e duas(62) mulheres.

No Corgão existem hoje (se não nasceu mais ninguém de Julho para cá) 70 crianças entre zero a 14 anos.

Essas crianças não recebem qualquer tipo de educação escolar ou assistência médica do governo.

Essas crianças são quase metade da população do Corgão, que é de mais ou menos 130 pessoas.

A maioria dos moradores do Corgão são do norte de Minas, nasceram e se criaram na região.

DE ONDE VIERAM ?

Lugar	Nº de Trabalhadores
Corgão	07
Cachocirinha	01
Ribeirão	03
Arapoim	02
Santa Rita	01
Varzelândia	10
Mirabela	01
Jaíba	01
S. Paulo	01

Sempre trabalharam na roça. Toda a experiência de trabalho é como agregados, ou plantando a meia, a terra. Uns viviam antes em terras de parentes (sogro, pai).

Quatro trabalharam na cidade: um como copeiro de lanchonete, um na construção civil, um como chefe de turma e um como taxista.

Dos 27 entrevistados, apenas dois declaram ter um pedaço de terra em outros lugares. Os outros nunca tiveram terras.

SITUAÇÃO DE POSSE NO CORGÃO:

Desde que entraram na posse, há um ano e meio, os posseiros dividiram parte da terra em 30 lotes individuais, com 110 metros cada um.

O QUE FOI PLANTADO E COLHIDO NO CORGÃO (até Julho 1.988)

Dos 27 entrevistados 23 fizeram roça. Quatro deixaram a terra nua.

Foi plantado muita coisa. aqui só vamos registrar o que mais se plantou e colheu por todos.

Somando o que cada um respondeu ficaram sabendo que foram colhido:

- 781 Sacos de Milho
- 106 Kilos de Arroz
- 34 Sacos de Feijão
- 07 Sacos de Feijão Catador
- 28 Sacos de Feijoa
- ~~07 Sacos de Fava.~~

Nove posseiros tiveram a ajuda dos filhos no trabalho com a roça.

É de se imaginar que mais braços trabalhando significariam maior produção: nem sempre. Houve posseiro que sozinho, plantou muito mais que outros com três filhos ajudando.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Das 27 Famílias, só 05 possuem algum gado.

- 01 Família: 14 vacas
- 01 Família: 01 vaca
- 01 Família: 02 bois, 02 vacas e 01 bezerro.
- 01 Família: 01 boi
- 01 Família: 02 vacas, 2 bezerros, 02 animais de tração.

CAVALOS

Quinze famílias entre as 27 têm cavalos. A maior parte onze(11) famílias possuem apenas um cavalo cada, as outras oito(08) possuem entre 02 e 04 cavalos cada.

Achamos interessante fazer um mapa registrando a produção de cada um, o que foi declarado foi classificado. Se alguma informação está errada, cada um pode consertar.

ANEXO VII
PLANILHAS PARA ACOMPANHAMENTO

PLANILHA "A": REGISTRO FIXO - Anual (para o técnico) (4)

A.1 - LEVANTAMENTO DA TERRA

A.1.a - Distribuição da terra

A.1.b - Benfeitorias, Construções e Instalações

A.1.c - Máquinas, Veículos e Equipamentos

A.1.d - Animais de Trabalho e Produção

A.2 - LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO E RENDA ANUAIS

A.2.a - Produção, Produtividade e Utilização dos Produtos no ano.

A.2.b - Venda no ano

PLANILHA "B": REGISTROS SISTEMÁTICOS - Mensal (16)

B.1 - TRABALHO FAMILIAR NA PROPRIEDADE

B.1.a - Força de Trabalho Familiar

B.1.b - Na Conservação da Propriedade

B.1.c - Na Produção Animal

B.1.d - Na Produção Agrícola

B.1.e - Trabalho em Outras Atividades

B.2 - TRABALHO EM OUTRAS PROPRIEDADES

B.3 - TRABALHO DE TERCEIROS NA PROPRIEDADE

B.4 - OPERAÇÕES E DESPESAS MENSAIS

B.4.a - Investimento na Conservação da Propriedade e Outros

B.4.b - Na Produção Agrícola

B.4.c - Na Produção Animal

B.5 - PRODUÇÃO DESTINADA AO CONSUMO E VENDA NO MÊS

B.5.a - Produção Agrícola

B.5.b - Produção Animal

Local: Corgão - Município de Varzelândia

Dias: 06, 07, 08/05/88

PROGRAMAÇÃO

Dia 06.05.88

- Manhã:
- 1) História dos Posseiros
 - De onde vieram, o que faziam, como viviam, ...
 - 2) História da Ocupação
 - Como foi a organização da ocupação
 - Como se deu a ocupação
 - Atividades que foram desenvolvidas, tanto de produção quanto de organização
 - Problemas encontrados
 - 3) A Questão Agrária no Brasil
- Tarde:
- 4) Levantamento de informações sobre a área
 - Mapa - Relevo - Tipos de solos e de vegetação - Recursos Hídricos - Áreas em exploração
- Em grupos
- 5) Propostas de organização e exploração da área
 - a)O que deve ser feito imediatamente e como
 - b)Qual a forma de divisão da terra e de organização do trabalho
 - c)Como pensam em se organizar:
 - para conseguir recursos
 - na utilização dos recursos
 - no beneficiamento
 - no armazenamento
 - na comercialização
 - no abastecimento da comunidade

ã) Que tipo de culturas e de criação serão explorados?

Em que locais?

Que outras atividades poderão ser desenvolvidas

Que tecnologias serão utilizadas?

6) Plenária

Dia 07.05.88

- Manhã: 7) Caminhada de Reconhecimento da Área
(3 grupos) Levantamento dos recursos naturais da área: solo, vegetação, relevo, água, etc. Recolher amostras de solo
- Tarde 8) Plenária: exposição pelos grupos dos levantamentos realizados
- 9) Discussão sobre o aproveitamento produtivo da área
Princípios de Agricultura Alternativa
- 10) Formas de organização dos trabalhadores
Associação
Cooperativa
Sindical

Dia 08.05.88

- Manhã: 11) Práticas: Curvas de Nível (Nível A)
Plantio em Nível
Cobertura Morta
Compostagem
Irrigação de Mudas
- Tarde: 12) Avaliação e Propostas de Continuidade

CTA - Fase

Montes Claros



IIº CURSO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DE CORGÃO

MANEJO, UTILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS SOLOS NO
NO ASSENTAMENTO DE CORGÃO - VARZELÂNDIA

DIAS: 27, 28 e 29 de outubro de 1988

Dia 27 - Quinta-feira

- Manhã - O entendimento dos solos
Reunião em grupos
Plenária
Exposição: Formação do solo
Características dos solos
Problemas dos solos
- Tarde - Prática nas trincheiras
Estudar os solos, a vegetação e a utilização
Avaliação dos solos e da sua utilização
- Noite - Filme: Manejo dos solos

Dia 28 - Sexta-feira

- Manhã - Práticas de manejo
Enleiramento e plantio em nível
Plantio no meio do cisco
- Tarde - Análise das terras do Corgão
Potencial de cada tipo de solo
Propostas de utilização
- Noite - Filme: História de uma ocupação

Dia 29 - Sábado

- Manhã - Propostas de divisão e exploração da área
Reunião em grupos
Plenária
- Tarde - Teatro
Avaliação
Encerramento

PLANEJAMENTO E EXPLORAÇÃO DA ÁREA
ASSENTAMENTO BOA-ESPERANÇA - CORGÃO
MUNICÍPIO DE VARZELÂNDIA - DIAS 08.09.10.11 DE FEVEREIRO

I - INTRODUÇÃO

O objetivo deste curso foi o de aprofundar as discussões entre os assentados sobre as propostas de exploração da área e do parcelamento. Estas discussões já vem ocorrendo desde 88 e com duas atividades específicas de formação que culminou com a 1ª proposta de parcelamento elaborada em junho de 1989. Esta proposta foi apresentada aos órgãos do governo responsáveis pela implementação do assentamento: Incra, Ruralminas, Sudenor, Emater, etc.

Algumas discussões vieram ocorrendo de lá para cá sendo que a 2ª baixa que originalmente havia sido sugerida como área de reserva florestal passou a ser discutido o seu uso para carvoejamento.

Neste curso, além do parcelamento e da exploração da área, aprofundou-se a discussão sobre o uso da 2ª baixa.

Com a elaboração do mapa do perímetro realizada pela Ruralminas foi possível a discussão de uma proposta de parcelamento e de exploração da área em bases mais concretas.

Este curso constou das seguintes etapas:

- a) Reconhecimento in loco da 2ª baixa com reconhecimento de solos e de vegetação
- b) Relato dos grupos de reconhecimento
- c) Propostas de exploração da área: pecuária, florestal e agricultura:
 - individual, comunitária e mista
 - vantagens e desvantagens
 - dinâmica: discussões em grupos e plenária
- d) Propostas de parcelamento da área
Em grupos e plenária
- e) Definição de etapas de atividades, recursos e funcionamento da Associação

SEMINÁRIO SOBRE ASSESSORIA SINDICAL

Data: 29 e 30 de janeiro de 1990

Local: Sede da CUT/Regional Norte de Minas

Participantes: - 02 (dois) Diretores dos STR'S de:
Bocaiúva, Mirabela, Francisco Sá, Varzelândia,
Montes Claros, Riacho dos Machados.
- Secretaria Rural/CUT/Regional
- Representante CPT/Norte de Minas

Objetivos: - Introduzir discussão sobre diferenciação dos tra-
balhadores rurais e a diversidade das lutas no
campo;
- Detectar os principais problemas enfrentados pe-
los Sindicatos no encaminhamento das lutas dos
pequenos produtores;
- Discutir as possíveis formas de apoio e assessoria do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas aos Sindicatos de Trabalhadores Ru-
rais e a Secretaria Rural da CUT.

Conteúdo: - Apresentação dos participantes e da proposta do
Seminário;
- Preenchimento do roteiro para avaliação da ação
sindical
- Apresentação dos principais problemas identifica-
dos;
- Discussão sobre a diferenciação e diversidade das
lutas dos trabalhadores rurais;
- Discussão de propostas para elaboração de um pla-
no de ação sindical com os pequenos produtores;
- Apresentação do plano de trabalho do Centro de
Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- Acertar as formas de apoio e assessoria do Centro
de Agricultura Alternativa aos Sindicatos.